

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
CONTABILIDADE E CONTROLADORIA – PPGCC

ELIDE XAVIER DE LIMA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS
CENTRAIS DE CIDADES: O PROCESSO DE
REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS**

MANAUS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
CONTABILIDADE E CONTROLADORIA – PPGCC

ELIDE XAVIER DE LIMA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS
CENTRAIS DE CIDADES: O PROCESSO DE
REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre. Programa de Mestrado em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal do Amazonas- PPGCC/ UFAM. Linha de Pesquisa: Gestão do desenvolvimento socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Brilhante de Mendonça

MANAUS

2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732p Lima, Elide Xavier de
Políticas Públicas de requalificação de áreas centrais de cidades :
o processo de requalificação do Centro Histórico de Manaus / Elide
Xavier de Lima. 2016
123 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Mauricio Brilhante de Mendonça
Dissertação (Mestrado Profissional em Contabilidade e
Controladoria) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Ciclo de Políticas Públicas. 2. Políticas Públicas. 3.
Requalificação. 4. Patrimônio Histórico Cultural de Manaus. I.
Mendonça, Mauricio Brilhante de II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título

ELIDE XAVIER DE LIMA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS
CENTRAIS DE CIDADES: O PROCESSO DE
REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal do Amazonas – PPGCC/UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Contabilidade e Controladoria.

Aprovado em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauricio Brilhante de Mendonça
Presidente

Prof. Dr. Manoel Martins do Carmo Filho
Membro

Prof. Dr. Luiz Augusto de Carvalho Soares
Membro

Prof^ª. Dra. Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo
Membro (Externo)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais:

Raimundo Viana Lima (*in memoriam*) e **Terezinha Xavier de Lima**,

por serem exemplos de vida, ensinando-me o caminho do esforço, da luta, da perseverança, da honestidade e integridade.

Aos meus 11 irmãos,

Emilia de Jesus, Elizabete, Eliete, Eduardo, Erivaldo José, Elza, Edinaldo, Raimunda, Rutimar, Rilza e Rosely, todos Xavier de Lima (risos),

Por sermos sobreviventes e vitoriosos diante de um mundo nem sempre favorável a nós durante todas essas décadas.

Sobretudo a

Deus,

Por seu amor, misericórdia e infinita bondade provendo todos os recursos necessários como saúde, sabedoria, recursos financeiros e humanos que possibilitaram a realização deste empreendimento.

Dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Todo Poderoso, o Senhor dos Exércitos o Deus dos deuses e o Senhor dos senhores. Toda a honra e toda a glória sejam dadas ao Senhor!

No plano terreno agradeço ao Município de Manaus, através da Secretaria de Finanças Públicas, que, no afã de elevar a qualificação de seus servidores para melhor servir a sociedade investiu em mim oportunizando-me com este mestrado.

Agradeço aos Professores doutores da UFAM pela responsabilidade e compromisso em multiplicar seus conhecimentos acadêmicos conosco.

Especialmente ao Prof. Dr. Mauricio Brilhante de Mendonça por aceitar orientar-me, intempestivamente, mesmo a despeito de sua agenda assoberbadíssima.

Ao professor Dr. Manoel Martins do Carmo Filho por sua disponibilidade, gentileza e prontidão em me apoiar sempre que foi solicitado.

Agradeço ao senhor Glauco Francesco Subsecretário da SEMC pelas informações relevantes prestadas.

Agradeço aos primos Person Cândido, Alex Guimarães, à sobrinha Ramires Emily e à amiga Semíramis de Menezes Herzon pela contribuição em algum momento deste trabalho.

Agradeço a todos os amigos e colegas da turma do mestrado que contribuíram à sua maneira, pela espontaneidade e alegria na troca de informações e materiais numa rara demonstração de amizade e solidariedade.

Agradeço à Igreja Batista Regular da Graça, na pessoa do Pastor José Wellington Cartaxo, igreja querida que me fortaleceu em oração.

Muitíssimo Obrigada!

“A cidade não se resume à paisagem aparente. Ela se produz e reproduz a partir do cotidiano de quem a constrói; contendo vida, fragmentos de vida e a dimensão do uso do espaço e do tempo. Só a partir do reconhecimento disso é que se pode compreender a cidade para além de sua aparência”.

José Aldemir – Cidades na Selva

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O problema público	31
Figura 2 – Tipologia de Lowi	32
Figura 3 – Tipologia de Bonzeman e Pandey	36
Figura 4 – Cinco fases do ciclo de políticas públicas	37
Figura 5 – Sete fases do ciclo de políticas públicas	38
Figura 6 – Croquis do Centro de Manaus em 1852	65
Figura 7 – Influência dos Atores Políticos.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipologia de Wilson	33
Quadro 2 – Tipologia de Gormley	34
Quadro 3 – Tipologia de Gustafsson	35
Quadro 4 – Síntese dos modelos de tomada de decisão	40
Quadro 5 – Síntese do conceito de requalificação	51
Quadro 6 – Principais intervenções de áreas centrais no Brasil	54
Quadro 7 – Perguntas da Pesquisa e Objetivos específicos.....	68
Quadro 8 – Variáveis da Pesquisa.....	69
Quadro 9 – Fonte e Instrumento da Coleta de Dados da Pesquisa.....	70
Quadro 10 – Monumentos históricos tombados no Centro de Manaus	82
Quadro 11 – Ações de preservação – Bens imóveis restaurados ou recuperados no ano de 2013.....	86
Quadro 12: Patrimônio arqueológico em 2013.....	87
Quadro 13: Preservação de Acervos arquivísticos e bibliográficos em 2013.....	87
Quadro 14: Ações de Educação, formação e capacitação Patrimonial oferecidas em 2013.....	88
Quadro 15: Licenciamentos de projetos em 2013.....	88
Quadro 16: Inventário Nacional de Referências Culturais e Mapeamento do Patrimônio Cultural em 2013.....	89
Quadro 17: Projetos apoiados pelo PRONAC em 2013.....	90
Quadro 18: Planos de salvaguarda do patrimônio imaterial em 2013.....	92
Quadro 19: Indicadores de conservação e preservação do Patrimônio Cultural.....	92
Quadro 20: Análise detalhada das Intervenções do projeto de Requalificação em andamento.....	94
Quadro 21: Beneficiados pelo Programa Monumenta.....	95
Quadro 22: amostra não probabilística utilizada para a fiscalização do CGU.....	96

Quadro 23: Constatações de especificações técnicas do projeto e prazo acordado.....	97
Quadro 24: Investimentos integrados previstos no Programa.....	99
Quadro 25: Estágio de andamento dos investimentos integrados previstos – exercício 2010.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –Ações desenvolvidas em parceria com os atores para as primeiras intervenções do ano 2013.....	93
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARQUEOURBS – Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Manaus

BID – Banco de Desenvolvimento Americano

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CEF – Caixa Econômica Federal

CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

DOM – Diário Oficial do Município

ESPI – Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional

FUMIPEC – Fundo Municipal de Fomento a Micro e Pequena Empresa

IMPLURB – Instituto Municipal de Planejamento Urbano

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LOA – Lei Orçamentária Anual

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOMAN – Lei Orgânica do Município de Manaus

MANAUSCULT – Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos

MEC – Ministério da Educação

MINC – Ministério da Cultura

MUHMA – Museu Histórico de Manaus

MTUR – Ministério do Turismo

MCIDADES – Ministério das Cidades

PAC – Pronto Atendimento ao Cidadão

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PROURBIS – Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão

PRODETUR – Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo

PROMANAUS – Programa de Reestruturação do Centro de Manaus

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

SEMGOV – Secretaria Municipal de Governo

SEMMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SEMC – Secretaria Municipal do Centro

SEMEX – Secretaria Municipal Extraordinária

SEMINF – Secretaria Municipal de Infraestrutura

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SNPU – Secretaria Nacional de Programas Urbanos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura

ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 REFERENCIAL TEÓRICO	27
1.1 Políticas Públicas	28
1.1.1 Definições.....	28
1.1.2 O problema público	30
1.1.3 A tipologia das políticas públicas.....	31
1.1.4 O ciclo das políticas públicas	36
2 POLITICAS PÚBLICAS DE REQUALIFICAÇÃO	44
2.1 Pressupostos para a requalificação	45
2.1.1 Gentrification.....	47
2.1.2 Normas constitucionais de Políticas Urbanas.....	48
2.1.3 Conceitos e realidades que concorrem para a requalificação Urbana.....	49
2.1.4 A história das requalificações no Brasil e no mundo ⁵¹³⁴	51
2.2 A Construção Histórico-Social Urbana e Seu Patrimônio Cultural	55
2.2.1 Projetos de intervenção e requalificação de paisagens urbanas no Brasil.....	56
2.2.2 Gestão do Patrimônio Cultural.	59
2.2.3 Histórico do Centro de Manaus	64
3 METODOLOGIA	66
3.1 Coleta de Dados	66
3.2 A área de estudo	67
3.3 Pergunta da Pesquisa	67
3.4 Proposições	69
3.5 Unidade de Análise	69
3.6 Análise de Dados	70
3.7 Elaboração de Protocolo	71
3.7.1 Planejamento do Estudo de Caso	71
3.7.1.1 Procedimentos para realização da análise documental.....	72
3.8 Análise de Dados	73

3.9	Validação	73
3.9.1	Validação Teórica.....	73
3.9.2	Validação Interna.....	74
3.9.3	Validação Externa	74
3.9.4	Validação Instrumental ou de Critério	74
3.9.5	Validação Consultiva.....	74
3.9.6	Bases para a construção de respostas	74
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	75
4.1	Identificação do problema da Política Pública de Requalificação do Centro Histórico de Manaus	75
4.2	Descrição da formação da agenda e das políticas	79
4.3	Verificação da implementação e avaliação dos resultados pretendido	86
4.3.1	Relatório do CGU	95
4.3.2	Extinção de políticas públicas	101
4.3.3	Perspectivas da Continuidade da Política de Requalificação	101
	CONCLUSÃO	103
	REFERÊNCIAS	106
	ANEXOS	117

RESUMO

Na cidade de Manaus a política de requalificação do Centro Histórico foi assumida como área de intervenção no período de 1999-2010 e 2013-2016 na sequência de relevantes programas internacionais e experiências inovadoras no contexto nacional tendo o Programa PAC Cidades Históricas como a expressão de maior visibilidade fomentadora destas intervenções com consideráveis meios financeiros envolvidos. Esta pesquisa buscou avaliar o processo de tomada de decisão do poder público municipal sob a ótica do ciclo de políticas públicas sugeridas por Secchi (2014). Para isso definiram-se como objetivos específicos: compreender como foi a tomada de decisão do poder público através da instituição de uma secretaria municipal específica para gerir o Centro; descrever as etapas de formulação e implementação da política, relatando o processo de criação da secretaria específica; verificar como estão sendo executadas as ações no Centro Histórico de Manaus e investigar as perspectivas de continuidade dessa política. A metodologia utilizada foi um estudo de caso conforme Yin, pesquisa documental e descritivo com natureza qualitativa e quantitativa. Os resultados revelam a constatação de que a requalificação de Centros Históricos vai muito além que restauro de edificações antigas pois existem valores materiais e imateriais do Patrimônio Histórico Cultural. Observaram-se conflitos e impactos negativos de natureza social, econômica, e cultural nas intervenções desta política no espaço urbano da cidade em mais de 500 famílias manauaras. A Requalificação foi vertical porque não houve consulta popular para realizar as mudanças, sendo estas impostas pelo Poder Público. O cumprimento das Ações de Preservação revelou 05 Bens culturais com início de recuperação nos anos 2006, 2007 e 2010. Verificou-se a conclusão do Mercado Municipal Adolpho Lisboa e do Antigo Paço Municipal. Ficou em andamento os trabalhos de Restauração, conservação e readequação dos imóveis Bens culturais: Armazém 15 e antigo prédio do Tesouro Provincial, Reservatório do Mocó, Casas 69 a 77, da Rua Bernardo Ramos e a Revitalização da Praça IX de novembro. A Controladoria Geral da União utilizou uma amostra não probabilística para a fiscalização, com foco nos investimentos integrados executados no total de R\$ 48.720.470,19. Deste montante o valor de R\$ 3.998.304,60 correspondem ao total de investimentos integrados executados na Requalificação do Patrimônio Histórico Cultural de Manaus.

Palavras-chave: Ciclo de Políticas Públicas. Políticas Públicas. Requalificação. Patrimônio Histórico Cultural de Manaus.

ABSTRACT

In the city of Manaus to the historic center redevelopment policy was taken as an intervention area in the 1999-2010 and 2013-2016 period in the relevant sequence international programs and innovative experiences in the national context with the PAC Historical Cities Program as the expression of fomenting greater visibility of these interventions with considerable financial resources involved. This research aimed to evaluate the decision-making process of the municipal government from the perspective of public policy cycle suggested by Secchi (2014). To this were defined as specific objectives: to understand how was the decision-making of the government through the establishment of a specific municipal office to manage the center; describe the formulation and implementation stages of the policy, reporting the process of creating a specific department; check how are the actions performed in Manaus Historic Centre and investigate the prospects for continuation of this policy. The methodology used was a case study as Yin, documentary and descriptive research with qualitative and quantitative. The results show results in the finding that the historic centers of rehabilitation goes well beyond that restoration of old buildings as there are tangible and intangible values Cultural Heritage. They observed conflicts and negative impacts of social, economic, and cultural interventions of this policy in the urban space of the city in more than 500 Manauaras families. The requalification is vertical because there was no referendum to make the changes, which are imposed by the Government. Compliance with the Preservation Action revealed 05 cultural goods with recovery beginning in the years 2006, 2007 and 2010. It was the completion of the Adolpho Lisboa Municipal Market and the Old City Hall. He was in progress the restoration work, conservation and upgrading of immovable cultural goods: Warehouse 15 and old building of the Provincial Treasury, Reservoir Mocê, Casas 69-77, Rua Bernardo Ramos and Revitalization Square IX November. The Comptroller General used a non-probability sample for inspection, focusing on integrated investments executed in the amount of R \$ 48,720,470.19. Of this amount the amount of R \$ 3,998,304.60 is the total integrated investments executed in the requalification of the Manaus Cultural Heritage.

Keywords: Public Policy Cycle. Public Policies. Requalification. Cultural History Patrimony of Manaus

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo não existe uma mensuração prévia do poder significativo que a herança cultural, patrimonial e histórica de uma localidade possa representar para o seu povo e para a humanidade. É tão robusta que não pode ser quantificada. Tanto é fato, que por mais singular e específica que seja a herança histórica dos diversos centros urbanos pelo mundo todo, ela é tratada como objeto de fomento para o turismo, incremento da economia local, o desenvolvimento da cultura e a consolidação do patrimônio como forma de resgatar o conjunto de distintivos que ajudaram a formar aquela identidade, sejam eles: espirituais, materiais, intelectuais ou emocionais daquela sociedade (Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, 2005).

Algumas pesquisas de caráter global (LINCHFIELD, 1993; MASON, 2005) inseriram no contexto acadêmico a existência de diversas formas de determinar, mensurar e preservar o patrimônio histórico de uma cidade. Por outro lado, alguns autores (STALE e READY, 2002) defendem que esses métodos são muito peculiares, variam de localidade para localidade, podem sofrer incrementos do grau de dificuldade para se determinar uma valoração, devendo-se levar em consideração até mesmo o campo de aplicação da avaliação, isso porque, justo neste campo existe uma variável interligada que merece maior atenção: o dispêndio econômico, tanto para avaliar quanto para preservar.

Existem muitas outras discussões em extensas bibliografias que sugerem a análise, quantificação e valoração histórica do patrimônio das cidades, sobretudo, fazem analogia aos casos de melhorias que foram conseguidos por meio de programas de revitalização, reestruturação e requalificação de centros urbanos históricos por todo o mundo. O fato é que: analisando essas diversas opiniões, percebe-se que a preservação histórica objetiva não apenas o efeito de preservação, e daí, subentende-se que na realidade há uma compensação na combinação dos fatores que levam à preservação, principalmente no que tange o retorno econômico para a localidade por meio do turismo, do incremento de políticas públicas de segurança, acesso à cultura, salvaguarda da história e *etc.*

Além dessas, existem inúmeras outras razões para se apoiar a preservação histórica de uma localidade: a criação de empregos, incubação de pequenas empresas, criação de centros de revitalização, aumento de leitos nos hotéis, turismo cultural, recrutamento de novos

negócios, entre outros (DAVIS; DONOVAN, 2009). Para que tudo isso ocorra, alguma entidade deve responsabilizar-se por esse processo. No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 182 definiu o município como ente federativo com competência para gerir as políticas de interesse local, dentre as quais se destacam as políticas de intervenção de espaços urbanos, denominadas Políticas Públicas de Requalificação.

Com relação às políticas públicas, é aceito o conceito de que são ações do poder público que objetivam resolver determinadas necessidades de interesse da população traduzidas em um problema público. Elas abrangem várias demandas da sociedade. No elenco das políticas públicas sociais estão: saúde, assistência, habitação, educação, emprego, renda e previdência. As políticas macroeconômicas contemplam as áreas: fiscal, monetária, cambial e industrial. Dentre outras políticas além da: científica, tecnológica, cultural, agrícola, agrária, estão as de intervenção de espaços urbanos, denominadas de políticas públicas de requalificação (SECCHI, 2014).

A requalificação urbana é um instrumento para a melhoria das condições de vida da população, promove a construção e recuperação de equipamentos e infraestrutura, valoriza o espaço público com medidas de dinamização social e econômica, proporciona a reintrodução da qualidade cultural urbana, da acessibilidade e da centralidade de uma determinada área, além de provocar mudanças no valor territorial ao nível econômico, cultural, paisagístico e social. A requalificação tem um caráter mobilizador, acelerador e estratégico, e está principalmente voltada para o estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos territórios e para um melhor desempenho econômico (LOPES, 2011).

No Brasil, existe em curso a preocupação com a valorização do caráter histórico de suas cidades, tanto é fato que as ações efetivas mais recentes datam do ano de 2003 quando o Ministério das Cidades lançou o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, 2010), desde então, algumas cidades como: João Pessoa (PB), Salvador (BA), São Luís (MA), Natal (RN), Santos (SP) e Manaus (AM), baseadas inclusive na recuperação do acervo imobiliário existente nas áreas centrais já receberam recursos do governo federal, por meio de estudos técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Mais recentemente, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC – Cidades Históricas) também houve o incremento inédito da política de preservação do patrimônio por meio do Ministério do Planejamento que criou e destinou recursos exclusivos para a preservação dos sítios urbanos históricos do País (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO

HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, 2013). Desde 2013, ano de sua criação, o PAC – Cidades Históricas já implantou o programa em 44 cidades de 20 estados da federação, sendo que para essa primeira fase, os gastos foram previstos para girar em torno de R\$ 1,6 bilhão, com benefícios para mais de 400 obras, dentre elas: restaurações de edifícios e de espaços públicos (IPHAN, 2013).

Em Manaus a Política de Requalificação do Centro Histórico foi assumida como área de intervenção no período de 1999-2010, e 2013-2016, no início da nova gestão municipal, na sequência de relevantes programas internacionais e experiências inovadoras no contexto nacional sendo o Programa PAC – Cidades Históricas a expressão de maior visibilidade fomentadora destas intervenções, com consideráveis meios financeiros envolvidos. Dentre outros aspectos que motivaram este programa, estavam: a importância de o Governo Federal incentivar estados e municípios a adotarem a reabilitação como estratégia de desenvolvimento urbano, de inclusão social, integração de políticas urbanas e culturais para servir de fomento turístico, além, claro, de recuperar e expandir o patrimônio histórico das cidades (GALIZA, 2015).

Por isso, conforme o exposto acima, esta dissertação buscou dar continuidade na temática, uma vez que foi considerada hodierna para o estudo. Sendo que, o foco central, passou a ser a averiguação sobre a importância que o ordenamento urbano ou territorial desempenhou por meio da implementação de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das populações. Inserindo-se neste caso, especialmente as políticas e programas de reabilitação e requalificação urbana que são implementadas para a melhoria da imagem e a qualidade de vida nas cidades, levando em consideração o contexto econômico atual, a definição de metas para o retorno do investimento em longo prazo e os benefícios para o município em curto prazo.

Para tanto, destaca-se que a pesquisa enalçou sua investigação levando em consideração a Política Pública de Requalificação de Áreas Centrais de Cidades, tendo como referência o processo de Requalificação do Centro Histórico do município de Manaus. O estudo foi elaborado tomando por base os escritos sobre o tema: Políticas Públicas, e seguiu os parâmetros em consonância com o Ciclo de Políticas Públicas abordado por Secchi, (2014), a fim de demonstrar preocupação em identificar um problema público que há muito urgia por uma solução e que provocou ao executivo municipal munir-se de recursos, equipe de gestores, de técnicos, assessoria jurídica e parceiros das áreas afins para a implementação da política pública de requalificação do Centro Histórico de Manaus.

É sabido que quaisquer políticas de requalificação de centros históricos das cidades brasileiras devem estar articuladas à concepção da conservação urbana integrada, caracterizando-se pela perspectiva da conservação do patrimônio construído ao mesmo tempo em que priorizam a função social das áreas de requalificação (SOUZA, 2011), tanto é fato, que este tipo de política gera fontes positivas em razão do incremento de fatores, como estudos técnicos de geologia e arqueologia, além de arquitetura e urbanismo, políticas de segurança pública como o retorno de áreas iluminadas, assistencialismo social, dentre outros que levam em consideração os impactos econômicos e o retorno financeiro que será gerado pela área, tanto para os moradores quanto para a própria cidade (VARGAS; CASTILHO, 2009).

Observando-se pesquisas com linhas de raciocínio semelhantes (BEZERRA e CHAVES, 2014; JERÔNIMO COSTA, 2014) percebe-se que o incremento de fatores descritos no parágrafo acima, corroboram a criação, gerenciamento e manutenção tanto da cultura do local quanto do meio em que a sociedade convive, e não apenas isso, permite a também a criação de estratégias ligadas à sustentabilidade. Como visto até aqui, sabe-se que os projetos de requalificação em cidades históricas do Brasil advêm da formulação e implementação de políticas públicas, as quais, quando em curso, passam a interferir intrinsecamente no território ao qual foi implantado, e posteriormente à sociedade, à humanidade.

Há de se relatar aqui, que geralmente, de acordo com as pesquisas descritas, o retorno da intervenção pode ser positivo, pelo menos do ponto de vista social, econômico e cultural. Por outro lado, deve-se lembrar de que nem sempre essas políticas seguem o cronograma pré-estabelecido, pois são passíveis em diversos momentos, de sofrer interposições das organizações e da sociedade, ocasionando mudanças drásticas na aplicação das ações previstas, gerando intempestividade na execução do projeto e maior dispêndio de recursos e serviços públicos, além, claro, dos prejuízos financeiros aos comerciantes da área e ao próprio poder público que passa a arrecadar menos e a gastar mais para ajustar os projetos de forma que consiga seguir o ritmo de execução planejado (BRAGA; SANTOS JÚNIOR, 2009).

Outra questão ligada à problemática da não execução, intervenção ou até mesmo extinção de projetos de requalificação está intimamente ligada ao social, uma vez que o anúncio de tais políticas gera na sociedade uma espécie de expectativa para a padronização da identidade do local, o reordenamento dos espaços públicos, a despoluição visual gerada ao longo de décadas de esquecimento, além, claro, de fomentar estratégias econômicas que a

partir do lançamento da política, passarão a ser desempenhadas pelos empresários da área, gerando dispêndio financeiro para o ajustamento à nova identidade e para investimento no comércio, visando o retorno que essa obra poderá trazer em um futuro não muito distante.

Faz-se importante salientar, entretanto, analisando o panorama descrito até aqui, que especialmente na cidade de Manaus, é sabido que os projetos passam por inúmeros processos de intervenção, o que ocasiona morosidade, intempestividade e imprecisão quanto à conclusão da obra. Alguns desses exemplos podem ser citados: revitalização do porto hidroviário de Manaus, a reforma do complexo arquitetônico da Matriz, a volta do bondinho elétrico que passaria a circular na Av. Eduardo Ribeiro até o porto da cidade, entre outros, isso somente para citar os projetos ao longo da última década. Portanto, deve-se tomar cuidado para não frustrar-se ou para não investir tempo e dinheiro em obras com a promessa de revitalização, o que também fomentaria outros benefícios como a melhoria da pavimentação, calçamento, renovação da rede elétrica, iluminação, tratamento de esgoto, entre outros.

Além desses fatores, devem ser incluídos no estudo aspectos que agregam valor científico para a execução do processo de revitalização, levando em conta a sua interligação com o espaço moderno e com as ferramentas contemporâneas utilizadas pela sociedade nas grandes cidades, tudo isso para não gerar disparidade cultural, tampouco maior dispêndio de recursos. Por isso, algumas ações devem ser pensadas, como por exemplo: a circulação de veículos na área, limpeza e conservação das fachadas originais no caso dos casarões clássicos da época da borracha, projetos de iluminação pública e segurança, pois após ser revitalizado o espaço tornar-se-á atração turística.

Com certeza há a necessidade de preservação, tanto que ficam evidentes os benefícios que um processo de revitalização pode trazer à cidade e a humanidade. Por outro lado, deve-se seguir criteriosamente a composição da política pública a ser desenvolvida no processo, respeitando as suas fases (concepção e elaboração do plano; implementação do projeto; e, finalização da obra), justamente “onde se identifica se a intervenção realizada gerou as mudanças esperadas, busca-se o encerramento gradativo e organizado e a integração dos produtos da política com os seus usuários” (SOUZA, 2011, p. 2).

Baseado neste contexto, e a partir do conhecimento da execução de programas de revitalização ainda em curso no Centro Histórico da cidade, bem como a elucidação das fases de implementação do ciclo de políticas públicas, esta dissertação traz à luz o seguinte questionamento: Como foi agendada e implementada a Política Pública de requalificação do Centro Histórico de Manaus?

O estudo foi pensado para ser desenvolvido no município de Manaus, estado do Amazonas, no período de 1999-2010, e 2013 -2016, onde existem projetos de requalificação em curso, sobretudo no Centro Histórico da cidade, com o intuito de gerar áreas de preservação, revitalização de espaços históricos abandonados e/ou degradados e lugares de uso comum à população manauara sem qualquer que seja a distinção, uma vez que, segundo os estudos consultados (BEZERRA e CHAVES, 2014), todos os projetos buscam compreender a dinâmica urbana contemporânea, preocupando-se em assimilar a essa dinâmica todo o valor histórico, cultural e social existente, inclusive, levando em consideração a geração de lucro para os diversos atores envolvidos no processo de políticas públicas que visam o retorno financeiro.

Uma valiosa fonte de informações referente à situação dos indicadores sociais no Brasil é o “Atlas da Exclusão Social no Brasil”, organizado por Pochmann e Amorim (2004), demonstrando a situação social dos municípios brasileiros, na qual 42% do total de municípios, ou seja, 21% da população brasileira, vive em situação de exclusão social, sendo que brasileiros residentes em 200 municípios (3,6% do total), representam 26% da população, vivem em localidades com padrão de vida adequado. A ampla concentração destes 200 municípios está localizada nas regiões Sul e Sudeste do país (STAEVIE, 2015).

Na construção do índice de exclusão social, os investigadores utilizaram-se de assuntos relacionados à (i) um padrão de vida digno; (ii) conhecimento e; (iii) risco juvenil (PORCHMANN & AMORIM, 2004). Este índice foi mensurado para o total dos 5.507 municípios brasileiros em 2000.

Nos estados do Acre, Roraima, Amazonas e todos os da região Nordeste, quase 100% dos municípios apresentaram elevados índices de exclusão social.

A metodologia de cálculo e apreciação dos índices considerou: o índice de escolaridade entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); o índice de alfabetização entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); o índice de pobreza entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); índice de desigualdade social entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); índice de emprego formal entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social); índice de concentração de jovens varia entre 0,0 e 1,0 (quanto maior o índice, melhor a situação social) e; índice de violência varia entre 0,0 e 1,0 sendo que quanto maior o índice, melhor a situação social (STAEVIE, 2015).

O índice de exclusão social é determinado a partir da determinação dos demais índices de escolaridade, de alfabetização, de pobreza, de desigualdade social, de emprego formal, de concentração de jovens e de violência.

Outro ponto fundamental a destacar é que nos respectivos estados aos quais as capitais pertencem, a situação dos demais municípios é pior do que a observada nestas cidades. As capitais são excelentes comparadas aos demais municípios. O índice é geral para o município e não contempla as desigualdades existentes entre os bairros de maior riqueza e de maior pobreza da cidade. O município é considerado como a unidade geográfica de referência (STAEVIE, 2015).

A capital amazonense, Manaus, ocupa a posição de número 1.112 no ranking, com o índice de 0,522. São 1.111 municípios em melhor situação social, ao passo que cerca de 4.395 apresentam uma pior situação social que esta capital (PORCHMANN & AMORIM, 2004).

Manaus considera-se uma cidade de excluídos, toda vez que os pesquisadores determinam o índice igual a 0,6 como limite inferior para os incluídos. Assim, o valor mínimo do índice para que uma cidade seja qualificada de incluídos é de 0,6, o que não acontece em Manaus que observa o índice de 0,522. Um fator paralelo é que todas as capitais periféricas da Amazônia são consideradas como cidades dos socialmente excluídos socialmente (STAEVIE, 2015).

O processo de exclusão social e de desenvolvimento territorial excludente, e que extrapola as dimensões da pobreza vista enquanto renda, é uma das dimensões na qual a pobreza e a fome assumem por meio da diferenciação entre pobres e ricos, alfabetizados e analfabetos, famintos e alimentados (CAMEIRO, PEREIRA e SOUZA, 2005).

Campos et al. (2003) argüem que o fenômeno da nova exclusão social no Brasil, atribuída à violência e ao desemprego, foi acelerado a partir da década de 1980, devido à estagnação dos índices de emprego formal e violência, originados pelo baixo crescimento econômico do país. Conforme os autores, essa nova exclusão se agregou à chamada velha exclusão, associada a baixo ingresso e à baixa instrução, ambas intensificadas nos centros metropolitanos do país.

No Atlas da Exclusão Social no Brasil, Pochmann & Amorim (2003) indica-se que cerca de 42% do total de municípios do Brasil, 21% da população brasileira, correspondem à localidades associadas a elevados índices de exclusão social. O Índice de Exclusão Social,

construído por Pochmann & Amorim (2003), apresenta aspectos relacionados a um padrão de vida digno (pobreza, emprego formal e desigualdade), conhecimento (anos de estudo e alfabetização) e risco juvenil (concentração de jovens e violência) com a maioria dos municípios se enquadrando nas regiões Norte e Nordeste. Os autores referidos raciocinam que existem alguns acampamentos de inclusão social em meio a uma ampla selva de exclusão, que se especializa por praticamente todo o território brasileiro.

Sendo a pobreza um fenômeno complexo, os estudos nacionais sobre o tema tem adotado o critério da renda como indicador maior, devido às dificuldades de mensuração dos diversos aspectos que compõem a pobreza. Considera-se a linha de pobreza como sendo construída imaginariamente por aquelas pessoas portadoras de rendimentos inferiores a um salário mínimo (PORCHMANN & AMORIM, 2003).

Consideram-se como domicílios pobres, aqueles com rendimentos inferiores a 1 (um) salário mínimo. No Norte do Brasil, em especial Amazonas tem uma representação acima de 30% e menor a 45%. Existe também o indicador de analfabetismo para pessoas acima de 5 anos da ordem de 20% a 30% da população. Nas estatísticas do IBGE (2004), os grandes bolsões de pobreza correspondem às regiões metropolitanas e as microrregiões de Manaus, Vale de Ipojuca no Agreste Pernambuco, Feira de Santana no Centro Norte da Bahia e Ilhéus-Itabuna no Sul da Bahia. A concentração de terra é muito expressiva em Manaus na ordem de 40%-50% e de 50%-99% das terras ocupadas pelas propriedades acima de 500 hectares nas microrregiões brasileiras (CAMEIRO, PEREIRA e SOUZA, 2005).

O objetivo geral desta dissertação foi avaliar a Política Pública de Requalificação do Centro Histórico de Manaus sob a ótica do ciclo de políticas públicas sugeridas por Secchi (2014), no período de 1999-2010 e no período da gestão vigente de 2013-2016.

Como objetivos específicos foram:

➤ Compreender o processo de tomada de decisão do poder público na elaboração da Política Pública de Requalificação do Centro Histórico de Manaus por meio da instituição de uma secretaria municipal específica para gerir o Centro.

➤ Descrever as etapas de formulação e implementação dessa política, relatando o processo de criação dessa secretaria específica, suas competências, a investidura dos servidores públicos, a alocação do orçamento, a elaboração do seu regimento interno e normas relevantes de funcionamento.

➤ Verificar como estão as ações de requalificação no Centro Histórico de Manaus e investigar as perspectivas da continuidade dessa política seguindo o modelo do ciclo de políticas públicas proposto por Secchi (2014).

Nas últimas décadas, o campo do conhecimento denominado políticas públicas – bem como o das instituições, regras e modelos que orientam a decisão, elaboração, implementação e avaliação dessas políticas – tornou-se cada vez mais importante pela necessidade e dificuldade do Estado brasileiro de formar coalizões políticas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social (SOUZA, 2006). Diante disso, quando se sabe que existe em curso um processo de requalificação na cidade, aparece a inquietação pela busca da elucidação do processo, para que dele não seja despendido tempo, nem recursos financeiros que o prejudiquem, se, claro, este seguir todas as normas pré-estabelecidas.

Baseado nisto, esta pesquisa justifica-se do ponto de vista científico pela investigação correlacionada ao tema e pela relevante contribuição que o estudo trará para a cidade de Manaus, no sentido de produzir discussão sobre os processos de implementação fazendo alusão aos ciclos de políticas públicas abordadas por Leonardo Secchi (doutor em Estudo Políticos pela Universidade de Milão – Itália; pós-doutor pela Universidade de Wisconsin – Estados Unidos; professor de Administração Pública, Mestrado e Doutorado na Universidade Estadual de Santa Catarina e membro diretor da Sociedade Brasileira de Administração Pública – SBAP), em sua obra intitulada: Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos, publicada pela editora Cengage Learning em 2014.

A pesquisa tem sua relevância fundamentada na identificação e na descrição das etapas que compõem as fases de elaboração e implementação da Política Pública de Requalificação do Centro Histórico de Manaus. Pois há a necessidade de gerar o entendimento de como os objetivos foram traçados e se todos os passos foram respeitados, pois este tipo de processo precisa ser importante para a coletividade (sociedade) e exequível pelos atores que a implementarão para que possam ser legitimadas e obtidas a eficácia do programa sem que se corra o risco de possíveis interrupções ou paralisações à sua execução por falta de planejamento adequado.

Do prisma acadêmico, a investigação justifica-se por fomentar a busca pelo conhecimento empírico, para quem desejar ter contato com o tema em busca da verdade *in loco*, para que se possa conhecer como a política pública foi pensada, como foi construído a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar o problema, o impacto da introdução

dessa política pública de maneira intempestiva no orçamento público do município de Manaus, bem como os benefícios futuros – ou não – que serão gerados.

A justificativa se dá, também, em virtude do tema contemplar a linha de pesquisa escolhida cujo foco é a gestão do desenvolvimento socioambiental. O objetivo principal do gestor público deve ser desenvolver um trabalho eficiente e eficaz no sentido de atender os anseios da coletividade no município por intermédio de um planejamento estratégico de políticas públicas.

A justificativa do presente trabalho está relacionada à avaliação da construção da gestão do território, isso implica no rompimento da auto-referências das políticas setoriais, constituindo uma resposta positiva para as necessidades urgentes das cidades brasileiras em que o patrimônio histórico tem exercido um papel agregador. Isso ficou a ser apreciado no Programa Monumenta.

O Programa Monumenta do Iphan tem sido uma das iniciativas governamentais no campo da política de patrimônio cultural e da política urbana que focam as questões, os desafios, os limites, as possíveis soluções inseridas na gestão do território das cidades brasileiras e, particularmente, de suas áreas centrais como Manaus.

A justificativa também considera um avanço das políticas de patrimônio, ao estabelecer na sua operação algumas práticas até então inexistentes ou incipientes que deve ser avaliado periodicamente. Assim, é importante avaliar o planejamento das intervenções a partir da construção pactuada de uma estratégia de ação pressupondo o desenvolvimento local e o estabelecimento de novos instrumentos, dimensões e abrangência para suas ações como, por exemplo, o financiamento de imóveis privados, a dinamização de atividades econômicas e as intervenções urbanas.

É verdade que por um lado o programa demonstrou obviamente em escalas distintas e impactos diferenciados a possibilidade de existência de ações coordenadas sobre um determinado território, por outro apontou claramente o seu limite e posterior desafio. Quando se formula um pacto de políticas a desenvolver de forma setorial por diversos agentes públicos trouxe uma certeza: seus resultados mudaram a perspectiva socioeconômica de várias cidades no âmbito turístico ou cultural.

A justificativa salienta a importância de avaliar o Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano com um histórico de mais de três centenas de intervenções realizadas nas 26 cidades conveniadas com o Ministério da Cultura para participarem do

programa. Há um inventário completo das centenas de obras e ações realizadas com a preocupação centrada no registro completo de tudo que foi feito, nos onze anos de implementação do programa.

Esta pesquisa contribui no conhecimento da controladoria quando avalia a contribuição do programa para a preservação dos núcleos históricos e identificar as contradições e inovações que ele introduziu para a proteção do patrimônio cultural, em particular, para a sua sustentabilidade. Além de analisar as intervenções do ponto de vista dos seus resultados físicos, deve-se avaliar também seu impacto sobre a dinâmica econômica, social e urbana destas cidades.

A justificativa destaca o programa Monumenta, o qual não é um programa tradicional de restauração de edifícios e sítios urbanos protegidos, tendo, ao longo dos seus anos de existência, inovado significativamente as políticas de preservação do patrimônio cultural do país. Dito programa realizou intervenções para qualificar os espaços públicos dos núcleos históricos e de gerar impactos econômicos, urbanos, sociais e culturais e assim garantir a sustentabilidade do processo de preservação, ou seja, para criar bases que pudessem permitir o desenvolvimento das cidades com relação ao seu patrimônio.

Este estudo encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro traz à luz a revisão bibliográfica acerca do embasamento teórico relacionado ao tema da pesquisa. No segundo capítulo se desenvolve as políticas públicas de Requalificação. No terceiro capítulo se desenvolveu a Metodologia da Pesquisa.

No quarto capítulo há a descrição dos resultados da pesquisa, tratados de forma qualitativa e quantitativa, sendo avaliados criteriosamente para a produção de resultados concisos e realísticos em acordo com a documentação analisada e a mensuração que o processo gerou para os atores públicos envolvidos no processo de requalificação do Centro Histórico de Manaus.

Por fim, abordou-se a conclusão da dissertação, fazendo alusão ao alcance dos objetivos da pesquisa e respondendo à inquietação formulada na problematização.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo contém fundamentação teórica que subsidiará o processo de investigação científica da pesquisa. O referencial teórico da pesquisa está organizado em dois eixos, para melhor compreensão do tema, a saber: o primeiro eixo aborda a fase conceitual de políticas públicas, o problema público, a tipologia das políticas públicas e o ciclo de políticas públicas; o segundo eixo abrange as discussões sobre políticas públicas de requalificação, enfocando os pressupostos para a requalificação, trazendo um breve histórico sobre a requalificação no Brasil e no mundo e finalizando com o histórico das políticas de requalificação do Centro Histórico de Manaus até os dias atuais.

1.1 Políticas Públicas

As políticas públicas surgiram como uma subdivisão relevante dentro da disciplina de Ciência Política entre as décadas de 1960 e 1970 assevera Sabatier (1995), que completa dizendo que Lerner e Lasswell, autores da obra *The Policy Sciences* em 1951 são apontados como os primeiros a produzir trabalhos sobre o tema. Souza (2006) considera que a área de políticas públicas contou com quatro grandes precursores: Lasswell, Simon, Lindblom e Easton.

O campo de conhecimento de Políticas Públicas ganhou espaço e importância como ciência já discutindo as implicações de suas abordagens dentro do campo científico, começando em nações desenvolvidas como o Estados Unidos já na década de 50 onde o termo “Policy Sciences” foi cunhada pela primeira vez por Laswell (1951), de fato:

O interesse pela investigação em políticas públicas, área também designada como policy science, começou na década de 1950, nos Estados Unidos da América (EUA) e, a partir dos anos de 1970, difundiu-se também pela Europa, em particular na Alemanha e nos países escandinavos. (SERAPIONI, 2016, p. 60)

Sobre as Políticas Públicas no Brasil, Hochaman, Arretche e Marques (2007, p.9) corroboram que “a área de estudos de políticas públicas, no Brasil, nasce com a transição do autoritarismo para a democracia, entre os finais do ano 1970 e a primeira metade 1980”.

1.1.1. Definições

Em busca de dados bibliográficos sobre o tema Políticas Públicas, percebeu-se a complexidade do tema e a extensão do conhecimento ao qual ele pode ser atribuído: Ciências Sociais (como no caso desta dissertação); Ciências Políticas; Ciências Econômicas; e, Estudos da Administração Pública contemporânea, justo por servir de mecanismo de controle e promoção da atuação do Estado. Assim sendo, o objetivo e o alcance de determinada política devem ser pensados em conjunto, onde haverá vários sujeitos em um mesmo processo e as consequências da tomada de decisão recairá sobre todos eles, seja para o benefício ou não (SILVA; GARCIA, 2013).

Por isso, entende-se por Política Pública:

Uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público: em outras palavras, a razão para o estabelecimento de um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2010, p. 2).

Tendo em mãos essa definição, os autores Silva e Garcia (2013, p. 18) dizem que “algumas questões precisam ser levantadas para a reflexão de uma investigação mais aprofundada, sobretudo sobre as ações estatais e suas consequências no intuito de saber: quem pode implementar este tipo de política, além do Estado? Eles podem ser responsabilizados?”. Em relação a estes questionamentos, o que se pode afirmar é que foi observada na literatura consultada a existência de duas vertentes: uma que considera o Estado como responsável pela efetivação dessas políticas; e, outra que defende coparticipações dos chamados atores da política pública.

Nota-se que as políticas públicas, na visão da vertente estatal, responsabilizam apenas o Estado pelo planejamento, execução e finalização do processo da política. Já na visão coparticipativa elas permitem o auxílio de agentes que não pertencem ao Estado para atuar em frentes mediadoras em busca da solução de um problema público. Baseado na possibilidade da coparticipação, Silva e Garcia (2013) afirmam que outra questão pode surgir, e relaciona-se à negligência, isto é, à descontinuidade proposital da política.

Pelas vertentes expostas acima, alguns clássicos da literatura definiram políticas públicas pela abordagem estatista ou estadocêntrica (*state-centered policy-making*) (DYE, 1984;) e outros pela abordagem multicêntrica, policêntrica ou coparticipativa (DROR, 1971;

KOOIMAN, 1993; RHODES, 1997; REGONINI 2001). O mais importante disso é a correlação existente nessas literaturas quanto à alusão de que o objeto em questão se trata de um conjunto harmonioso de decisões. Rua (2009, p. 20) corrobora quando diz que “embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública”, ou seja, ela é composta por um fluxo de decisões que almejam um equilíbrio entre os pares, mesmo que protagonizada apenas pelo Estado (SARAVIA, 2006).

A abordagem estatista admite que atores não estatais até tenham influência no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, entretanto, não confere a eles o privilégio de estabelecer (decidir) e liderar um processo de política pública. A abordagem multicêntrica adota um enfoque mais interpretativo, por isso menos positivista do que seja uma política pública. A interpretação do que seja um problema público e do que seja enfrentar um problema público partem dos atores envolvidos com o tema: os *policymakers*, os *policytakers*, os analistas de políticas públicas, a mídia, os cidadãos em geral.

Nesse sentido, entende-se que haverá o benefício para todos, independentemente do ator e do grau de envolvimento dele na tomada de decisão, mesmo que seja elaborada apenas pelo governo; pois uma política pública é abrangente e não fica limitada a leis e regras; compreende uma ação com intenções claras e com objetivos delineados; há possibilidade de gerar impactos de curto e longo prazo e envolve processos, sendo necessário planejar, implementar, acompanhar e avaliar (SANTOS, 2015). Percebe-se assim que muitas são as definições sobre Políticas Públicas, tanto na literatura clássica quanto na mais atual, há, entretanto, consenso no papel do Estado como fomentador de políticas e solucionador de problemas públicos.

Pensando nisso, o gestor público deve ter como foco a satisfação da necessidade da população. O papel primordial do poder público deve ser identificar o problema público e partir para o planejamento, formulação e execução de ações nas diversas áreas como saúde, educação, transporte, segurança, habitação, lazer, requalificação urbanística, segurança, assistencialismo e outras no sentido de fomentar uma resolução, impulsionando o desenvolvimento econômico e promovendo a inclusão social da população.

Ainda sobre as definições de política pública, revela que:

A política pública é um campo holístico, e isto implica que a área de estudo torne-se território de várias disciplinas, teorias e modelos analíticos e que isso, não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta vários olhares. (SOUZA,2006, p.26)

Faz-se justa, desde que esses olhares sejam orientados a manter o equilíbrio social, pois há de se considerar que o esperado é que todo conjunto de decisões públicas devem ser destinado a modificar uma realidade para melhor, juntamente com as decisões condicionadas por esse próprio conjunto e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, além dos valores, ideias e visões dos atores que influenciam na tomada de decisão.

Diante de diversas definições há de se considerar este resumo de uma teórica contemporânea:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Algumas políticas têm um espaço geográfico de atuação de políticas públicas, voltadas a um ambiente específico como as políticas urbanas: o espaço urbano construído, como é o caso desta pesquisa. Silva (2004) enfatiza que esse espaço urbano denomina o meio ambiente artificial ou meio ambiente urbano, que pode ser subdividido em espaço urbano fechado, como as edificações, ou espaço urbano aberto, a exemplo das ruas, praças e áreas verdes. Uma visão ampla do meio ambiente urbano, concebendo-o como todo o conjunto de fatores que se interagem no espaço construído é apresentada por Metzger e Peltre (1996), no sentido que o meio ambiente urbano envolve um sistema de objetos que evoluem no tempo e no espaço, de políticas de gerenciamento, de consumos e usos e de funcionamento de sistemas materiais (naturais, artificiais ou técnicos) e de noções de um espaço que é resultado de processo histórico territorial, resultantes tanto das maneiras de produzir, de consumir as coisas, quanto dos aspectos técnicos, sociais, jurídicos e culturais.

Assim, as políticas urbanas, segundo Fernandes (2007), devem ser norteadas pelo direito a uma vida digna nas cidades; pelo direito de viver com qualidade de vida se sobressaindo ao mero direito de sobrevivência.

1.1.2. O problema público

Quando se fala em política pública é imprescindível conceituar problema público, uma vez que toda implantação de projetos públicos têm a sua origem num problema público. O

que ocorre é que um problema que seja entendido como relevante para a sociedade, será usado como ênfase no estudo de Políticas públicas. Segundo Sjöblom (1984), um problema existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor, isto é, o problema é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível.

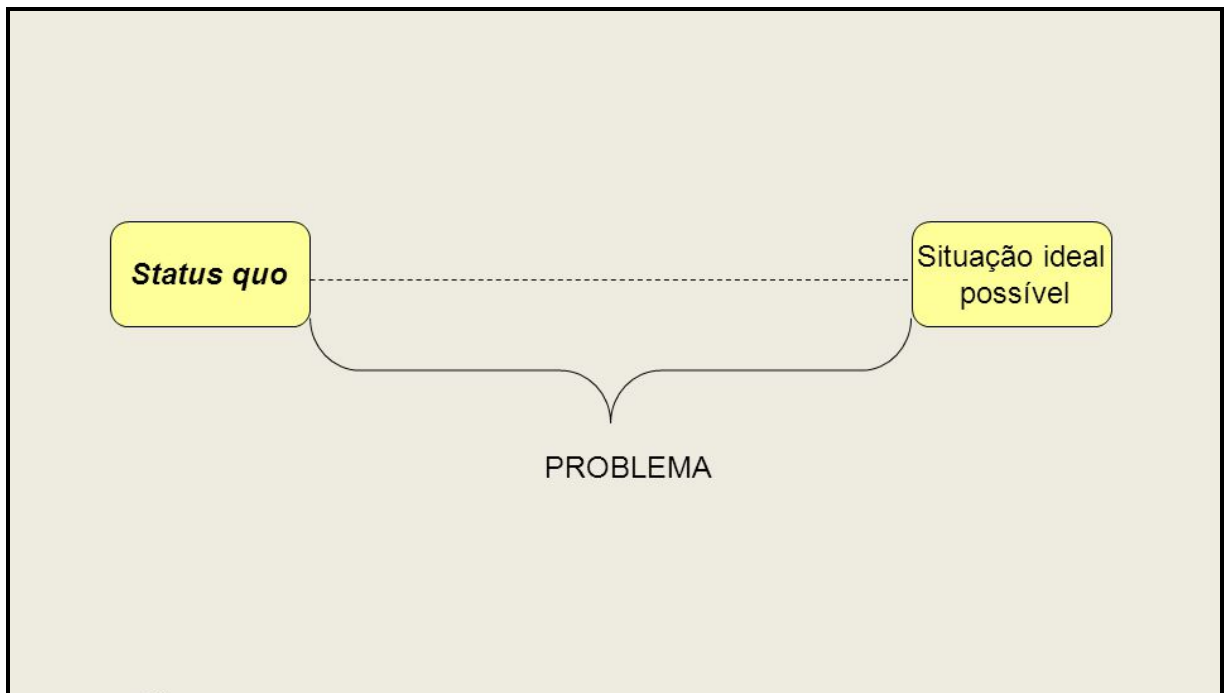


Figura 1: O problema público.
Fonte: Sjöblom, (1984); Secchi, (2010).

Percebe-se pela Figura 1 que quando há a disparidade entre a situação atual de um ambiente e outra que possa ser viabilizada como ideal aí se identifica o problema público. Ou seja, o problema é a situação inadequada, e só pode ser considerado público, se for relevante para a coletividade.

Importante ressaltar que para a interpretação e solução do problema, primeiramente ele deve ser entendido por todos os atores políticos interligados e esses subjetivamente o considerarem um problema.

1.1.3 A tipologia das políticas públicas

A escola de pensamento sistêmico das ciências políticas liderada por Davis Easton (1953) e seus seguidores tinham o entendimento de que as políticas públicas eram como um produto do processo político que transformava *inputs* (demandas e apoios) em *outputs*

(decisões e ações). Entretanto Theodore J. Lowi (1972) afirmou que *policies determine politics*, ou seja, as políticas públicas determinam a dinâmica política, propondo assim, uma reviravolta na relação causal entre política e políticas públicas (AGUM; RISCADO e MENEZES, 2015).

Alguns modelos explicativos foram desenvolvidos para que se houvesse um melhor entendimento de como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que trará repercussão na vida dos cidadãos. Destacar-se-á os principais nesta pesquisa, sendo que a mais conhecida tipologia sobre política pública foi desenvolvida por Lowi (1964) e foi elaborada por meio de uma máxima: A política pública faz a política.

Tipologia de Lowi: Nesta tipologia, o autor sustenta que “política pública é toda ação do Governo que desencadeia interesses pessoais ou de grupos, tendo em vista que essas ações submetem as pessoas a algum tipo de coerção” (SOUZA, 2014, p. 2). Assim, desde a contribuição de Lowi (1972), o elemento mais básico de uma análise de políticas públicas passou a ser a verificação do tipo da política pública que está se analisando.

A máxima de Lowi (1964-1972) quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que as disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas (SOUZA, 2006). A base dessa tipologia é o critério do impacto que a sociedade pode ter, qual o impacto esperado pela sociedade.

Segundo Lowi (apud SOUZA, 2014) nesse critério a política pública pode assumir quatro formatos, conforme a Figura 2 a seguir:

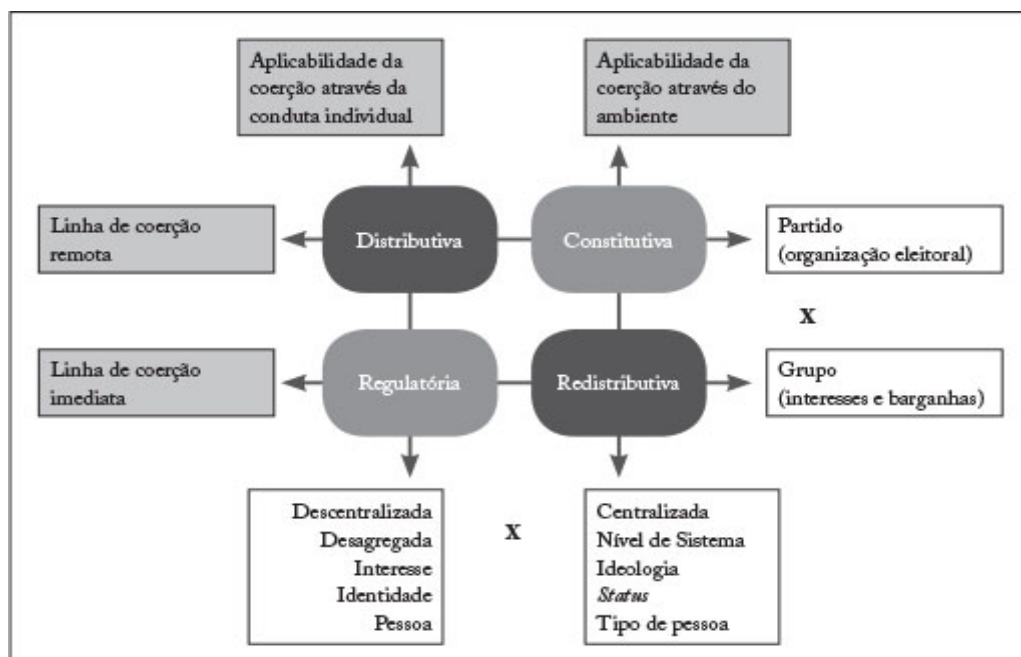


Figura 2: Tipologia de Lowi.

Fonte: Souza, (2014) adaptado das ideias de Lowi, (1972).

Analisando-se a Figura 2 observa-se um cruzamento dos tipos de coerção com as possibilidades de sua aplicação, assim surgiu uma tipologia de políticas públicas identificada por Lowi (1972): a) políticas distributivas, que implicam decisões sobre desoneração fiscal ou sobre aplicação de recursos financeiros, privilegiando determinados grupos, setores ou regiões; b) políticas regulatórias, que estabelecem regras, procedimentos ou formas de atuação, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse; c) políticas redistributivas, que preveem o atendimento a grupos sociais menos privilegiados, impondo perdas concretas a alguns e ganhos incertos a outros; e, d) políticas constitutivas, voltadas à consolidação do próprio governo por meio de relatório, prestação de contas ou propaganda (SOUZA, 2014, p.3 grifo da autora).

Tipologia de Wilson: Esta tipologia foi formulada por James Quinn Wilson (1983) que adotou o critério da distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade. Mas há uma diferença fundamental entre a tipologia de Lowi e a de Wilson: é que uma baseia-se na definição arbitrária e objetiva da natureza da política pública enquanto a outra recomenda a classificação da política pública segundo a percepção ou interpretação dos próprios *policytakers*.

Quadro 1: Tipologia de *Wilson*.

TIPO DE POLÍTICA		BENEFÍCIOS	
		Concentrados	Difusos
CUSTOS	Concentrados	<p>Grupos de interesse Luta dos grupos pela conquista da arena política, visando desequilibrar o jogo.</p>	<p>Empreendedora Leva o agente público a buscar apoio de grupos sociais ou de políticos para poder realizar a sua missão.</p>
	Difusos	<p>Clientelista Captura pelo grupo dominante.</p>	<p>Majoritária Dependerá de ação política que aglutine interesses dispersos.</p>

Fonte: Wilson, (1983).

Analisando-se o Quadro 1 percebe-se que as políticas de grupos de interesse são aquelas em que tanto custo quanto benefícios estão concentrados em certas categorias; as

empreendedoras importam em benefícios coletivos, e os custos ficam concentrados sobre certas categorias, mas enfrentam dificuldades quando à organização de interesses coletivos contrários a interesses concentrados (OLSON, 1999); as políticas clientelistas são aquelas que geram relação de proteção em troca de apoio (BAÍÁ, 2003).

Tipologia de Gormley: nesta tipologia, o nível de saliência, que é a capacidade de afetar e chamar a atenção do público em geral, e o nível de complexidade, que é a necessidade de conhecimento especializado para a sua formulação e implementação é a base da distinção. Sendo assim, uma temática possui um nível alto de saliência quando um grande número de pessoas se mobiliza em torno do tema, e possui alto nível de complexidade quando as questões relativas à sua formulação e implementação precisam de especialistas para ser conduzidas (GORMLEY, 1986), conforme o quadro abaixo:

Quadro 2: Tipologia de Gormley

FATOR E INTENSIDADE		COMPLEXIDADE	
		ALTA	BAIXA
SALIÊNCIA	ALTA	Política de sala operatória <i>(operating room politics)</i>	Política de audiência <i>(hearing room politics)</i>
	BAIXA	Política de sala de reuniões <i>(board room politics)</i>	Política de baixo escalão <i>(street level politics)</i>

Fonte: Secchi (2012) adaptado de Gormley (1986).

Neste sentido, as políticas denominadas de audiência são aquelas que atraem o interesse de um grande número de indivíduos e não requerem níveis altos de especialização para sua elaboração. Já as políticas de baixo calão são de simples elaboração, porém, não despertam o interesse popular por tratarem de rotinas administrativas do setor público. A política denominada sala de reuniões detém atenção popular, mas ao mesmo tempo requer certo grau de conhecimento para a construção da política como, por exemplo, a construção dos pacotes relacionados à reforma administrativa estatal. E a política denominada sala

operatória requer elevado grau de especialização dos responsáveis pela elaboração da política e tem grande apelo popular (GORMLEY, 1986).

Para exemplificar esta tipologia, há políticas públicas que são de simples elaboração do ponto de vista estrutural, mas que tendem a atrair grande atenção das pessoas, dos partidos e da mídia como, por exemplo: políticas de cotas raciais, regulamentação sobre aborto, regulamentação da prostituição.

Tipologia de Gustafsson: Em 1983 Gustafsson propôs outra tipologia cujo critério de distinção é o conhecimento e a intenção do *policymaker*. Veja o quadro a seguir:

Quadro 3: Tipologia de Gustafsson.

IMPLEMENTAÇÃO		INTENÇÃO	
		SIM	NÃO
CONHECIMENTO PARA ELABORAÇÃO	DISPONÍVEL	Política Real	Política Simbólica
	INDISPONÍVEL	Pseudopolítica	Política sem sentido

Fonte: Secchi (2012).

Nesta tipologia, os *policymakers*, defendem que suas políticas públicas pertencem a essa categoria. São consideradas políticas públicas reais e, portanto ideais. São reais porque incorporam a intenção de resolver um problema público, tendo o conhecimento para resolvê-lo.

Tipologia de Bonzeman e Pandey: Esta tipologia enfoca outra forma de distinguir as políticas públicas de acordo com seus conteúdos. O conteúdo técnico e o conteúdo político (BONZEMAN e PANDEY, 2004).

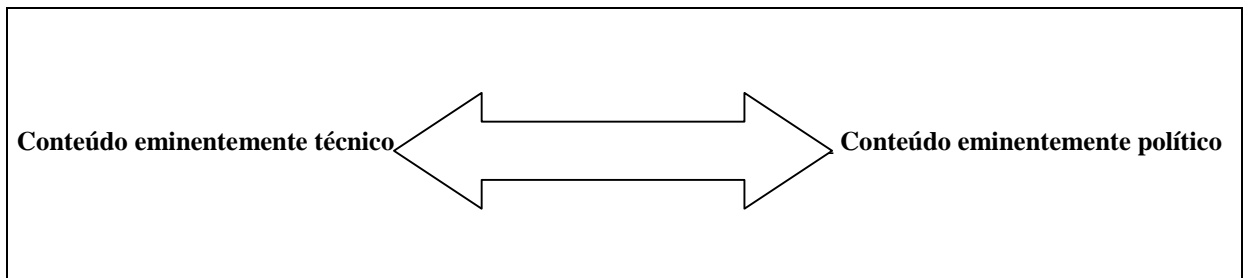


Figura 3: Tipologia de Bonzeman e Pandey.
Fonte: Bonzeman e Pandey (2004).

Analisando-se a Figura 3, entende-se que as políticas públicas de conteúdo essencialmente político são aquelas que apresentam conflitos relevantes no estabelecimento de objetivos, e, de alguma forma há ganhadores e perdedores da política pública. Além das políticas de conteúdo essencialmente político, existem aquelas que apresentam poucos conflitos relativos aos objetivos e ao ordenamento dos objetivos, apesar da possibilidade de aparecerem conflitos com relação aos métodos, que são as políticas de conteúdo técnico (BONZEMAN e PANDEY, 2004).

Isso significa dizer que a essência da política pública pode ser alterada durante o seu ciclo, e por ser longo, esta política que parecia ser técnica em sua fase de estudos de alternativas, pode ganhar características fortemente política no momento da tomada de decisão, trazendo, assim, dificuldades para essa tipologia.

1.1.3. O ciclo das políticas públicas

Após uma série de estudos metodológicos sobre *policy making* confrontando contribuições atuais com as que já se tornaram clássicas, como as de *Bardach*¹ (1978) e *Elmore*² (1979) elaboradas ainda na década de 70, constata-se que esses estudos se enquadram na recente e intensa produção de cientistas políticos, principalmente de origem anglo-saxão sobre os caminhos da ação do Estado no ciclo das políticas públicas, o que se observa a seguir:

¹ Professor da Escola de Goldman de Políticas Públicas na Universidade da Califórnia, Berkeley.

² Atual membro da Academia Nacional de Educação e ex-presidente da Associação para Políticas Públicas e Gestão, a organização nacional que representa os programas de pós-graduação em política e gestão pública nos EUA.

O Estado em ação -, isto é, o modo de operar do Estado, que se traduz no ato de “fazer” políticas públicas. “Essa produção, visivelmente intensificada a partir dos anos 70, o modo de funcionamento da máquina estatal, tendo como ponto de partida a identificação das características das agências públicas fazedoras de política”; dos atores participantes desse processo de “fazer” políticas; dos mecanismos, critérios e estilos decisórios utilizados pelas instituições responsáveis por “fazer” políticas; das inter-relações entre essas variáveis (agências e atores) e das variáveis externas que influenciam esse processo (VIANA, 1996).

O que se sabe é que por possuírem um caráter dinâmico as políticas públicas podem sofrer modificações no processo de elaboração e implementação. Para evitar a descontinuidade, Frey (2004) sugere a análise do ciclo político em cinco fases após a detecção do problema: (1) formação da agenda (*setting*); (2) formulação de políticas; (3) tomada de decisão; (4) implementação; e, (5) a avaliação de políticas e as correções (que se fizerem necessárias).

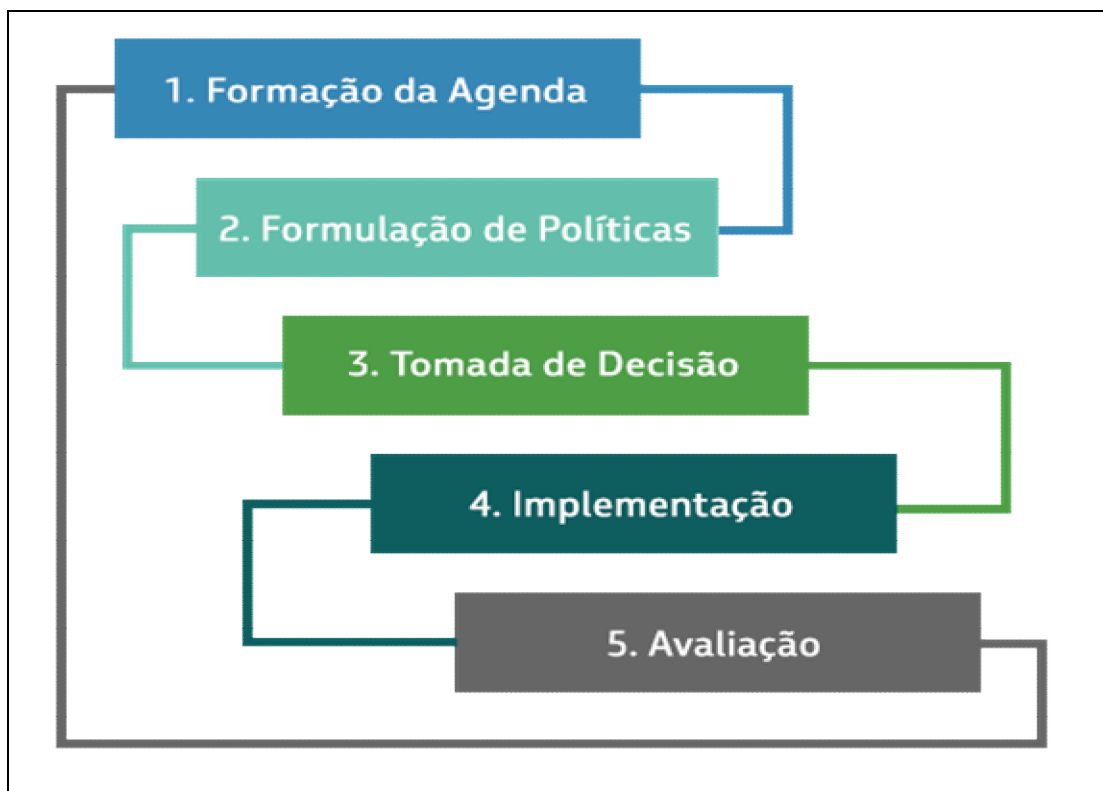


Figura 4: Cinco fases do ciclo de políticas públicas.
Fonte: Frey (2004).

Já na abordagem recente a elaboração de políticas públicas (*policy making process*) também conhecido como ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) é definido como um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes (FREY, 2004). Várias versões já foram desenvolvidas para a

visualização do ciclo de políticas públicas, mas nesta dissertação se evidenciarão as sete fases principais sintetizadas por Secchi devido à sua correlação com o tema, o objetivo da pesquisa e também pela contemporaneidade do estudo:



Figura 5: Sete fases do ciclo de políticas públicas.
Fonte: Secchi (2014).

O ciclo de políticas públicas nem sempre reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública, apesar de sua utilidade pedagógica. As sequências podem alternar-se, as fases geralmente se apresentam misturadas e, segundo Wildavsky, (1992) em alguns contextos a identificação do problema está mais relacionada ao fim do processo do que o seu início, enquanto as fases de avaliação geralmente acontecem antes do escrutínio do problema. Entretanto, o ciclo de políticas públicas tem uma grande utilidade: além de ajudar a organizar as ideias, faz com que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajudem políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos.

Quanto à identificação do problema, como dito antes, incide em adaptar-se uma circunstância onde o *status quo* necessita ser alterado para se impetrar uma situação ideal por meio de soluções que possam resolvê-lo integralmente ou mitiga-lo. Assim, a identificação de um problema contorna o componente básico para a decisão ou não da concepção de uma política pública e, por isso, ele deve ser de proeminência para uma quantidade considerável de pessoas e sua determinação perpassa pela identificação de seus fundamentos basilares que irão nortear o conjunto de causas, soluções, obstáculos e avaliações (SJÖBLOM, 1984).

No entendimento de Subirats (2006), um problema passa a ser público se: o mote obteve volume de crise e não pode mais ser incógnito; quando o mesmo contraiu propriedades

ímpares que o avulta frente aos demais; quando a questão atrai a atenção dos meios de comunicação ou quando adquire estimacão global; e quando as questões conjeturam problemas de legalidade e domínio que afetam diretamente o poder público. Assim sendo, um caso pode ganhar *status* de problema por meio da açã de grupos sociais isolados, políticos, mídia e pela própria atividade da administração pública, isto é, um problema pode aparecer de forma inesperada ou auferir importância aos poucos, como também pode ser identificado, mas não receber atençã prioritária, ficando fora da agenda governamental (BORBA, 2013).

Quanto à agenda pode-se descrever que concebe a admissã de um problema na lista de prioridades que demandam a açã estatal (SARAVIA, 2006), ou seja, reflete a percepçã dos poderes públicos com relaçã a questões que devem ser resolvidas de forma concreta (SUBIRATS, 2006). Há dois tipos de agenda: a política e a formal. A agenda política compreende um conjugado de temas elencados pela comunidade política como demandantes de intervençã pública. Já a agenda formal considera temas que o poder público determinou confrontar (COBB; ELDER, 1983). A formaçã da agenda está amarrada inteiramente à influênci dos grupos de atores que têm a capacidade de intervir no sentido de apontar quais problemas devem fazer ou não parte da agenda de atuaçã governamental.

Para o processo de formaçã da agenda faz-se necessário avaliar três pontos elencados por Subirats (2006 p. 47-49): “o primeiro abrange a valoraçã da força do problema; o segundo permeia a análise do seu choque na realidade social; e, o terceiro abarca a previsibilidade de soluções viáveis, ou seja, possíveis de se tornarem efetivas”. Com esta ponderaçã torna-se possível dizer que a agenda se desenha a partir da análise do problema, pela averiguaçã do indispensável enfrentamento do problema e pela inter-relaçã entre os atores no sentido de auferir a melhor soluçã (BORBA, 2013).

Já na fase da formulaçã de alternativas, há o levante de canais protocolares e simplórios, baseados na correlaçã entre custo e benefício. É o momento em que os atores dizem o que esperam como resultado de uma política pública (SARAVIA, 2006). Acredita-se que seja justo nesta fase, a organizaçã de programas, métodos e estratégias para alcançar os objetivos propostos.

Com o fim da fase de planejamento (formulaçã) parte-se para a tomada de decisã propriamente dita, e é justo nesta etapa que se deve considerar a participaçã daqueles que estarão mais próximos do resultado esperado pela açã, ou seja, a populaçã afetada deve influenciar diretamente no processo (OLIVEIRA, 2006). Ocorre por meio de consulta popular ou intermediaçã dos atores da sociedade. Nesta fase, a participaçã social é relevante para uma aproximaçã maior entre Estado e sociedade, o desenvolvimento da cidadania e a

redução de possíveis erros que possam ocorrer no processo de implementação da política (RUA, 2009). Em síntese, os tomadores de decisão podem, casualmente ou não, valer-se de um ou mais dos modelos abaixo, de acordo com a sua linhagem política:

Quadro 4: Síntese dos modelos de tomada de decisão.

Modelos	Condições cognitivas	Análise das alternativas	Modalidade de escolha	Critério de decisão
Racionalidade absoluta	Certeza	Análise completa e cálculo de consequências	Cálculo	Otimização
Racionalidade limitada	Incerteza	Pesquisa sequencial	Comparação das alternativas com as expectativas	Satisfação
Modelo incremental	Parcialidade (interesses)	Comparações sucessivas limitadas	Ajuste mútuo de interesses	Acordo
Modelo do fluxo de múltiplos	Ambiguidade	Nenhuma	Encontro de soluções e problemas	Casual

Fonte: Bobbio (2005).

Quanto à fase de implementação, pode-se inferir que corresponde à etapa onde a política pública é efetivamente transformada de intenção para ação (SOBRINHO; HELAL, 2014). Esta fase considera resultados palpáveis que permitem a identificação de entraves e disparates que possam afetar a fase de execução da política pública. Os resultados originam-se das análises dos elementos principais que são as pessoas, as organizações, os interesses, as competências, os recursos financeiros, informações, materiais e capacidade de influência.

Nota-se que esta fase caracteriza-se como de execução, pois é nela que há a efetivação das ações planejadas para atingir os objetivos propostos com o menor número de erros possível, ou seja, é a prática efetiva da política (BORBA, 2013).

Na sequência, após a implementação aparece à necessidade de avaliação da política pública. O objetivo primordial encaixa-se na mensuração dos efeitos produzidos por uma política na sociedade, ou seja, é o momento em que o governo tem o *feedback* a respeito da redução ou não do problema que deu origem às ações a serem analisadas. Esta fase concebe a etapa onde os planejamentos que foram aprovados e transformados em ação são analisados pela perspectiva dos impactos efetivamente causados, onde são também identificados os déficits de impacto e efeitos indesejáveis para evitar que se repitam em ações e programas futuros (FREY, 2004).

Os fundamentais discernimentos norteadores da fase de avaliação, destacados por Secchi (2010), são: economicidade; eficiência econômica com foco na análise da correlação

entre recursos utilizados e produtividade; eficiência administrativa; eficácia; e, equidade no que diz respeito à distribuição homogênea dos benefícios. Há de se relatar também que a avaliação pode ocorrer: antes do início da execução, para que haja a definição das melhores estratégias de ação para o alcance dos objetivos e monitoramento do programa; e depois da execução, de modo a avaliar a política já implementada (RODRIGUES, 2010).

A última fase do ciclo de políticas públicas é a extinção, que pode manifestar-se como uma fase complexa. Desta forma, as principais fases da extinção são: a resolução completa do problema, a ineficácia dos programas, Leis e ações, a perda progressiva de relevância do problema e sua exclusão da agenda política e formal. Em todo o curso do processo o interesse público deve permear as ações em todas as fases do ciclo, por outro lado, devem ser desenvolvidos programas ou ações para barrar prerrogativas de promoção pessoal (benefício próprio) ou de grupos políticos e, por muitas vezes, as políticas públicas não refletem a necessidade real dos supostos beneficiários (BORBA, 2013).

Depois de conhecer o ciclo das políticas públicas faz-se importante destacar os atores do processo de políticas públicas. Os atores são aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel político direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública. Isto é, são titulados de atores políticos ou atores sociais os componentes dos grupos que se associam ao sistema político.

Em todo o procedimento das políticas públicas, desde o questionamento até a execução, há basicamente dois tipos de atores: os estatais ou públicos – provenientes do Governo ou do Estado, aqueles que exercem funções públicas e mobilizam os recursos associados a estas funções, ou seja, os políticos, eleitos pela população para um determinado período, e os servidores públicos, que atuam no segmento burocrático; e os privados – provenientes da sociedade civil, compostos por sindicatos dos trabalhadores, empresários, grupos de pressão, centros de pesquisa, imprensa, associações da Sociedade Civil Organizada (SCO), entre outras entidades (SOUZA, 2006).

Entende-se por atores públicos: os políticos – indicados pelo povo com base em suas percepções e análise de propostas durante o período eleitoral onde se espera que sejam executadas –; os servidores públicos elementos da burocracia – dominam os recursos e a comunicação operando no processo de efetivação das políticas públicas definidas –. Os atores privados são aqueles que não possuem vínculo direto com a administração do Estado (RUA, 1998; MAGALHÃES, 2001).

Segundo, Secchi (2014) os principais grupos de atores são:

a) Políticos: são atores fundamentais no processo de políticas públicas. Os políticos investidos de cargo no executivo ou no Legislativo possuem legitimidade pra propor e fazer acontecer políticas públicas de grande impacto social. A diferença entre os políticos e outras categorias de atores se dá em virtude de serem representantes de interesse da coletividade, portanto tem legitimidade para agir, exprimi opinião e defender interesse em nome de seus representantes.

Além disso, são portadores de autoridade institucionalizada para a tomada de decisão, apesar de essa autoridade ser temporária e limitada pela Lei. Representam seus próprios interesses, o interesse de seus partidos, interesse de grupos de pressão, interesse de áreas geográficas, representam o interesse geral da coletividade e geralmente essas várias fontes de interesses são conflitantes (SANTOS, 2015).

b) Burocratas: corpo de funcionários públicos e possuem algumas características marcantes que afetam o processo de políticas públicas. Sua principal atribuição é manter a administração pública ativa, independente dos processos eleitorais (SECCHI, 2014). A influência da burocracia acontece em todas as fases do ciclo: na formação da agenda, eles captam os problemas públicos de forma direta; na fase de formulação de alternativas subsidiam os políticos com seus conhecimentos técnicos; e, na fase de implementação agem para transformar valores e orientações políticas em atividades executadas pela administração pública (CAVALCANTE; LOTTA, 2015).

Na fase de avaliação das políticas públicas os funcionários públicos abastecem os sistemas de controle dos dados relevantes, pois fornecem aos políticos informações sobre o andamento da implementação e recebem críticas e sugestões vindas dos destinatários das políticas públicas.

c) Empresários: Este grupo exerce uma enorme capacidade de influenciar nas políticas públicas, visto que podem afetar a economia do país. Os empresários mobilizam seus *lobbies* (do termo lobby, que significa a atividade de pressão que tem como objetivo inferir diretamente nas decisões do poder público em favor de interesses privados) para encaminhar suas demandas aos atores públicos. Podem se manifestar como atores isolados ou coletivos; (SOUZA, 2006).

Há de se destacar também, as organizações privadas sem fins lucrativos (organizações do terceiro setor) que lutam por algum interesse coletivo. Nas áreas sociais em que a ação estatal é insuficiente ou inexistente, essas organizações atuam na área de saúde, educação, meio ambiente, cultura e proteção de minorias. Elas se diferenciam dos grupos de pressão porque articulam suas ações na busca de interesses primordialmente coletivas, enquanto

àqueles articulam suas ações na busca de interesse dos próprios membros do grupo. As organizações do terceiro setor são as organizações não governamentais, as fundações privadas e as entidades filantrópicas entre outras (AZEVEDO, 2008).

d) Grupos de interesse e grupos de pressão: os grupos de interesse são formados por pessoas que compartilham o mesmo desejo e trabalham para conquistar seus objetivos. Já os grupos de pressão são formados por pessoas que possuem o objetivo de influenciar determinada decisão de caráter público. Muitas vezes, esse tipo de pressão acontece de forma direcionada ao Legislativo, porém, pode incidir também sobre os meios de comunicação, o Judiciário e o Executivo. Também é comum tais grupos apoiarem determinados partidos políticos e alguns possuem recursos financeiros e organizacionais (CABRAL; SAMPAIO, 2015).

e) Organizações de Pesquisa (*think tanks*): podem ser formadas por universidades ou organizações especializadas em pesquisas relacionadas às políticas públicas (SOARES, 2009). Com essas pesquisas, eles propõem soluções práticas para problemas sociais e assim, influenciam no processo de políticas públicas; no Brasil as organizações reconhecidas pela capacidade de influenciar os rumos de políticas públicas, existem, embora não usem o termo *think tanks* em suas apresentações (SOARES, 2009). Como exemplos têm-se: Instituto de Política Econômica Aplicada (IPEA), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos socioeconômicos (DIEESE), o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), e o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

f) Mídia: a mídia possui grande influência quando o assunto é a definição de impasses relacionados ao governo. São formadores de opinião que possuem credibilidade na sociedade e por isso são capazes de mobilizar um grande número de pessoas. Além disso, possuem certo domínio sobre as políticas públicas. Com a cobertura da mídia sobre evento de natureza política, há também um alargamento do processo de *accountability* democrática, há a possibilidade dos cidadãos responsabilizarem seus representantes por boas e más ações.

Os que detêm os meios de comunicação são portadores de interesse e visões de mundo. Os jornais, os canais de televisão e as estações de rádio desempenham papéis determinantes nas fases de construção da agenda e de avaliação, pois “essas instituições habitualmente detêm poderes econômicos e políticos decisivos, capazes de se sobrepor e impor aos mais diferentes estados-nacionais”. (IANNI, 1997, p.4). A população percebe mais facilmente os problemas públicos quando os meios de comunicação os destacam. Da mesma forma agentes políticos, partidos políticos e o governo são particularmente atentos à agenda da mídia, a fim de moldar suas próprias agendas, discursos e ações.

g) Os *Policytakers*: São os indivíduos, grupos e organizações para os quais as políticas públicas foram elaboradas, enfim, são os destinatários das políticas públicas. Os destinatários geralmente são considerados como uma categoria passiva de atores, uma categoria que mais recebe influência do que provoca no processo de elaboração de políticas públicas. Entretanto, Rolnik e Botler (2011) lembram que existem situações em que os destinatários conseguem moldar a opinião pública e articular os interesses de grupos difusos. São perceptíveis cada vez mais os efeitos de destinatários de políticas públicas que atuam como ativistas na internet, articuladores de interesses coletivos, formadores de opinião, membros de redes de políticas públicas (REGONINI, 2001).

Nas políticas constitutivas, em que os políticos são ao mesmo tempo, *policytakers* e *polycymakes*, os destinatários das políticas públicas também assumem o papel de tomadores de decisão.

2 POLITICAS PÚBLICAS DE REQUALIFICAÇÃO

As políticas de intervenção urbana designada como ‘requalificação’ emergiram em várias cidades do Brasil e do mundo sendo seu objetivo não só transformar sítios históricos considerados “degradados” em áreas de entretenimento e lazer, mas, principalmente, fazer a articulação entre o patrimônio edificado e o patrimônio cultural (LOPES F., 2011). Esses projetos promovem ações de restauro físico de equipamentos públicos e medidas que agregam o valor simbólico, a partir do planejamento de novos usos que ativam antigos sentidos perdidos no tempo. Esse tipo de intervenção é um fenômeno mundial, comprovado por meio das intervenções realizadas no Brasil, e principalmente, nos Estados Unidos e na Europa.

A origem do termo requalificação está ligada ao processo de urbanização das cidades e aos efeitos do mesmo. Entre as explicações mais relevantes para o surgimento desta problemática está o surgimento de novos centros urbanos e a perda da vitalidade dos antigos; o crescimento de um mercado de lazer relacionado ao espaço público; e o aumento de intervenções urbanísticas e arquitetônicas que priorizam os símbolos e a “identidade” das cidades, devido o surgimento de um cenário internacional de competitividade em torno de fatores representacionais (LOPES F., 2011).

Por serem considerados os núcleos formadores da maioria das cidades, os centros históricos são os principais locais escolhidos para execução destas propostas. No centro histórico de uma cidade geralmente está localizado os marco inicial da história da localidade, que por sua vez, servem como registros da história como os monumentos, prédios e praças

considerados bens culturais, isto é, construções significativas para a memória coletiva que constituem o patrimônio histórico (IPHAN, 2013).

No caso de locais tidos como patrimônio histórico, Françoise Choay (2001, p. 218) chama um processo semelhante ao analisado nesta pesquisa de reutilização: “que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, e/ou subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização do patrimônio”. Segundo a autora, os monumentos e o patrimônio histórico deixaram de figurar como objetos meramente culturais e ganharam funções mercantilistas, e isto tem levado a um aumento do número de operações de valorização dos monumentos, prédios e praças antigas (SIRCHAL, 2012).

2.1 Pressupostos para a requalificação

Um acervo arquitetônico histórico de uma cidade já não pode ser visto apenas por sua beleza estrutural, pelo estilo de construção, mas principalmente pela identidade cultural, sua relação com história da cidade, a referência sociocultural que agrega valor à história de um povo, uma comunidade. A requalificação é uma prática de proteção de espaços urbanos expostos à “degradação” e a um “desvio” de funcionalidade que procura gerar novas atividades mais adaptadas ao contexto contemporâneo (PEIXOTO, 2009).

O objetivo da reutilização é (re) integrar o patrimônio na vida contemporânea. Já a articulação entre o patrimônio edificado e o patrimônio cultural revela um mecanismo da requalificação: a transformação do patrimônio em mercadoria cultural. Para este mercado, são ofertadas novas atividades e práticas culturais mais atualizadas ao contexto contemporâneo que procuram dar nova funcionalidade a alguns espaços. Essa transformação de uma localidade histórica em um segmento de mercado pode ser designada pelo termo *gentrification* (VARGAS; CASTILHO, 2009).

Assim, alguns pressupostos fundamentais podem ser considerados para o processo de requalificação:

Segundo Moura *et al.*, (2008), o modelo de estratégia de revitalização proposto deve iniciar-se com a definição de um cenário de chegada. Este cenário trata-se de uma imagem do que se pretende que a área venha a ser após o processo de revitalização (definido para um horizonte alargado de 10 a 20 anos) e deve ser partilhado por todos os atores, este pressuposto foi, inclusive, identificado nos documentos recolhidos para este estudo na cidade de Manaus por meio da Secretaria Municipal do Centro (SEMC).

Após esta formulação, deve ser desenhada uma estratégia com o intuito de ser alcançada a partir da situação e dos recursos dispostos disponíveis (humanos, logísticos, temporais, financeiros e outros). O objetivo é traçar as metas gerais, baseadas em valores definidos e as abordagens e nos métodos que serão utilizados no futuro, no decorrer do processo. Para cada meta devem ser definidos objetivos mensuráveis que quando alcançados darão resposta a essa mesma meta. Para facilitar o planejamento da ação, a prioridade dos objetivos também deve ser claramente definida (COUTINHO, 2006).

Para uma reflexão e, posterior ação, face um “cenário de chegada” desejado, é importante que um processo de revitalização envolva a comunidade (por um lado saber com quem é preciso aprender, por outro, saber com quem se quer caminhar). Outro pressuposto a ser considerado está relacionado com a necessidade de desenvolver um processo de planejamento integrado, multidimensional, de modo a criar espaços para viver e trabalhar, assim como para o lazer (*live+work+play*) utilizando e provocando ligações entre territórios, atividades e pessoas (LOPES F., 2011).

De acordo com Carvalho e Lucindo (2007), após a definição da estratégia, há dois processos que devem ocorrer simultaneamente: o planejamento da ação e a mobilização de recursos:

O planejamento da ação deverá ter em conta a prioridade dos objetivos mensuráveis, as condições preexistentes, as abordagens e métodos escolhidos, as responsabilidades previstas dos atores e os recursos previsíveis. Como para as mesmas condições preexistentes, diferentes abordagens e métodos implicam diferentes recursos para atingir o mesmo objetivo, as atividades de planejamento da ação e de mobilização de recursos não só devem ser feitas simultaneamente, como devem dar um constante *feedback* uma à outra (CARVALHO; LUCINDO, 2007). No caso de implementação de políticas públicas de requalificação, como do Centro Histórico de Manaus, objeto deste estudo, a estratégia deve ter tradução num Plano de Revitalização.

O desenvolvimento de estratégias participativas e integradas tem a capacidade de cobrir as diversas dimensões que afetam cidade (meio físico e ambiental, problemas econômicos, sociais), reabilitação física, social e cultural do território, promoção de uma economia social local ou urbana (coesão social, atores sociais) e do empreendedorismo, e implementação de planos de revitalização de médio e longo prazo, capazes de estimular e consolidar a intervenção. Baseado nisso, construção de uma tipologia, quer ao nível da escala de análise, quer da escala de intervenção (LOPES F., 2011) têm em conta dois pressupostos fundamentais:

a) um subjacente ao conceito de revitalização diz respeito à capacidade de definir territórios, cujas características (enquanto área desvitalizada ou a revitalizar) sejam suficientemente flexíveis, integradas e processuais; e,

b) outro, partindo das próprias exigências contratuais, diz respeito à capacidade de pensar a revitalização no plano total, não o reduzindo ou descontinuando-o, como é visto frequentemente.

2.1.1 Gentrification

Nas experiências de requalificação de centros históricos, observou-se e destacam-se duas tendências nos processos que ocorreram na Europa, Estados Unidos e em algumas cidades do Brasil. Uma das tendências está relacionada com a ideia da gentrificação. Para Scocuglia (2012) os fenômenos da *gentrification* em geral estão associados a processos de patrimonialização de bens culturais que tem como objetivos incorporar significação à imagem urbana como parte das políticas de imagens das cidades contemporâneas. Esse processo em escala internacional, principalmente, visa “atrair investimentos intermediados pela expansão das atividades turísticas”. (SCOCUGLIA,2012,p.2)

A análise de experiências, principalmente da realidade européia e norte-americana, consideradas gentrificadoras, demonstrou que as intervenções voltadas à requalificação urbana de centros históricos produziram espaços homogêneos que foram apropriados pelas camadas mais abastadas da população das cidades que vivenciaram este tipo de processo (SMITH, 2006).

Segundo Leite (2004), as práticas de *gentrification* se articulam em dois eixos principais: o primeiro destaca o centro histórico como um lugar que é a expressão da memória, tradição e identidade comuns; no segundo, a intervenção é uma forma de recuperar o espaço público para o lazer e entretenimento da população.

O termo *gentrification* é usado como sinônimo de enobrecimento já que não existe consenso acerca da sua tradução. Segundo Leite (2004, p. 5),

ele serve para “designar as transformações dos significados de uma localidade histórica em um segmento de mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir dos fluxos de capital”. (...) os projetos contemporâneos de *gentrification* (...) partem de uma concepção de mercado que implica numa gestão mista entre o Estado e a iniciativa privada na forma de intervir no patrimônio como mercadoria cultural, cuja lógica altera o sentido político do lugar ao tomar o cidadão como consumidor.

Barreira (2010) acrescenta que esse tipo de transformação é acompanhado de discursos alusivos a diferentes temporalidades, e dá nomes às intervenções, discursos e depoimentos sobre os processos urbanos contemporâneos de “diálogos entre o passado e presente”. Assim, “o passado é visto como um tempo sem retorno e a vida urbana aparece submetida a perdas de um tempo de maior sociabilidade e intimidade com a metrópole” (LOPES F., 2011, p.21). Desta forma entende-se que o patrimônio é um lugar de excelente negociação entre o passado e o presente, é como uma tentativa “[...] de reinventar o passado, recuperando, de forma simbólica, a história do equipamento, introduzindo novos hábitos e pondo em destaque a dimensão estética” (LEITE, 2004, p.39).

O processo de *gentrification* no Brasil começou mais tarde do que em outras nações, mas na visão de Bidou-Zachariassen (2006) isso pode ser um fator positivo, uma vantagem de poder aprender sobre as experiências ocorridas em outros países. A importância de conhecer essas experiências ao aplicar nas cidades brasileiras, pode resultar no desenvolvimento cultural e econômico, pois “os corações das cidades hoje são objetos de dinâmicas múltiplas e de reinvestimentos importantes, tanto de parte dos atores políticos e econômicos, como atores sociais”. (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p.20).

Para Castro (2016) a falta de um processo de gentrificação em grandes centros urbanos têm gerado críticas à gestão de cidades baseadas em objetos econômicos sem atentar ao planejamento de *gentrification*, a mesma opinião são compartilhada por diversos autores como Acselrad (2009, 2011), Wacquant (2001), Campebell (1996) e Castells (1989), que não concordam com o processo de segregação urbana e a concentração de famílias pobres sem condições de sobrevivências. Um exemplo disso é o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, criado em 2003, “apresentado com a função de modernizar e de estruturar a cidade de Manaus, considerando os conceitos urbanísticos atuais e de beleza paisagística construída”. (CASTRO, 2016, p.8).

2.1.2 Normas Constitucionais de Políticas Urbanas

No ordenamento jurídico brasileiro, as normas de política urbana são tratadas na Constituição, no Capítulo II, inserido no Título VII da Ordem Econômica e financeira. Prevê o art. 182, caput, que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em Lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem – estar de seus habitantes” (CF/88).

Em 10 de julho de 2001, a Lei 10.257, conhecida como Estatuto das Cidades, foi promulgada, vindo a regulamentar esses dispositivos constitucionais. A Lei federal dispõe que o objetivo da política urbana é “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (art. 2º, *caput*). Para alcançar esse objetivo estabelece diversas diretrizes, como o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município; a ordenação e controle do uso do solo; a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, as chamadas “políticas de revitalização” dos centros urbanos vêm se destacando como política pública comum a várias cidades, em que pesem as diferenças e especificidades entre elas. Dentro da questão do crescimento das aglomerações urbanas, principalmente – mas não só – nas grandes metrópoles, as cidades começam a voltar suas atenções ao que ficou conhecido como o seu “centro” (SMITH, 2006). Portanto, a requalificação urbana das cidades brasileiras tem caráter constitucional, legal, mobilizador, acelerador e estratégico, e o objetivo da sua implementação está principalmente voltada para o estabelecimento de novos padrões de organização e utilização dos territórios, e para um melhor desempenho econômico.

2.1.3 Conceitos e realidades que concorrem para a requalificação urbana

A requalificação é uma operação que se dirige ao espaço público e procura fomentar novas atividades mais voltadas ao contexto contemporâneo (SIRCHAL, 2012). Assim, o objetivo da requalificação é (re) introduzir numa determinada área qualidades urbanas de acessibilidade ou centralidade, por isso é conhecida como política de centralidade urbana (PEIXOTO, 2009).

A origem do termo requalificação está ligada ao processo de urbanização das cidades e aos efeitos do mesmo. Entre as explicações mais relevantes para o surgimento desta problemática está o surgimento de novos centros urbanos e a perda da vitalidade dos antigos; o crescimento de um mercado de lazer relacionado ao espaço público; e o aumento de intervenções urbanísticas e arquitetônicas que priorizam os símbolos e a identidade das cidades, devido o surgimento de um cenário internacional de competitividade em torno de fatores representacionais (LOPES

F., 2011).

O conceito de reabilitação pode ser entendido de duas formas diferentes: a primeira, posterior aos anos 1960, está vinculada aos programas de restauração de monumentos históricos, de obras de arte de valor excepcional ou que evocam um retorno a um estado inicial que lhe atribuiria valor; a segunda conduz à raiz do termo reabilitar, restabelecer os direitos de uma pessoa, uma capacidade, uma situação jurídica que ela havia perdido e, nesse sentido, pode ser traduzido também pelo termo requalificar hoje bastante utilizado. Assim, a requalificação ou a reabilitação dos centros históricos ganham um sentido mais estreito de uma ação de melhoria e conservação do conjunto de construções associadas a um procedimento bem definido ou no sentido amplo de revalorização econômica, comercial e turística de um local antes esquecido (SCOCUGLIA, 2004).

Pensando nesse sentido, fazendo alusão à cidade de Manaus, têm-se que política de requalificação implementada através das ações da Secretaria Municipal, instituída para tal, inclui, não somente, o Centro Histórico, mas também, ruas tradicionais dos bairros adjacentes do Centro como Av. Getúlio Vargas e a Av. Eduardo Ribeiro, além de beneficiar indiretamente os bairros mais afastados e menos favorecidos economicamente. O objetivo dessas intervenções é dinamizar a economia urbana, atraindo não somente investimentos, mas também usuários, turistas, gerando condições de acessibilidade e habitabilidade e também valorizando a imagem do grupo político que executa a intervenção.

Em Manaus o esperado era que esses projetos promovessem ações de restauro físico de equipamentos públicos e medidas que incrementam o valor simbólico, assim como visto em outros locais com projetos semelhantes. Os principais alvos são as construções que constituem o patrimônio histórico como os monumentos, prédios e praças considerados bens culturais, com isso os novos usos visam (re) ativar antigos sentidos perdidos no tempo. Essas intervenções possuem um poder criativo capazes de definir novos usos para o patrimônio, além de construir cenários de forte impacto visual.

Não se pode deixar de citar que independente dos atores envolvidos no processo de requalificação (público ou privado), considera-se uma obra pública, uma vez que o patrimônio de um espaço público comporta o encontro dos diferentes (SENNETT, 1998), pois os diversos indivíduos têm usos múltiplos, estabelecem vínculos e refazem-nos constantemente. Leite (2004) corrobora dizendo que nos espaços em que os projetos de requalificação estão presentes existe uma diversidade de usos, interações e sociabilidades. Assim, é necessário analisar como se dá a relação entre prós e contras dessas áreas históricas consideradas requalificadas e a partir dessas práticas apontarem para os conflitos de natureza simbólica presentes nesses espaços (BARREIRA, 2010).

Segundo Vaz (2012) cinco características básicas devem estar presentes nas intervenções de revitalização de centros urbanos:

- a) Humanização dos espaços coletivos produzidos;
- b) Valorização dos marcos simbólico e histórico existentes;
- c) Incremento dos usos de lazer;
- d) Incentivo à instalação de habitações de interesse social; preocupação com aspectos ecológicos; e,
- e) Participação da comunidade na concepção e implantação.

De acordo com Paulics, Vaz e Silveira (2002) os princípios da revitalização de centros urbanos surgiram em reação às ações de renovação urbana que dominaram as intervenções urbanísticas entre as décadas de 30 e 70, marcadas pelo urbanismo modernista. Nesse contexto, três são os conceitos considerados para sintetizar a política de revitalização:

Quadro 5: Síntese do conceito de requalificação.

RENOVAÇÃO	REABILITAÇÃO	REQUALIFICAÇÃO
Demolição e substituição do edificado	Não destruição do tecido edificado	Construção e recuperação de equipamentos
Construção nova	Readaptação às novas situações de funcionalidade urbana	Recuperação de infraestruturas e a valorização do espaço público.
Expulsão dos residentes dos Centros das cidades	Realojamento provisório das populações residentes	Melhoria das condições de vida das populações.
Transformação integral	Intervenções no edificado e na paisagem urbana	Novos padrões de organização
Gentrificação	Reforça a autenticidade e cultura. Preserva e valoriza o patrimônio.	Processo não gentrificador.

Fonte: Vaz (2012).

Analisando-se o Quadro 5 percebe-se que qualquer que for o princípio de revitalização a ser seguido, o mesmo carece de uma avaliação exaustiva do comportamento futuro das suas ações, pois a investigação dos impactos dos mecanismos de mudança, deve fazer parte integrante das diversas intervenções governamentais.

2.1.4 A história das requalificações no Brasil e no mundo

Em várias cidades do Brasil e do mundo as políticas de intervenção urbana chamadas de requalificação emergiram de uma forma vultosa. Esse tipo de intervenção é um fenômeno mundial, percebendo-se as intervenções em todos os continentes, principalmente no velho mundo, a Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. A organização do espaço urbano é um fenômeno social e cultural amplo que alcança todas as regiões do planeta, com meios de formação específicos, mas com problemas similares em quase todos os países. Mas há de lembrar-se que as questões relativas à urbanização são anteriores à modernidade, sendo que muitos historiadores já constataram marginalização, falta de infraestrutura e má distribuição demográfica em cidades antigas, como Roma e Atenas, dois exemplos de civilizações que influenciaram hegemonicamente outras civilizações de sua época (FERREIRA, 2003).

Ao longo do século XIX, o patrimônio cultural de muitos centros urbanos europeus simbolizou a consolidação das nações que elegiam o patrimônio das elites para representar a coletividade, sob a tutela do Estado. No Brasil esse processo ocorreu nas primeiras décadas do século XX, e perdurou por um longo período. Só nas últimas décadas do mesmo século é que se ampliou a tipologia de bens a serem tombados (como a arquitetura popular e industrial, ou o patrimônio material e imaterial das culturas rústicas), acompanhando uma relativa tendência de democratização do patrimônio, ou uma tendência internacional de tomar os bens culturais como objetos de consumo turístico (PAES-LUCHIARI, 2005).

Vargas e Castilho (2009, p. 32) corrobora a afirmação de Paes-Luchiari quando cita:

A partir dos anos 70, o novo sistema de acumulação flexível, a segmentação do mercado, a evolução dos meios de comunicação permitiu que o território se transformasse em mercadoria; a globalização mudou o conceito de cidade, que através da espetacularização dos seus espaços se tornou um meio de atrair capital e pessoas.

Há de se referendar também que a experiência bem sucedida da recuperação do centro histórico de Bolonha, no início da década de 70, inspirou muitas outras sucessivas intervenções em vários centros históricos italianos e por todo o continente europeu, mostrando ao contrario do que se pensava um exemplo de estruturação urbana integrada, um programa ao mesmo tempo urbanístico e social, um processo destinado a ser realizado diretamente por todos os cidadãos e não só por alguns intelectuais (CERVELLATI, SCANNAVINI, 1979).

Na União Europeia pode-se assinalar diversos documentos orientadores (tendo em vista influenciar a estruturação e a implementação de políticas integradas de desenvolvimento urbano) aprovados em especial nas últimas décadas, como, por exemplo, o Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (1990), o relatório Cidades Europeias Sustentáveis (1998), a Nova Carta

de Atenas (2003), ou seja, a visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do século XXI, a Carta de Leipzig para as Cidades Europeias Sustentáveis (2007) e a Agenda Territorial da União Europeia (2007).

No Brasil, o equiparado a isso na atualidade é o Programa Monumenta, criado em 1999 pelo Ministério da Cultura com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas/UNESCO, e que teve por objetivo a recuperação de imóveis integrantes de sítios históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como também propiciar ações de fortalecimento institucional (treinamento de equipes, atualização legislativa urbana, educação patrimonial), formação de mão de obra para restauro e fomento de atividades econômicas (BRASIL, 2005).

Além do financiamento do BID, o programa contou com recursos federais e contrapartidas locais. Compunham esse fórum: o Ministério da Cultura (MINC), que operava o programa Monumenta, e o IPHAN; o Ministério do Turismo (MTUR), por meio dos Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). Outro programa nacional foi o PAC – Cidades Históricas que visava o incremento das políticas culturais na área patrimonial especialmente após a atuação do Programa Monumenta, que somou 26 municípios beneficiados e intencionava ampliar a abrangência dessa estratégia de desenvolvimento, posicionando o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante, abrangendo 173 municípios, de todos os estados da federação, com uma meta de investimentos iniciais de cerca de R\$ 250 milhões por ano (BARBOSA, 2011).

Com essas intervenções, de certa forma, o Ministério da Cultura buscou o protagonismo na política patrimonial nas cidades históricas, papel que vinha sendo empreendido até 2010 pelo Ministério das Cidades em decorrência do Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais da Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU), na medida em que representativa parcela dos contingentes históricos das cidades encontrava-se nas áreas de atuação do plano e ainda pelas linhas de financiamento disponibilizadas para a conservação do patrimônio arquitetônico e infraestrutura urbanística pelo Ministério do Turismo (NORAT; RIBEIRO, 2014).

O fato é que mais recentemente o PAC – Cidades Históricas é o programa efetivador de políticas públicas de requalificação. Sua articulação é ampla, contando com a Casa Civil da Presidência da República; coordenado pelo Ministério da Cultura por meio do IPHAN, com base em políticas intersetoriais e parcerias estratégicas, com destaque para o Ministério do Turismo, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério das Cidades, Eletrobrás, Banco

Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), CAIXA e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (BRASIL, 2009).

Na trilha do desenvolvimento urbano, e não apenas de crescimento urbano, Maricato (2012) ressalta que o Brasil detém conhecimento técnico, propostas, planos, Leis e experiência profissional acumulada, sendo esta uma questão essencialmente política. O tema da requalificação dos centros históricos começou a ganhar vigor a partir da década de 60, quando o interesse para a preservação do patrimônio histórico e artístico se ampliou em decorrência de um novo conceito de monumento histórico, codificado internacionalmente pela Carta de Veneza, passando a compreender não somente o exemplar arquitetônico isolado, mas também o conjunto urbano, mesmo modesto, testemunha de evoluções, civilizações ou acontecimentos históricos (VASCONCELOS; MELLO, 2006).

Dentre as experiências de intervenções urbanas de requalificação de áreas centrais de cidades destacam-se alguns exemplos considerados como os mais importantes. Acompanhe no quadro a seguir:

Quadro 6: Principais intervenções de áreas centrais no Brasil.

INTERVENÇÃO	CIDADE	PROGRAMA
Áreas centrais de bairros cariocas	Rio de Janeiro	Rio Cidade
Requalificação da Praça dos Mártires	Fortaleza	MONUMENTA-PAC CIDADES HISTÓRICAS
Requalificação Marco Zero	Recife	MONUMENTA-PAC CIDADES HISTÓRICAS
Requalificação do Centro de Santos	Santos	MONUMENTA-PAC CIDADES HISTÓRICAS
Requalificação do Centro histórico de São Paulo	São Paulo	MONUMENTA-PAC CIDADES HISTÓRICAS
Requalificação de outro Preto	Ouro Preto	MONUMENTA-PAC CIDADES HISTÓRICAS
Requalificação do mercado de Campinas	Campinas	MONUMENTA-PAC CIDADES HISTÓRICAS
Requalificação do mercado Ver-o-Peso	Belém	MONUMENTA-PAC CIDADES HISTÓRICAS
Requalificação de bairros da Cidade Alta e Ribeira	Natal	MONUMENTA-PAC CIDADES HISTÓRICAS
Requalificação do Pelourinho	Bahia	PRCHS – MONUMENT
Requalificação do Centro Histórico	Manaus	MONUMENTA-PAC CIDADES HISTÓRICAS

Fonte: IPHAN (2015).

Analisando-se o Quadro 6 nota-se que desde a época (1960) que começaram a surgir - em contraposição às precedentes práticas de demolição de extensas áreas da cidade para fins

de expansão e/ou substituição de usos e edificações de planos urbanísticos - programas governamentais voltados à recuperação dos centros urbanos, identificados frequentemente, sobretudo nas cidades europeias, com os centros históricos, (ou seja, os núcleos fundacionais das cidades), refletiu-se as diferentes ideologias, posturas, os interesses políticos e econômicos dos projetos, tanto é fato que hoje há a efetividade dessas políticas espalhadas por todo o Brasil, e inclusive em Manaus, cidade foco deste estudo.

2.2 A Construção Histórico-Social Urbana e Sua Riqueza Cultural.

Patrimônio e cultura são os pontos fundamentais na sociedade atual, para entender o conhecimento de como se processa a construção de uma paisagem urbana e o patrimônio cultural (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

O mesmo autor considera que ambientes urbanos são arquitetados a partir dessa relação e as aparências que lhe são intrínsecas, tendo como foco de emergência a materialidade.

A memória imagina registrar, mesmo que o seja realizada em nossa própria estrutura corpórea. Ela é, por perfeição, rigorosa. Reúnem as experiências, os saberes, as sensações, os abalos, os afetos que, por uma causa ou outra, escolhem-se para guardar. Identificar traços parecidos, como às desigualdades e os contrastes nas cronologias pessoais do grupo, é uma tática para produzir elos e, ao mesmo tempo, permitir uma reflexão sobre de que maneira as memórias de cada um podem ser individuais e coletivas. A partir do conhecimento da elaboração das linhas do tempo, a equipe pode recuperar os conceitos de memória individual e coletiva, como também reflexionar sobre o desenvolvimento na construção da história (LOPES, 2011).

Então, a memória social apresenta-se como uma composição social conectada as percepções de saberes e personalidade, é convenientes aprofundar algumas questões e não adotar tendências irreais (MOURA 2008).

De tal modo, a ideia da formação da memória social deve confrontar diversos setores de relação de um corpo social e seus pormenores. Assim, deriva-se o conceito de que o pensamento da sociedade obteve dois aspectos importantes, uma parte objetiva, na qual, sobre a dimensão, concentra conhecimentos de fatos vivenciados anteriormente e, uma parte abstrata que abrange questões associadas às práticas reiterativas de lembranças e interpretação

do transcorrido a partir da concepção ou renovação de experiências anteriormente vivenciadas e divididas através da convivência entre os indivíduos (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

Pode-se criar um obstáculo na comunicação intercultural, uma vez que distintas culturas geram e utilizam figuras diversas ou idênticas que comunicam de forma diversa e essencial equívoca (BAPTISTA, 2012).

Dessa maneira, deduz-se que, a criação da paisagem urbana se processa a partir de uma ação sociocultural traçada em ideias de patrimônio atreladas à relação material, espacial e representativa da contato societário dos indivíduos, a qual se insere nas memórias coletivas a partir de um sentido de repercussão no que se refere à produção e reprodução desse processo (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

2.2.1 Projetos de intervenção e requalificação de paisagens urbanas no Brasil.

A maior parte dos projetos de intervenção e renovação urbanística no Brasil é voltada para lugares urbanos históricos. Esses projetos precisam ser assistidos por instituição pública orientada à manutenção da cultura nacional. Nada obstante, nem sempre é o que acontece, situação que proporciona que estes delineamentos gerem configurações e usos alheios aos precedentes, ficando na reparação de patrimônios vazios de sentido e de caráter meramente de decoração sobre os quais a comunidade não atribui reflexão (BERTOCO e MEDEIROS, 2015)

As políticas culturais são pouco exploradas no nosso país. Uma presumível explanação é que a cultura tem pouca prioridade na agenda política, mesmo sendo forte na dimensão cultural nos últimos anos. Uma ocorrência que atesta essa percepção é a criação do Ministério da Cultura só em 1985, embora existindo políticas culturais desde os anos 1930. Isso comprova uma tardança no estabelecimento dessa área na política pública pelo Estado (CORÁ, 2014).

A partir desse momento se adquire uma regulamentação adequada de proteção dos patrimônios culturais no Brasil. As constituições brasileiras subsequentes ao Decreto de criação da Sphan têm apenas ratificado a noção de patrimônio em termos de direitos e deveres envolvendo tanto o Estado como a população (SOPHIA e SALDANHA, 2013).

A percepção de patrimônio cultural soberano na Sphan era distinta da defendida por Mário de Andrade. Para ele, a identidade nacional seria um apanhado de diversos costumes e formas de manifestação, motivo de suas preocupações a cerca da cultura popular. Para a Secretária em questão, prevalecia a proteção de patrimônios de natureza arquitetônica do período, considerando de que, frente ao negro e ao índio, o branco tinha maior predomínio cultural na construção da sociedade brasileira, geralmente, pela perpetuidade dos materiais utilizados nos métodos construtivos de riquezas arquitetônicas que configuravam os ambientes urbanos do país (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

Dessa forma, não se procura omitir o trabalho do antropólogo e do sociólogo na compreensão do saber popular. O que altera é a concepção mesma de cultura popular a partir da renovação epistemológica do significado de patrimônio (SILVEIRA, 2005).

Na administração pública, o afastamento entre os rumos do patrimônio e do folclore tornou-se óbvio com a fundação da Comissão Nacional do Folclore, em 1947, no Ministério das Relações Exteriores, por uma equipe de sábios que aspirava o reconhecimento do folclore como conhecimento científico. Eles separaram o movimento em representações estaduais, realizaram congressos e apoiaram, em 1958, a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, ligada ao Ministério da Educação e Cultura, criado em 1953, por Getúlio Vargas, ao qual ficou vinculada da mesma forma a Dphan (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antigo Sphan (CHUVA, 2011).

A Dephan teve o apoio do Estado e seguiu a lógica do Sphan considerando a sociedade brasileira como uma sociedade concreta na qual possuía suprema influência nas riquezas grandiosas urbanas da época colonial (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

Em 30 de novembro de 1937 começou a vigorar o Decreto-Lei nº 25/37, também conhecido como a Lei do Tombamento. O qual foi idealizado por Mário de Andrade no período do Presidente Getúlio Dorneles Vargas. Sob o abrigo da Carta Magna deste mesmo ano, teve o dever de planejar a preservação do patrimônio histórico e artístico do Brasil. Em vigência até na atualidade, é possível dizer que praticamente não sofreu alteração, o que indica sua aplicabilidade no cuidado dos bens ambientais culturais históricos. Não é exagero relatar que ele deu espaço no arranjo jurídico para a efetiva proteção do patrimônio cultural devido a seu atributo ousado, motivo pelo qual foi devidamente recepcionado pela Constituição Federal de 1988 (GONÇALVES, 2005).

Ainda que não se procure determinar uma discussão especificamente conceitual sobre

as políticas públicas dos recursos culturais no Brasil, a conjuntura acadêmica alimenta o entusiasmo minucioso que interpreta os debates sobre as estratégias de preservação dos bens. O que essas análises procuram conseguir ser o exercício de reflexão sobre os resultados das compreensões das presentes políticas na realidade (MICHELON *et al.*, 2012).

Esse comportamento sofre fortalecimento nas décadas de 2000 e 2010, por conta dos grandes acontecimentos esportivos como os Jogos olímpicos das Américas, reunindo as ações na Cidade Maravilhosa na qualidade de cidade sede. A grandeza desse discurso é ainda maior no país quando apreciado a execução da Copa do Mundo de Futebol de 2014, tendo em conta 12 cidades sedes, selecionadas a partir de subdivisões regionais que abarcam todas as regiões administrativas do País (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

Além disso, muitos outros projetos e programas puderam sair do papel graças aos investimentos feitos para a realização desta edição dos Jogos, servindo mais uma vez como impulsionador do desenvolvimento da cidade-sede (BAPTISTA, 2012).

Esses programas de ações e renovação urbana são pautados no discurso da promoção do privilégio imediato para os moradores das cidades contempladas, dado o desenvolvimento veloz que provocariam, assim como, demonstrações de progresso e modernidade por parte destas localidades. Essa maneira de administração e planejamento urbano é parte de um quadro em que a cidade é utilizada como produto a ser vendido no competitivo mercado internacional de cidades. Também é clara a constância do papel que esferas tanto do estado como do município possuíram o estímulo a esses projetos de grande porte destinados a poucas localidades, estas estabelecidas a partir de suas propensões a geração de rendimentos econômicos a começar de aplicações em turismo e recreação (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

Enormes espetáculos mundiais, como os jogos olímpicos e as copas do mundo, são principalmente agradáveis para a administração local, podendo ser considerados como causadores de consequências favoráveis de larga escala. Todavia, para a sua ocorrência, torna-se indispensável a escolha de métodos para a captação de investimentos voltados para o aumento econômico, transformando as atividades turísticas, por exemplo, em permanências perenes para a cidade (PACE e HARDT, 2015).

Segundo Silva (2013), embora a população brasileira seja contagiada pela euforia e alegria quanto às expectativas esperadas por esses grandiosos eventos esportivos, o contrário também é notado. Os resultados levantados a partir da intervenção sobre as cidades dos anos

90 especialmente, nos leva a acreditar que a população está mais atenta e mobilizada em torno da postura adversa no que se refere à realização desses eventos no país.

Os grandes eventos em questão também aumentam as centralidades já existentes, pois os governos municipais aproveitam as obras necessárias para sua realização como pretexto para a concentração de investimentos públicos em determinados locais das cidades, as quais normalmente já são beneficiadas por diferentes projetos. Dessa forma, pode-se observar o desenvolvimento da área comercial, de lazer e hoteleiros que já são aprovados pela população de maior renda da cidade, maiormente áreas que são ocupadas pelos grandes *shopping centers* (SOARES, 2013).

A nação primeiramente preocupada com a situação do transporte público frente ao acréscimo no valor das passagens, à medida que a manifestação do movimento se espalhou pelo Brasil, as manifestações passaram a questionar os investimentos públicos em infraestrutura urbana estilizada para a Copa do Mundo em agravo da deficiente saúde e educação do Brasil (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

A inovação se obriga para um evento mundial, mas com efeito tangível direto limitado ao período de sua consumação, requisito pontual que se agrava na medida em que os jogos são realizados nas cidades-sede. O desenvolvimento sustentável, política e cultural do aparato é o fundamental estímulo a ser enfrentado, significa questionar, qual o "preço a ser pago" para acolher a Copa 2014, qual o legado deixado para a sociedade e o seu compromisso com os recursos concretos do passado e futuro (PAIVA, 2013).

Além disso, permanece claro que, ainda que as ações de intervenção e requalificação da urbanização realizadas na conjuntura da década de 1990 em diante tenham sofrido uma implantação nas esferas da administração pública, por meio da qual é dada autonomia para as esferas de âmbito municipal e estadual frente a federal, as intervenções na estrutura física da cidade por parte das administrações governamentais municipais e estaduais são marcadas pela visão que materializa o patrimônio inerente à urbanização, tal como as ações de salvaguarda da cultura de âmbito nacional predominantes até os anos 80 (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

2.2.2. A gestão do patrimônio cultural

Sabendo que as práticas de intervenção e revitalização de cidades caracterizadas nos últimos anos no país sejam preocupantes quando analisado sob os impactos que causam os

cenários urbanos e seu bem cultural, confrontando a esse contexto, se desenvolviam eventos extraordinários que evitavam que essa representação possa ser revestida a favor da população (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

Quando se fala em revitalização sempre trás a imaginação a ideia de conjuntos de medidas e atos que aparecem com o alvo de aplicar a determinada área um novo valor, e oferecendo vida econômica e social. O desenvolvimento das urbes está acelerado, algumas cidades já conseguiram toda sua extensão e já não é mais razoável descobrir espaços livres para edificação. Existem locais também que cresceram sem atentar para o planejamento urbano e por isso começa a se deparar com problemas no uso de algumas áreas, depreciação de outros, má utilização e até abandono e marginalização dos locais (BEZERRA e CHAVES, 2014).

O Programa Monumenta, que nasceu da parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, associado ao Iphan em 2006 e com a finalidade inicial de recuperar imóveis e lugares públicos de urbes históricas. Essa ação tem o apoio das esferas municipais e estaduais como também do setor privado, concretizando-se em um instrumento que trouxe prevenção, trabalhando em três setores, capacitação de mão de obra; programas educacionais e acesso às atividades econômicas (CORÁ, 2014).

Nessa situação, os órgãos da cultura ativos do Ministério da Educação e Cultura sofreram grandes mudanças. As atuações realizadas pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro passaram a ser de incumbência da Fundação Nacional da Arte e do Instituto Nacional do Folclore. Além do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), antigos Sphan e Dphan, foi formulada uma terceira ação nessa fase, no entanto, a parte do Ministério da Educação e Cultura e desenvolvida por meio do Conselho Nacional de Referência Cultural (CNRC), ligado ao Ministério da Indústria e Comércio (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

A autonomia do Conselho citado acima, sob a direção de Aloísio Magalhães, deixou que se desenvolvessem programas interdisciplinares, com seus próprios recursos financeiros e a contratação de uma equipe técnica especializada. O perfil diversificado do quadro técnico mostrava diferentes áreas do conhecimento, que o destacava do Iphan, marcado pela presença absoluta de arquitetos. Essa multidisciplinaridade de atribuições possibilitou uma melhoria nos resultados das atividades, pesquisas e debates elaborados pelo Conselho em questão, refletindo intensamente no andamento da mudança das políticas culturais (CORÁ, 2014).

Para Silva (BERTOCO e MEDEIROS, 2015), apesar disso, observaram-se poucos avanços na política de preservação do patrimônio cultural no que se refere ao estado brasileiro a começar de reestruturações institucionais, sobretudo, no refletir e atuar politicamente em relação à identidade nacional considerando sua variedade..

Os modernistas, que começaram uma das fundamentais mobilizações de base artística a inícios do século XX, foram validados como os capazes de eleger os objetos que, por manter os princípios por eles avaliados notáveis e dignos de preservação, mereceriam proteção da Nação. A partir de que se formou a categoria patrimônio, no sentido como conhecemos, tem-se acompanhado a uma superioridade do objeto, do artefato material e dos padrões estéticos dos descendentes europeus em volta dos quais se organizou a memória nacional em construções, museus e seus acervos. Este processo não só indica a forma como o patrimônio tem sido definido, porém conjuntamente a própria institucionalização e sedimentação do modo da preservação por toda extensão do país, o que tem eliminado o aporte histórico de parcelas sociais relevantes, não retratado na tipologia predominante dos patrimônios culturais conceituados (PAIVA, 2013).

Ademais, era importante reconhecer a dimensão simbólica do patrimônio aliado ao ponto de vista governamental da defesa de traços culturais a partir de demonstrações de poder de grupos sociais. Assim sendo, permitiu que tanto o governo quanto à população tivessem atuação principal na seleção do que deve ser preservado nas práticas de salvaguarda cultural (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

Conforme a ótica capitalista, a globalização aborda o patrimônio cultural como alvos de rivalidade entre as localidades na atração de recursos. Em outra apreciação, a relevância do ambiente sobre o processo global do mesmo modo procede em ordem dialética e observa-se outra atividade, o de comprovação intelectual nas atividades de preservação no que diz com relação ao conhecimento e identidade local. Analisados em formas de redes verifica-se que estes caminhos podem atuar com direção ou não que manifestam de modo particular os seus dados, seja para debater as alterações globais ou para discutir a benefício da genuinidade local (ROCHA e MONASTIRSKY, 2008).

A referência legal da Constituição de 1988 também irá absolutamente instituir novas expectativas para a concretização das políticas dos bens no Brasil, sob o artigo 216 (5). A citação à obrigação de distinguir também como patrimônio as manifestações de natureza apontada como “imaterial”, como as formas de expressão, as maneiras de criar, fazer e viver,

que se referem à “identidade”, ação e memória dos diversos grupos constituintes da sociedade, se consolida no ano 2000, no momento em que é criado o Decreto 3551, em que se constitui o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e é estabelecido o instrumento de “registro” (TOJI, 2011).

Nos anos 90, ditas orientações derivaram em atuações eficazes quanto ao aspecto imaterial do recurso cultural do país por parte do Iphan (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

Nessa conjuntura, através do Decreto 3.551 de 4/08/2000 instituiu-se o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e se criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Os quais apresentam apreciações que apontam à ampliação da noção de patrimônio, de cultura, do fazer cultural e dos legados culturais determinados ao longo dos anos (IPHAN; FUNARTE, 2006).

Em 2004, o Iphan institui um Departamento do Patrimônio Imaterial que, ao ajuntar e dar seqüência as atividades de institutos atuantes no campo da cultura, passa a coordenar a política brasileira de preservação de bens culturais imateriais (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

Na percepção de quem vive o patrimônio, não existe separação. A população quer preservar ou não uma praça ou um festejo, porque formam uma semelhança de sentido com esses bens culturais. Ela sabe descrever por que aquilo é seu patrimônio, contudo qual parte desse é material ou imaterial, ou o que essas denominações significam nesse contexto, é verdadeiramente uma coisa abstrata (BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014)

O Instituto que delimita e controla o uso da propriedade privada de interesse cultural deveria ser o mesmo que permite o uso rigoroso de um imóvel protegido, por meio de um museu, tornado escola e oficina de cultura, centro de lazer e aproveitamento. Enquanto se quebra um procedimento que solicita a continuidade do pensamento e da ação, a unidade dos esforços e a lógica na execução, a atitude multidisciplinar e a complementaridade circular, o que se consegue, quase sucessivamente, é uma redução total, com perda para todas as partes. A desconcentração pode ser trágica, se acionada por meio da proliferação de divisões herméticas ou de domínio de empenhos circunstanciais. Determina-se agora ao Ministério da Cultura, mais expressamente, o estabelecimento da colaboração entre seus institutos, com vistas ao consenso de um amplo programa em favor do patrimônio cultural (SANTOS, 2015).

Apesar disso para a consolidação completa da inspeção da realidade cultural brasileira,

criada por atuações anteriores, é necessária a agregação das vertentes material e imaterial do patrimônio cultural nos atos dos métodos estatais de preservação. Assim, evitando que a sociedade disponha de patrimônios desocupados de sentidos e de atitude meramente cenográfico sobre os quais não atribui repercussão cultural, como vem acontecendo a partir dos exemplos de influência sobre a configuração de perspectiva urbana e seu patrimônio a partir de planos de intervenção e inovação urbana (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

Apesar de que adotemos o assunto das fronteiras como marcas do campo do patrimônio cultural, a inclusão de novas questões exploradas pela ideia de patrimônio imaterial ou abstrato colocou a necessidade de ativar novos recursos teóricos e metodológicos. A finalidade é acessível, responder incontáveis outras atribuições que passaram a fazer parte das novas políticas de conhecimento e de salvaguarda do patrimônio cultural em termos de tratamento, assistência e preservação (NOGUEIRA, 2014).

Além de tudo, como aderente a legislação que padroniza as técnicas de salvaguarda cultural no país, a extensa referência a ser apreciada por qualquer prática de intervenções sobre o patrimônio cultural de uma sociedade deve estar regulada na potencialidade de conversa sociopolítica com seus detentores. Analisando que é a sociedade e seus métodos habituais quem instituem os reais valores peculiares, subjetivos e de uso necessários à configuração de algo como seu patrimônio, assim sendo, no caso das técnicas de influências e atualização urbana, essa interlocução necessita dar início pelos utilizadores dos espaços da urbe alvo desses métodos (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

A complexidade que abrange o novo desenho do campo do bem cultural na época presente tem provocado os cientistas a compreender os estilos sociais do pretérito, consolidados pelo necessário da patrimonialização, em probabilidade com o movimento de ampliação do conhecimento e as dinâmicas de identificação. A despeito das peculiaridades dos instrumentos que baseiam a fundação do patrimônio cultural no Brasil, mesmo que olhares apressados aspirem a defini-los de ordem conceitual e/ou sistemática, em estreita articulação com o tamanho material e imaterial da propriedade, procuramos evidenciar é que tombamento e registro se colocam na coerência das escolhas e atribuição de valores, segundo as eventualidades sociais e temporais perante as quais eles se erguem e se localizam (NOGUEIRA, 2014).

Segundo Carvalho-Freitas (2012), existem desacordos internos sérios, com relação ao levantado nos inventários. Este autor acredita que o Iphan é muito obstinado a alguma coisa

que sugira normalização, procedimentos, quando se trata ao acautelamento, como a sistematização dos métodos de tombamento.

A participação da sociedade pode causar resultados nos projetos de forma diferenciada, garantindo táticas de gestão participativa e preservação da cidade, tal qual a intenção destes projetos, ainda que não consigam tais resultados se realizados desconhecendo os fatores próprios ao desenho do cenário urbano e o patrimônio cultural que detém. Ademais, os gestores desses projetos precisam entender que se não há a preocupação de gerar resultados aceitáveis para as urbes e sua população, suas ações perdem o sentido de serem executadas (BERTOCO e MEDEIROS, 2015).

2.2.3 Histórico do Centro de Manaus

O Centro de Manaus, de certo, sempre foi referência para a cidade desde a era da borracha, a *Belle Époque* (MAGALHÃES, 2014) traduzida na sua arquitetura histórica, paisagística, cultural, turística e comercial. O Centro tornou-se um lugar onde, a concentração de serviços públicos, o comércio, oportunidades de emprego, áreas de lazer, entre outros, era vultosa, atraindo a população para lá, transformando este, num local referência para a cidade. O que fazia do antigo Centro um lugar especial da cidade era à força das atividades econômicas e a concentração de equipamentos de cultura e lazer. Era ali onde a população trabalhava e demandava espaços públicos para a convivência (MAGALHÃES, 2014).

Segundo Filippini (2008, p.2) foi no século XIX que “Manaus passa por um grande processo de modernização e embelezamento das praças e [...] nos logradouros e prédios construídos neste período: por isso mesmo, são fontes constantes para a revisão da história da cidade”. A importância dos monumentos construídos como reflexo dessa expansão e modernização de Manaus nos remete a necessidade de “materializar momentos históricos para a cidade”. (NASCIMENTO, 2003, p. 48)

Braga (2016) afirma que Manaus experimentou uma grande expansão econômica resultado do crescimento dos números da venda da borracha e sua supervalorização, por conseguinte, a vinda de estrangeiros para a cidade como italianos, sírio-libaneses, japoneses e ingleses em grande escala, forçou a cidade a adotar a prática de uma reconfiguração ou gentrificacicon no sentido de “precisava deixar de ser uma aldeia e correr para se tornar Paris,

uma cidade moderna que exalasse civilidade, o primeiro ímpeto era romper a cultura indígena, presente nas casas, nos prédios públicos, na paisagem e nos trabalhadores”. (BRAGA, 2016, p. 172).

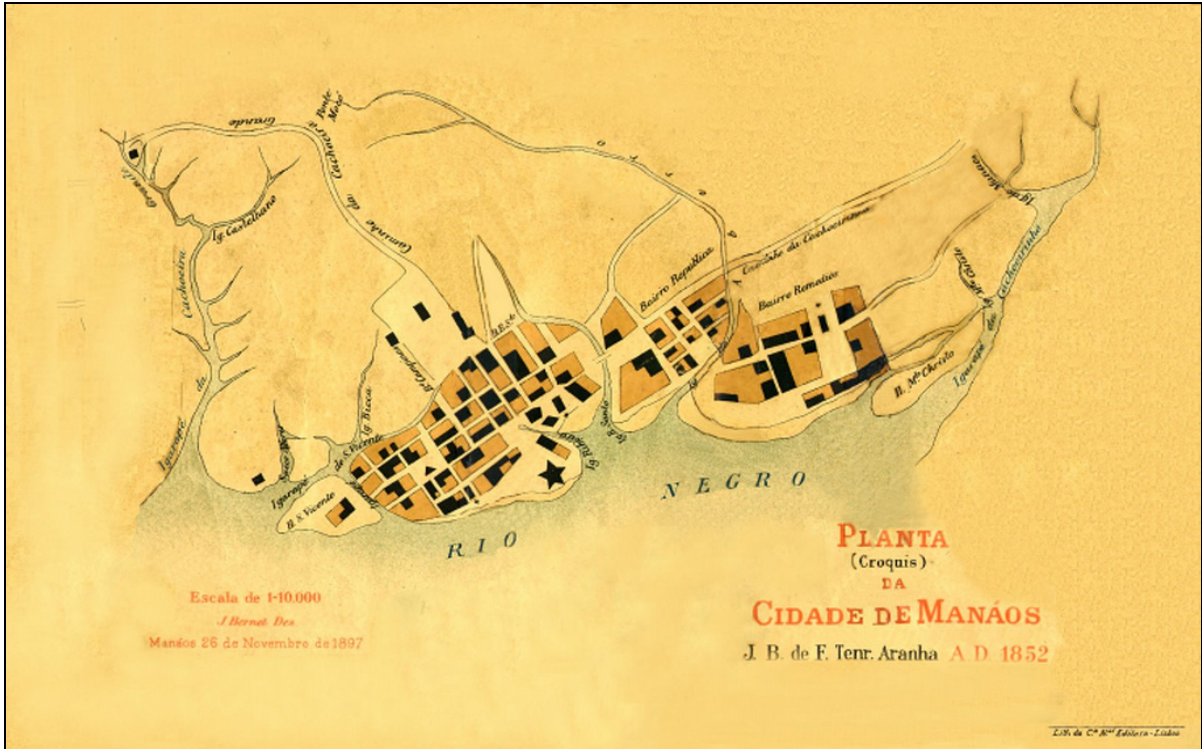


Figura 6: Croquis do Centro de Manaus em 1852.
Fonte: Acervo cultural da PMM, (retirado em 2016).

Estudos mostram que o crescimento da cidade na *Belle Époque* não durou muito, pois no:

ano de 1913 demarca o declínio da economia do látex e 1920, a falência da borracha na região amazônica. A crise econômica dessa época suprimiu os grandes investimentos em Manaus. O centro antigo da cidade, a partir deste momento, viveria tempos difíceis, ao perder sua importância no cenário da cidade, principalmente anos mais tarde, com a instalação da Zona Franca de Manaus. (FILIPPINI, 2008, p.8)

Para Nascimento e Teixeira (2005) a reviravolta da cidade deu-se após a implantação da Zona de Franca de Manaus em 1967, onde começou a se distanciar do velho modelo extrativista, ganhando novas experiências administrativa que se seguiam na cidade, com a finalidade de impulsionar o crescimento econômico.

3 METODOLOGIA

Primeiramente foram pesquisados assuntos relacionados à recuperação e revitalização de patrimônios culturais, buscando parâmetros que apresentassem a identificação dos bens culturais e tombamento dos monumentos e outros patrimônios nas cidades. A seguir, a busca e a apreciação dos documentos, principalmente a legislação municipal que deu embasamento legal para a tomada de decisão da administração Pública Municipal. Provou ser um trabalho exaustivo porque, na sua grande maioria, os projetos de requalificação urbana descreviam um histórico, para caracterizar a situação vigente, e os processos de recuperação adotados, sem citar os instrumentos utilizados.

A bibliografia utilizada como parâmetro para o desenvolvimento do método de pesquisa e para a construção das seções deste capítulo será Yin (2015).

3.1 Coleta dos dados

A área de estudo foi determinada a partir da disponibilidade de dados que tornasse possível a análise desejada. A finalidade foi de escolher uma área que se distinguisse por conter patrimônios culturais, que estivesse munida de infraestrutura e serviços urbanos. Os dados cadastrais foram obtidos no IPHAN, na Prefeitura Municipal de Manaus que disponibilizou o inventário do patrimônio cultural e a as leis municipais para a pesquisa documental no Diário Oficial do Município (D.O.M).

Os dados utilizados foram:

Imóveis de preservação

A relação dos imóveis de preservação do centro de Manaus foi obtida na Gerência de Patrimônio Histórico Edificado (GPH), em mídia impressa e no site da prefeitura. A relação dos imóveis tombados pode ser encontrada na publicação do IPHAN, 2015.

Dados trabalhados no levantamento do inventário de patrimônio cultural do IPHAN

Em janeiro de 2013 foi concluído o Inventário dos imóveis do centro Histórico de Manaus realizado pelo IPHAN-AM, que visava identificar e quantificar os imóveis dentro das poligonais de entorno do Centro Histórico de Manaus, tombado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em janeiro de 2012.

O documento serviu de base para a regularização de novas diretrizes. A partir do levantamento prévio, foram indicadas novas direções, que nortearam as intervenções nos imóveis, como a colocação de placas, revitalização externa e revestimentos. Toda mudança arquitetônica deve seguir um padrão regulamentado pelo Iphan.

3.2 A área de estudo

De acordo com os dados levantados pelo IPHAN em 2013, o inventário dos imóveis situados na área tombada do Centro Histórico de Manaus, mesmo prejudicado pela cheia histórica do Rio Negro e em virtude da necessidade de adaptações do suporte de reunião de dados, a coleta das informações, para realizar o trabalho, fez ajustes no levantamento.

O Instituto conferiu 2.500 fichas (escaneadas e impressas) do registro, correspondente aos 2.500 imóveis que trouxeram as informações e imagens recolhidas. Com esse levantamento obteve-se uma representação geral do que é e de como encontra-se o Centro Histórico. O inventário também registrou fotografias isoladas e por quadra dos imóveis.

3.3 Perguntas da Pesquisa

As perguntas de pesquisa são elaboradas com o objetivo de ajudar o pesquisador durante o desenvolvimento do projeto e sua formulação esta atrelada aos objetivos específicos. A seguir apresenta-se o quadro 7 que mostra as questões específicas que devem ser resolvidas para cumprir os objetivos específicos:

Perguntas da Pesquisa	Objetivos Específicos
<p>Qual é o Centro Histórico e Imóveis históricos objeto da Política Pública de Requalificação do Centro Histórico de Manaus?</p> <p>Quais são os problemas urbanos da cidade de Manaus?</p> <p>Quais são as políticas de requalificação do Centro histórico de Manaus como Patrimônio Cultural?</p>	<p>Compreender o processo de tomada de decisão do poder público na elaboração da Política Pública de Requalificação do Centro Histórico de Manaus por meio da instituição de uma secretaria municipal específica para gerir o Centro.</p>
<p>De que forma o Programa Monumenta como principal instrumento da Agenda foi idealizado para viabilizar a sustentabilidade da preservação do patrimônio histórico?</p> <p>Como o Programa Monumenta abrange o período desde 1999 até 2010?</p> <p>Como no ano 2013 a Prefeitura Municipal de Manaus coordenou com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) novas ações de Requalificação do Patrimônio Cultural de Manaus?</p> <p>Quais Bens imóveis, Acervos arquivísticos e bibliográficos, Inventário Nacional de Referências Culturais e Mapeamento do Patrimônio Cultural que o Poder Público decidiu restaurar, conservar e readequar.</p>	<p>Descrever as etapas de formulação e implementação dessa política, relatando o processo de criação dessa secretaria específica, suas competências, a investidura dos servidores públicos, a alocação do orçamento, a elaboração do seu regimento interno e normas relevantes de funcionamento.</p>
<p>Houve um cumprimento dos resultados pretendidos em forma relevante relacionado às ações de restauração, conservação e adequação dos imóveis ou construções do Patrimônio Histórico Cultural? A Instituição IPHAN realizou Ações de Educação, formação e capacitação Patrimonial oferecidas em 2013 assim como Licenciamentos de projetos em 2013, Inventário Nacional de Referências Culturais e Mapeamento do Patrimônio Cultural em 2013, Projetos apoiados pelo PRONAC em 2013?</p> <p>Que valores executou o Município de Manaus relacionado a 06 investimentos integrados?</p> <p>Quais são as Constatações de especificações técnicas do projeto e prazo acordado?</p>	<p>Verificar como estão as ações de requalificação no Centro Histórico de Manaus e investigar as perspectivas da continuidade dessa política seguindo o modelo do ciclo de políticas públicas proposto por Secchi (2014)..</p>

Quadro 7- Perguntas da pesquisa e objetivos específicos

Fonte: A autora (2016)

3.4 Proposições

As proposições da pesquisa foram elaboradas com o objetivo de ajudar a focar o objeto de estudo e orientar o pesquisador a respeito das evidências que deve procurar e em quais teorias fundamentará seus achados. Abaixo estão relacionadas às proposições iniciais da pesquisa:

- O problema da Política Pública de Requalificação do Centro Histórico de Manaus identificou bens imóveis, acervos arquivísticos e bibliográficos, Inventário Nacional de Referências Culturais e Mapeamento do Patrimônio Cultural que o Poder Público com necessidade de restaurar, conservar e readequar;
- A formação da agenda ficou encaminhada pelo Programa Monumenta no período desde 1999 até 2010, sendo que ano 2013 a Prefeitura Municipal de Manaus coordenou com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) novas ações de Requalificação do Patrimônio Cultural de Manaus;
- Houve um cumprimento dos resultados pretendidos em forma relevante relacionado às ações de restauração, conservação e adequação dos imóveis ou construções do Patrimônio Histórico Cultural.

3.5 Unidade de Análise

Para Yin (2015) a seleção da unidade de análise apropriada é uma consequência quando se especifica as questões de pesquisa. Nesta pesquisa, a unidade de análise selecionada serão as Políticas Públicas de Requalificação do Centro Histórico de Manaus.

Com relação às características gerais, a Agenda teve como principal instrumento o Programa Monumenta, o qual foi idealizado para viabilizar a sustentabilidade da preservação do patrimônio histórico. A metodologia adotada contemplava mecanismos de difusão de práticas compartilhadas entre o setor público federal, estadual, municipal, comunidade e a iniciativa privada. Os Bens imóveis que o Poder Público decidiu restaurar, conservar e readequar foram:

- Armazém 15 e antigo prédio do Tesouro Provincial;
- Reservatório do Mocó;
- Mercado Municipal Adolpho Lisboa;
- Antigo Paço Municipal;

- Casas 69 a 77, da Rua Bernardo Ramos;
- Praça IX de novembro.

3.6 Coleta de Dados

Segundo Yin (2015), a coleta de evidências do estudo de caso dos dados pode ser feita através de pelo menos seis fontes: documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

As fontes de coleta são classificadas em primárias e secundárias de acordo com os estudos em metodologia científica realizados por Andrade (2010). Após se conhecerem as proposições e variáveis de pesquisa, se relacionam as fontes de coleta com os respectivos dados a serem procurados.

Para aplicação do instrumento de coleta através de Pesquisa documental foi necessário acessar os arquivos do Diário Oficial do Município, através do site oficial do município www.manaus.am.gov.br, para a catalogação das leis municipais que alicerçaram a tomada de decisão da administração pública no processo de elaboração da política pública no período de 2013-2016, além do site do IPHAN e CGU. Na pesquisa documental foram pesquisados os sistemas de documentação eletrônica, com o objetivo de levantar os dados procurados. O instrumento de coleta de dados, a análise documental e a fonte de dados são de nível secundário.

Categoria	Fonte de Coleta	Instrumento. Análise documental do:	Dados Procurados	Unidade de Análise
Dados Secundários	Pesquisa documental	Relatório de Gestão 2013 do Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional – IPHAN; Relatório de avaliação da execução de programas de Governo Nº 37 Preservação do Patrimônio Histórico Urbano. 2015. Controladoria-Geral da União	São as variáveis da pesquisa descritas na Tabela 2	IPHAN – 2014 CGU - 2015

Quadro 9: Fonte e instrumento da coleta de dados da pesquisa
Fonte: A autora (2016)

3.7 Elaboração do Protocolo

Para Yin (2015) o protocolo contém o instrumento, mas também contém os procedimentos e as regras gerais a serem seguidas no uso do protocolo.

O protocolo de estudo de caso é um instrumento metodológico que aumenta a confiabilidade da pesquisa e se destina a orientar o investigador na realização da coleta de dados de um caso único (YIN, 2015).

Segundo Yin (2015), o protocolo é composto por algumas seções importantes que vão desde a justificativa, proposições da pesquisa, procedimentos de campo e as questões específicas do estudo de caso.

Nesta seção se identificará os elementos relativos aos procedimentos preparatórios para aplicação da pesquisa documental.

3.7.1 Planejamento do Estudo de Caso

Na fase inicial, foi realizado o exame da literatura por meio de pesquisas de autores nacionais e internacionais, bem como foram feitas discussões preliminares, capazes de gerar informações substanciais para a contextualização e para o conhecimento das características do objeto em estudo, utilizando-se várias metodologias de campo para a obtenção dos dados como a análise documental.

Levando-se em consideração que os estudos de requalificação de políticas públicas são relativamente recentes, e, encontram-se em constante aprimoramento, e que por isso possuem escassas referências bibliográficas ou poucos estudos, a presente pesquisa utilizou a metodologia Estudo de Caso. Direcionando a análise e a exploração da situação a entaves à efetiva compreensão de que as ações provenientes da aplicação das políticas de requalificação do Patrimônio Histórico Cultural de Manaus possam esclarecer a situação dos Bens Imóveis e outros de dito Patrimônio.

A delimitação das fases da pesquisa foi de fundamental importância e em muito contribui para a realização de cada etapa da pesquisa, indo desde a definição da pesquisa previa, objeto de classificação para a participação e cumprimento no Programa de Mestrado em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal do Amazonas, a conseqüente preparação e desenvolvimento da pesquisa, com os subsídios necessários para a futura defesa da dissertação, assim distribuída:

- a. Revisão bibliográfica;

- b. Coleta de dados sobre Políticas de Requalificação que a literatura disponibiliza;
- c. Coleta de dados sobre o objeto do Patrimônio Histórico Cultural de Manaus e Políticas de Requalificação agendadas;
- d. Coleta de dados sobre a Agenda do Ministério de Cultura e Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional – IPHAN, Prefeitura Municipal de Manaus;
- e. Análise e sistematização das informações dos objetivos propostos;
- f. Finalização do Estudo de Caso.

3.7.1.1 Procedimentos para realização da análise documental

O pesquisador deve considerar várias estratégias para a abordagem dos documentos e desta forma usar elementos que permitam a análise comparativa entre este método e outros. Burgess (1997, p.152) “defende que a informação documental tem que ser contextualizada se os materiais se destinam a ser usados de modo descritivo ou em termos de estabelecimento de generalizações”.

Assume-se que assim seja devido ao fato de os documentos serem elaborados por pessoas e, conforme expressa Saint-Georges (1997, p.41), “o que os indivíduos e grupos exprimem é o reflexo no espelho da sua situação social, dos seus pólos de interesse, da sua vontade de afirmarem o seu poder, do seu sistema de crenças, dos seus conhecimentos”.

A análise documental se embasa muito na crítica histórica que, segundo Cohen e Manion (1990, p.87), “usualmente se desenrola em duas fases: primeiro, valoriza-se a autenticidade da fonte; segundo, avalia-se a precisão ou valor dos dados. Os dois processos conhecem-se como crítica externa e interna, respectivamente”.

O processo de análise documental pode ser desenvolvido em quatro fases sucessivas e complementares: i) Colheita de dados do Sistema IPHAN no relacionado ao planejado e executado do Programa Monumenta; ii) leitura atenta do texto e relatórios, quadros, tabelas e gráficos de referencia ao Patrimônio Histórico Cultural de Manaus, procurando interpretá-los; iii) crítica ou exame do texto e aos aspectos materiais do documento; iv) a confirmação ou confrontação das constatações do IPHAN e CGU com relação à conclusão das restaurações programadas. No final destas quatro fases já é possível tentar a síntese das informações recolhidas.

Com estes procedimentos, objetiva-se aumentar a confiabilidade da pesquisa assim como a sua validade.

3.8 Análise dos Dados

Yin (2015) divide a análise dos dados em pesquisas científicas de duas maneiras:

Estratégia analítica Geral: Esta estratégia enfatiza e define as prioridades a analisar e também como podem ser classificadas em proposições teóricas, descrições do caso, explicações rivais e dados quantitativos e qualitativos.

Yin (2015) divide as técnicas específicas em: combinação de padrão, construção de explanação, análise de séries temporais, modelos lógicos e síntese cruzada de casos. Essa técnica aliada às estratégias analíticas tem como objetivo promover o refinamento e uma melhor análise qualitativa dos dados coletados.

Para esta pesquisa, a análise dos dados foi feita por meio de estratégia analítica geral. Como descrito anteriormente no protocolo de estudo de caso, a pesquisa se fundamentará nas proposições teóricas que embasam o estudo de caso, e que deram origem às perguntas de pesquisa que sustentam os objetivos específicos e à unidade de análise preliminarmente identificada. Apresentaram-se tabelas e quadros que revelam o objeto do Patrimônio Histórico Cultural de Manaus em risco pela ação do tempo e outras variáveis, assim como a Agenda programada para restaurar, conservar ou readequar os Bens escolhidos. Seguidamente se mostrou analiticamente o andamento ou conclusão do processo de Requalificação do Patrimônio Histórico Cultural programado de 1999 até 2010 e a nova programação da Prefeitura Municipal de Manaus em 2013.

3.9 Validação

A palavra validade é usada em uma grande variedade de formas quando se abordam os debates sobre a pesquisa quantitativa. A sua mais importante diferença encontra-se em seu uso quando se refere ao tipo e precisão da informação obtida das amostras individuais, sejam elas indivíduos ou grupos. Neste sentido a avaliação da validade deve ser feita à luz do propósito do trabalho de investigação (YIN, 2015).

3.9.1 Validade Teórica

Os métodos usuais de coleta de dados têm validade teórica quando seus procedimentos são justificados por meio de teorias estabelecidas como, por exemplo: as teorias Psicológicas e as teorias Sociológicas etc. (YIN, 2015).

A preocupação com as ações de Requalificação do Patrimônio Histórico Cultural do Ministério de Cultura é muito expressiva em todo o país. As políticas de intervenção urbana designada como “requalificação” emergiram em várias cidades do Brasil e do mundo sendo seu objetivo não só transformar sítios históricos considerados “degradados” em áreas de

entretenimento e lazer, mas, principalmente, fazer a articulação entre o patrimônio edificado e o patrimônio cultural (LOPES, 2011).

3.9.2 Validade Interna

Refere-se ao estabelecimento de relações de causa e efeito e resulta de estratégias que objetivem eliminar a ambiguidade e a contradição, inseridas nos detalhes estabelecidas por meio das fortes conexões existentes entre os dados (YIN, 2015).

3.9.3 Validade Externa

A pesquisa revisará constatações do IPHAN, CGU e Prefeitura Municipal de Manaus.

3.9.4 Validade Instrumental ou de Critério

Embasa-se na validade atribuída aos procedimentos usados na pesquisa. No entanto, nenhum procedimento ou método pode ser considerado válido 'a priori'. Por isso, o pesquisador pode fazer uso a comparabilidade ou a compatibilidade das descobertas, utilizando-se do método da triangulação para se fazer esta análise (YIN, 2015). Sendo a pesquisa de tipo descritiva apresenta uma realidade específica que será mostrada com o cumprimento da Agenda de Requalificação do Patrimônio Histórico Cultural de Manaus.

3.9.5 Validade Consultiva

Diz respeito à possibilidade de se consultar os envolvidos no processo de pesquisa - entrevistadores, observadores, respondentes, entrevistados como forma de se obter informações que ratifiquem a pesquisa com relação a sua precisão, completude, relevância, etc. dos dados obtidos (YIN, 2015). A pesquisa não fará consulta com entrevistadores, observadores, respondentes, entrevistados para se obter informações sobre sua precisão, completude, relevância dos dados obtidos. Somente serão colhidos dados do IPHAN, CGU e Prefeitura Municipal de Manaus.

3.9.6 Bases para a construção de respostas

É considerada como a lógica que une os dados às proposições. Guia para análise e interpretação das descobertas. A base para a construção de respostas será a validação das teorias convergentes (YIN, 2015). Na presente pesquisa a aplicação e não aplicação de ações de restauração indicará a eficácia da Requalificação do Patrimônio Histórico Cultural de Manaus.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Política Pública de Requalificação do Centro Histórico de Manaus

Para a identificação do problema fez-se necessária a revisão do objeto da Política Pública de Requalificação do Centro Histórico de Manaus, devido à intensa concentração no Centro Histórico de localidades que servem como registros da história edificadas principalmente na época áurea da borracha: os monumentos, prédios antigos, logradouros e praças considerados bens culturais, isto é, construções significativas para a memória coletiva que constituem o patrimônio histórico. Muitas construções importantes para a cidade foram edificadas nessa época: o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, a Praça Dom Pedro II, o Teatro Amazonas, o Palácio Rio Branco, a Biblioteca Pública, o Palácio da Justiça, a Praça da Saudade, a Praça Heliodoro Balbi, os casarões de estilo neoclássico e outros que compõem o acervo arquitetônico, cultural, artístico, paisagístico e intelectual que atrai a população para o Centro, não somente durante o dia, mas também às atrações culturais noturnas (IPHAN, 2014).

A cidade de Manaus possui valor cultural incomensurável, de certo, devido ao processo pioneiro de ocupação do Brasil pelos portugueses, holandeses e tantos outros povos europeus. Isso tudo ajudou a construir o patrimônio histórico de Manaus de forma que hoje, a cidade figura como um dos principais destinos turísticos do Brasil e do mundo, tanto devido à recente valorização quanto por sua localização no meio da floresta amazônica. A exploração da região nos diversos ciclos econômicos pelos quais o país passou, Manaus destacou-se como ponto estratégico regional e rota de comercialização devido à navegação. A época áurea da borracha foi quando a cidade ganhou bastante notoriedade internacional para os padrões do Brasil: a primeira cidade brasileira a ter energia elétrica e a primeira a instituir uma Universidade Federal no País.

Mas ocorre que os tempos mudaram e o processo de concentração e a valorização do espaço central tornou o solo urbano da área muito caro e concorrido. A Zona Franca de Manaus foi outro fenômeno da economia local que contribuiu para o desenvolvimento comercial no Centro. O volume da atividade comercial concentrava artigos eletrônicos além de perfumaria para as políticas de importação e exportação. Mas, devido ao encarecimento do solo urbano na área, associado ao surgimento de novos bairros como Vieiralves, Nossa Senhora da Graças, São Geraldo, Parque dez de novembro, Flores além do enfraquecimento do comércio em virtude da abertura do comércio exterior pelo governo, promoveu-se um quase esvaziamento do Centro de Manaus (IPHAN, 2014).

Em conseqüência do desaquecimento do comércio de exportação e importação muitas lojas fecharam, mudaram-se ou faliram e o comércio local sofreu uma decadência e um esvaziamento parcial de suas atividades se comparado à época da Zona Franca, e por isso o Centro Histórico de Manaus foi se degradando. Com ajuda da ação do tempo a arquitetura foi desvitalizando-se e em conseqüência a população evadiu-se do Centro, ocasionando assim, um abandono parcial. Após algumas tentativas de intervenção nessa área pelos chefes do executivo municipal, em mandatos anteriores, a requalificação do Centro histórico de Manaus passou a ser objeto de uma política pública definida (AMAZONAS, 2015).

Um fator interveniente no processo em andamento da requalificação do Patrimônio Histórico Cultural foi a iminência da cidade subsidiar o mundial de futebol da FIFA em 2014, houve por parte do poder público uma corrida contra o tempo para inserir Manaus nas agendas federais de destinação das obras de revitalização. O problema foi introduzido na agenda pelo executivo municipal, apropriando-se do aparato legal adequado o gestor passou ao processo de requalificação do Centro Histórico de Manaus, com o entendimento de que ali estava a identidade histórica e cultural da cidade, e que estas trariam, ao ser devolvido aos manauaras e aos turistas visitantes, o resgate dessa área tão importante, não somente revitalizada, mas principalmente, requalificada (PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS, 2009).

A cidade de Manaus comporta um conjunto paisagístico importante para a história tanto da própria capital do Estado do Amazonas quanto para o Brasil. A área mais antiga da cidade é composta pelo antigo hospital militar, erguido em 1852, no início da província, e tombado pelo governo federal pelo decreto lei nº 45 de 30.11.1937. Nesta área estão localizadas as ruas Bernardo Ramos, antiga Rua São Vicente, que abriga a mais antiga residência do período provincial, em estilo colonial brasileiro, foi construída entre 1819 e 1820, servindo de residência para o vereador da província José Casemiro do Prado (IPHAN, 2015).

Em 1883, Manaus ganha um novo prédio cuja construção foi um marco na forma como se desenvolveria a arquitetura da cidade: O mercado Adolpho Lisboa, uma estrutura pré-fabricada, vinda da Inglaterra, teve sua montagem concluída como um autêntico exemplar europeu da arquitetura renascentista, tornando-se centro de comercialização de produtos regionais. Esta mesma técnica de trazer construções pré-moldadas da Europa para ser montada em Manaus seria repetida com a inauguração do prédio da Alfândega, nas dependências do porto, em 1909 (IPHAN, 2015).

Assim, existem muitos outros pontos que são referência ao período antigo da cidade como: a Rua Frei José dos Inocentes, antiga Rua da Independência, ainda com casas originais, em sua maioria (já revitalizadas); a Rua Governador Vitória, antiga Rua do Pelourinho, com casas térreas, construídas em alvenaria, sendo que os atrativos da rua são os dois prédios mais importantes da história do Centro. Os dois em estilos ecléticos europeus, um é o Hotel Cassina e o segundo é o prédio da Manaus Harbour definindo a paisagem da praça D. Pedro II. O Hotel Cassina foi construído em 1899, recebendo o nome de seu proprietário, o italiano Andréa Cassina. Teve seus dias de glória no período áureo da borracha, transformado em seguida em pensão e, na decadência, em cabaré pé de chinelo, atualmente é conhecido apenas por Cabaré Chinelo (IPHAN, 2015).

Com o novo cenário econômico do Brasil, à época da borracha, a paisagem da cidade começava a mudar. Até a primeira metade do século XIX, Manaus não possuía grandes prédios públicos. Foi neste período que surgiram o mercado Adolpho Lisboa, o Palácio da Justiça e o Teatro Amazonas. No ano de 1890, o porto da cidade era formado apenas por alguns trapiches particulares, por uma rampa de catraieiros e pelo trapiche estadual 15 de Novembro. As instalações do porto eram usadas também para o corte e o beneficiamento da borracha. No ano de 1889, para viabilizar o escoamento dos produtos do Estado, o Ministério de Viação e Obras Públicas abriu concorrência para a execução de obras de melhoramentos no Porto (IPHAN, 2015).

Já no Palácio Rio Branco, construído no terreno onde existiu a cadeia pública; e o edifício do I.A.P.E.T.C. (Instituto de Aposentadoria e Pensões de Empregados e Transportes e Cargas), construído no terreno onde existiu o Éden Theatro. Paço da Liberdade (antigo prédio da prefeitura) foi construído em 1876 para ser sede do poder público municipal. Abrigou a sede do governo até 1879 e do governo republicano, até 17 de abril de 1917, quando passou a ser sede do governo municipal. Prédio em estilo neoclássico composto de linhas sóbrias de proporções clássicas com uma arquitetura tropicalista.

As principais praças de Manaus encontram-se no Centro Histórico. São elas: Praça Dom Pedro II, da Matriz, Heliodoro Balbi (da Polícia), Torquato Tapajós (dos Remédios), da Saudade e São Sebastião. Na Avenida Sete de Setembro, no antigo bairro de São Vicente, fica localizada a Praça Dom Pedro II. Esse logradouro, no período provincial, era conhecido como Largo do Pelourinho, pois nele existia uma coluna de madeira ou pedra (pelourinho) utilizada para castigar criminosos. A ornamentação fica por conta da bela fonte de bronze, inaugurada em 1894; e do coreto de ferro, o mais antigo da cidade, trazido de Liverpool em 1882 e montado em 1888. Em seus arredores estão prédios de grande relevância histórica, como o

Paço da Liberdade, antiga sede da prefeitura; as ruínas do Hotel Cassina; e o Palácio Rio Branco (IPHAN, 2015).

Atualmente, os imóveis históricos, em sua maior parte, estão entre a Avenida Eduardo Ribeiro e a Rua Leonardo Malcher. Do núcleo colonial, resta apenas o traçado urbano, orgânico em contraponto ao traçado planejado, ainda no século XIX. Na arquitetura, uma boa quantidade de edifícios ecléticos ainda está preservada. O centro histórico de Manaus no século XXI apresenta uma porção urbana formada por edificações do período áureo mesclada a edifícios modernos.

No caso do processo de requalificação em curso foi preciso à identificação de um conglomerado de problemas (SILVA e BARBOSA), que a continuação se detalha:

- Violência, exclusão, adição às drogas, tráfico de drogas, assassinatos, roubos, seqüestros e outros;
- Infra-estrutura ambientalmente inadequada dos espaços urbanos para idosos e deficientes;
- Poluição ambiental da cidade e dos espaços urbanos assim como problemas sanitários, de saúde e de lazer urbano adequados;
- Degradação, devido à ação do tempo do patrimônio público, histórico, artístico e cultural do centro de Manaus;
- Ocupação desordenada de praças, calçadas e dos principais logradouros comerciais por vendedores ambulantes;
- Inexistência de um adequado aterro sanitário, acúmulo de lixo urbano, ocasionando sujeira, mau cheiro e aspecto de abandono;
- Calçadas ocupadas de forma ilegal tanto por comerciantes formais quanto por informais, como consequência de uma cidade que não foi adequadamente planejada e costuma proteger somente o direito dos grandes comerciantes formais;
- Trânsito intenso de veículos pesados, que não respeitavam as normas da legislação devido à falta de fiscalização, por sua vez, agravava os engarrafamentos em horários de pico, colaboravam para a defasagem da vida útil da camada asfáltica, geravam mais poluição, pois utilizam óleo diesel como combustível e obrigavam outros condutores a pararem em fila dupla, devido ao espaço que ocupavam quando estacionavam;
- Poluição visual em fachadas e prédios históricos; e,

- Insegurança pública.

Secchi (2014), afirma que uma situação de gestão pública que gera desconforto coletivo é considerada um problema público e no caso de Manaus, demorou décadas para que o poder público demonstrasse alguma preocupação.

Um dos compromissos de campanha da gestão do município foi a requalificação, mas, que para ser posto em prática necessitava do aporte de recursos públicos destinados para este fim. Outra questão que antecedeu o processo de implementação da política de requalificação foi devido à confirmação de Manaus como subsede dos jogos do mundial de futebol – a Copa do Mundo FIFA 2014 –, fato que gerou uma corrida contra o tempo para que as obras projetadas para estarem prontas à época do mundial fossem entregues. Muitas dessas obras, como a revitalização da Praça da Matriz e o Porto de Manaus figuram até os dias de hoje como incompletas ou em andamento (IPHAN, 2015).

O conjunto da problemática exposta representou e representa um desafio para definir Políticas Públicas de Requalificação do Centro Histórico de Manaus. Desta forma se faz necessário restaurar, conservar e readequar o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, a Praça Dom Pedro II, o Teatro Amazonas, o Palácio Rio Branco, a Biblioteca Pública, o Palácio da Justiça, a Praça da Saudade, a Praça Heliodoro Balbi, os casarões de estilo neoclássico e outros que compõem o acervo arquitetônico, cultural, artístico, paisagístico e intelectual que atraía a população para o Centro, enfatizando os valores materiais e imateriais concorrentes com impactos socioeconômicos negativos na população que usufrui esses espaços urbanos para sobreviver (IPHAN, 2015).

4.2 Descrição da formação da agenda e das políticas

Para que a política pública possa ser executada na íntegra é necessário conhecer que são os indivíduos que fazem com que as ideias surgidas direcionem em prol da solução do problema público com o objetivo de colocar em prática, esses indivíduos ou grupos são conhecidos como atores ou atores políticos que fazem com que os mecanismos e procedimentos necessários na utilização de políticas públicas sejam realizados nas tomadas de decisões. (SECCHI, 2014)

Vários são os atores que podem influenciar de forma direta ou indireta na formação das políticas públicas, pode-se classificar em 4 (quatro) categorias: Individuais, Coletivos, Governamentais e Não Governamentais. A Figura abaixo retrata essa classificação.

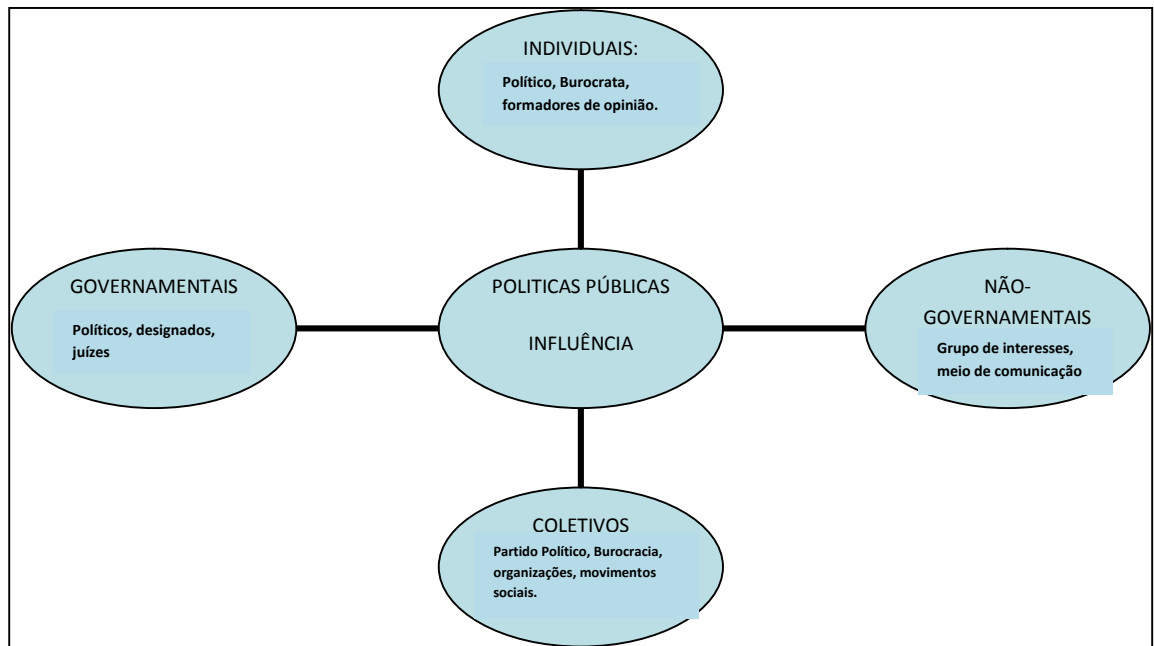


Figura 7: Influência dos Atores Políticos
Fonte: Adpatado de Secchi (2014)

Os atores que influenciam na formação de agenda e as Políticas de Requalificação do Patrimônio Histórico Cultural tivemos as seguintes entidades: Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Nacional de Habitação, Caixa Econômica Federal. Fundação Pró Memória, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Unidade Central de Gerenciamento (equipe de técnicos responsável pelo gerenciamento do Programa Monumenta, vinculada ao Ministério da Cultura, Unidade Executora do Projeto (equipe de técnicos locais responsável pela execução do Programa, sediada nas próprias cidades ou nas capitais), Unesco, Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (IPHAN, 2015).

A Agenda teve como principal instrumento o Programa Monumenta, o qual foi idealizado para viabilizar a sustentabilidade da preservação do patrimônio histórico. A metodologia adotada contemplava mecanismos de difusão de práticas compartilhadas entre o setor público federal, estadual, municipal, comunidade e a iniciativa privada. A atuação do

Monumenta se deu em cidades históricas protegidas pelo Iphan. Teve como proposta agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto, além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais em cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. O Monumenta dispôs de recursos oriundos de empréstimo efetuado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, do Orçamento Geral da União – OGU e de contrapartidas dos estados, municípios e empresas participantes.

A execução do Programa Monumenta foi inicialmente prevista para se efetivar em cinco anos (de 1999 a 2004), entretanto, durante a execução, dificuldades originaram sucessivas prorrogações da vigência. Assim, o contrato de empréstimo, com previsão inicial de cinco anos, contados de 04.12.1999, foi sucessivamente prorrogado até 04.12.2009 e, finalmente, até 04.10.2010, prazo final para conclusão do Monumenta.

No ano 2013 a Prefeitura Municipal de Manaus coordenou com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) novas ações de Requalificação do Patrimônio Cultural de Manaus.

A área denominada de Centro Histórico foi tombada em 1990 pela Lei Orgânica do Município, em seu artigo 342, que a identificou como sítio histórico. Reconhecido como patrimônio Histórico Nacional foi tombado pelo IPHAN em janeiro de 2012 através de Lei federal abrangendo uma área entre a orla do rio Negro e o entorno do Teatro Amazonas. Apresenta uma fração urbana formada por edificações do período áureo da borracha, mesclada a edifícios modernos e representa um dos maiores testemunhos de uma fase econômica ímpar no Brasil, quando a exploração do látex proporcionou o incremento da industrialização em escala mundial, possuindo monumentos históricos tombados por leis federal e municipal (IPHAN, 2015).

Alguns já foram tomados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) conforme quadro 10 abaixo:

Quadro 10: Monumentos históricos tombados no Centro de Manaus.

Imagem	Bem / Inscrição	Ano de tombamento	Uso atual / Tipologia	Outras informações
	Centro Histórico de Manaus	2012	Conjunto urbano	O tombamento incide sobre diversos logradouros e edificações na área compreendida entre a orla do Rio Negro e o entorno do Teatro Amazonas
	Conjunto arquitetônico do Porto de Manaus	1987	Instalações portuárias	O tombamento incide sobre diversas edificações, três delas anteriores à construção do conjunto: o edifício do Tesouro Público (1887-1890), o trapiche Princesa Isabel (1888) e a bomba de incêndio (1869-1881)
	Mercado Municipal Adolpho Lisboa	1987	Mercado público	O Mercado Municipal teve sua construção iniciada em 1880, pela firma <i>Bakus & Brisbin</i> de Belém, com pavilhões construídos em estrutura de ferro, e foi inaugurado em 1883.. O tombamento engloba os pavilhões, jardins, o embarcadouro e o trecho correspondente da margem do Rio Negro.
	Reservatório do Mocó	1985	Reservatório	Erguido no fim do século XIX, é um marco do sistema de abastecimento de água e do processo de expansão urbana da capital amazonense. Encontra-se em funcionamento até hoje, abastecendo parte da cidade de Manaus.
	Teatro Amazonas	1966	Casa de ópera	Símbolo da prosperidade amazonense durante o ciclo da borracha, o Teatro Amazonas teve sua construção iniciada em 1884. A inauguração ocorreu em 1896.

Fonte: IPHAN (2015).

Analisando-se o Quadro 10, percebe-se que a preservação deste núcleo configura o parte fundamental do potencial histórico da cidade, impetrado no centro urbano, e que assim garante a manutenção de seu patrimônio singular e íntegro, incluindo Manaus no rol das cidades históricas do Brasil, inclusive foram esses monumentos que possibilitaram a inscrição no Livro de Tombo Histórico e no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Brasil. Manaus é uma cidade que possui um acervo arquitetônico histórico vultoso com monumentos importantes para a cidade e para o país, por isso faz-se muito importante ter políticas públicas voltadas para a sua valorização. Sabe-se que muito já foi feito, mas ainda há muito que se fazer para resgatar toda a memória e cultura do patrimônio da cidade à Época Áurea da Borracha.

Sabe-se que hoje Manaus é uma metrópole consolidada em atrair turistas, isso é fato, e não há nada de novo nessa afirmação. Os turistas, especialmente os estrangeiros, são atraídos pela imensidão verde da Amazônia brasileira, principalmente europeus e norte-americanos; e claro, eles buscam oportunidades para aprender sobre os lugares que visitam através de sua

arte e história, o chamado turismo cultural. Nota-se, portanto, a importância da preservação do patrimônio histórico no centro da capital amazonense. Tanto é fato, que o turismo é hoje usado para estimular o desenvolvimento regional e econômico no entorno da capital. Mas há de se relatar que nem sempre foi dessa forma, houve na história do centro de Manaus períodos de intensa penumbra, e alguns componentes do patrimônio histórico ainda encontram-se esquecidos até os dias de hoje.

De certo que o grande pioneiro dos projetos de requalificação do centro da cidade foi o Turismo Cultural, sendo que este pode ser definido como um subconjunto do turismo, principalmente em um país que se preocupa com a cultura e o desenvolvimento das regiões onde houve intervenções (DAVIS; DONOVAN, 2009). O Turismo Cultural geralmente se concentra em lugares que têm costumes únicos, forma de arte única e diferentes práticas sociais, que basicamente os distingue de outros tipos ou formas de cultura. Inclui basicamente a visitação em áreas urbanas, particularmente às cidades históricas ou mais antigas que possuam um arcabouço cultural considerável, além de instalações que permitam conhecer o passado histórico do local como: teatros, museus e até áreas públicas como: Largos e Bulevares (LICHFIELD; MASON, 2005).

Pelo que se têm relatos na História, as potencialidades do patrimônio histórico-cultural para o Turismo foram vistas pelo gestor municipal de uma forma mais aguçada nos anos 90. A Prefeitura de Manaus promoveu um concurso público em 1994, que tinha o objetivo de revitalizar a extensão do entorno do Paço da Liberdade, na Praça D. Pedro II. Em dezembro de 2002, devido ao compromisso público do governo municipal com a revitalização do patrimônio histórico-cultural, Manaus passou a receber o financiamento do programa Monumenta, resultado do contrato de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento BID e o Governo Federal.

Dentre outras ações, o programa Monumenta pretendia transformar o Paço da Liberdade no Museu Histórico de Manaus - MUHMA e restaurar a Praça D. Pedro II, para a implantação do Museu de Rua. Antes disso, nos meses de junho a agosto de 2002, o Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Cultura, contratou os serviços do arqueólogo Paulo Zanettini para a realização do projeto denominado ARQUEOURBS Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Manaus, com a autorização de pesquisa Portaria IPHAN nº 128, de 25 de julho de 2002, visava localizar os vestígios da Fortaleza de São José do Rio Negro, de outras construções históricas e das ocupações pré-coloniais. Como resultado, foram identificados cinco complexos arqueológicos (IPHAN, 2015).

Em meados de 2003 e início de 2004, a Prefeitura de Manaus promoveu outra intervenção na Praça D. Pedro II. Os trabalhos tiveram a coordenação dos arqueólogos Eduardo Góes Neves, Carlos Augusto da Silva e Patrícia Bayond Donatti. Atualmente o programa que está viabilizando a requalificação do Centro Histórico de Manaus é o PAC - Cidades Históricas que também utiliza recursos do BID, recursos municipais e parceria público-privada. Manaus possui pontos turísticos como o Largo de São Sebastião, Mercado Adolpho Lisboa, entre outros com necessidade de requalificação (IPHAN, 2015)..

Ainda em meados de 2008 a cidade de Manaus foi designada como uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, sendo que desde então poucas obras de importantes intervenções foram realizadas no Centro. Este cenário só modificou após a atual gestão ter assumido o Poder Executivo de Manaus em 2013, já às vésperas do grande evento. Assim, a urgência da resolução, ou mitigação do problema era um compromisso fadado ao fracasso, pois não haveria tempo hábil para a execução de tal política. Ainda assim, a Prefeitura Municipal de Manaus montou uma equipe multidisciplinar para o processo de requalificação, elaborou projetos, participou de estudos e criou, juntamente com os atores públicos, a agenda da política pública do processo de requalificação do Centro Histórico de Manaus.

Devido ao prazo para as conclusões estarem estimados até o mundial da FIFA, várias ações que deveriam ocorrer de forma simultânea, eram imprescindíveis que os recursos orçamentários para implantação da política pública de requalificação estivessem incluídos na Lei do Orçamento Anual (LOA), mas, não foi o que ocorreu, a LOA já havia sido aprovada sem que os recursos para a requalificação estivessem estimados e a despesa fixada. Prova disso foi encontrado no Diário Oficial do Município (D.O.M.): A Lei Nº 1709, de 04 de janeiro de 2013 publicada no Diário Oficial do Município de Manaus. de 04.01.2013 - Nº 3.081 Ano XIV, estima a receita e fixa a despesa do município de Manaus para o exercício financeiro de 2013 em R\$ 3.473.000.000,00.

Uma medida importante tomada pelo Poder Executivo foi autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares para a criação de um órgão gestor da requalificação com recursos próprios. Tal ato justifica-se nos artigos 44 e 45 da Lei Municipal nº 1.684/2012 (Anexo I).

Nisto, faz-se importante destacar conforme os documentos coletados na pesquisa de campo para análise documental, especialmente à Lei Orgânica do Município (LOMAN), promulgada em 05/04/1990 e modificada por meio de várias emendas no ano de 2015, que cabe à Prefeitura de Manaus dentre outros direitos dos munícipes, a preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural (Anexo II).

Conforme a documentação encontrada, descreve-se que a Secretaria Municipal Extraordinária do Centro (SEMEX), criada sem orçamento próprio, funcionou com esse perfil até a data da criação legal da Secretaria Municipal do Centro (SEMC) em 31 de julho de 2013 (Anexo III). Com a criação da SEMC ficou transferido para a Secretaria Municipal do Centro o Programa de Reestruturação do Centro de Manaus – PROMANAUS que havia sido instituído pela Lei nº 1.354, de 07 de julho de 2009 (Anexo IV), na gestão anterior e que previa a requalificação do Centro nos mesmo moldes do projeto atual, mas que até então, havia demonstrado poucos ou até nenhum avanço em determinadas áreas pré-estabelecidas para as intervenções. A cargo de informação, cita-se a SEMC teve o processo de criação após a execução de crédito adicional especial, por meio da Lei nº 383/2013, autorizando o incremento do valor de R\$ 7,7 milhões, no orçamento fiscal do município para a criação dos programas de trabalho da Secretaria Municipal do Centro. A intervenção da SEMC teve como base Legislações que serviram de base para a Requalificação do Centro Histórico de Manaus (ANEXO 7).

No mês de outubro de 2013, por meio da Lei Ordinária 1777/2016 foi aberto no orçamento fiscal do município de Manaus, crédito adicional especial para a inclusão na LOA/2013, em favor da Secretaria Municipal do Centro (SEMC) (Anexo V). Assim, com o crédito aberto e autorizado, a criação legal da Secretaria Municipal do Centro, que passou a integrar a Administração Direta do Poder Executivo, com sua estrutura organizacional, finalidades e competências já estava com as exigências de seus instrumentos legais satisfeitos para a implementação efetiva das ações.

Havia unanimidade do executivo e do legislativo em reconhecer que a política pública de requalificação era de suma importância para a cidade e sua economia, portanto houve certa necessidade de acelerar o processo devido à busca pela otimização do tempo, porém, para começar os trabalhos na área do Centro o projeto que o reestruturaria deveria passar pela aprovação do IPHAN em virtude de o Centro Histórico ser tombado pelo Patrimônio Histórico da União por meio de Lei Federal, o que ocasionou morosidade e até a extinção de algumas obras como: o Paço da Liberdade; e, o Projeto de construção do *Shopping Popular* nos arredores do Porto (destinado à realocação de vendedores ambulantes que ocupavam a Praça da Matriz e boa parte das ruas sem tráfego do Centro), respectivamente.

Um dos procedimentos técnicos levantados foi à necessidade de revisão e análise do Plano Diretor de Requalificação do Centro Histórico de Manaus. O plano abrangeria os bairros de Aparecida, Presidente Vargas, Praça 14 e o próprio Centro, na zona Sul, e

integraria o Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus (Prourbis), com financiamento feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O objetivo do Plano era referendar as ações para posterior apresentação às empresas interessadas no processo de licitação para que tivessem acesso a um Termo de Referência elaborado por técnicos do BID, com participação de equipes do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb), Secretaria do Centro (Semc) e Prourbis.

Outro fato que justifica o Plano seria que, somente após a análise das propostas técnicas e financeiras é que seriam definidas as diretrizes e valores para cada projeto. O Implurb e a SEMC atuaram com suas equipes monitorando e dando orientações necessárias para ajudar a compor o Plano que integraria todos os projetos desenvolvidos para o Centro Histórico. Assim, a partir da elaboração e aprovação deste documento é que se abriram os precedentes legais à contratação de uma empresa para efetivar na prática a continuação do Plano de Requalificação nesta etapa.

4.3 Verificação da implementação e avaliação dos resultados pretendidos

Esta etapa mensura se foram concluídas as ações de restauração, conservação e adequação dos imóveis ou construções do Patrimônio Histórico Cultural.

Conforme os quadros que se apresenta a continuação houve um não cumprimento dos resultados pretendidos em forma relevante.

O quadro 11 Ações de Preservação apresenta 6 (seis) Bens culturais com início de recuperação nos anos 2006, 2007 e 2010. Verificou-se a conclusão do Mercado Municipal Adolpho Lisboa e do Antigo Paço Municipal. Ficou em andamento os trabalhos de Restauração, conservação e readequação dos imóveis Bens culturais: Armazém 15 e antigo prédio do Tesouro Provincial, Reservatório do Mocó, Casas 69 a 77, da Rua Bernardo Ramos e a Revitalização da Praça IX de novembro (BRASIL – IPHAN, 2014).

Quadro 11: Ações de preservação – Bens imóveis restaurados ou recuperados no ano de 2013

UF	MUNICÍPIO	BEM CULTURAL	AÇÃO REALIZADA	PARCEIROS	USO	ANO DE INÍCIO	SITUAÇÃO
AM	Manaus	Armazém 15 e antigo prédio do Tesouro Provincial	Restauração, conservação e readequação do imóvel para a implantação da Casa de Leitura Tiago de Melo	Ministério da Cultura	Institucional	2010	Em andamento
AM	Manaus	Reservatório do Mocó	Restauração	Empresa Águas do Amazonas	Reservatório para abastecimento	2010	Em andamento

AM	Manaus	Mercado Municipal Adolpho Lisboa	Restauração	Suframa, Prefeitura Municipal Manaus, Programa Monumenta	Mercado Público	2007	Concluído
AM	Manaus	Antigo Paço Municipal	Restauração	Prefeitura Municipal Manaus e Programa Monumenta	Museu da Cidade	2006	Concluído
AM	Manaus	Casas 69 a 77, da Rua Bernardo Ramos	Restauração	Prefeitura Municipal Manaus e Programa Monumenta	Restaurantes	2010	Em andamento
AM	Manaus	Praça IX de novembro	Revitalização	Prefeitura Municipal Manaus e Programa Monumenta	Praça Pública	2010	Em andamento

Fonte: BRASIL – IPHAN 2014.

Referente ao Acervo arqueológico no âmbito do empreendimento Gasoduto Urucu-Coari-Manaus, a ação realizada foi a Assinatura de Convênio para Construção de laboratório e reserva técnica no Campus da UFAM, com curadoria (Quadro 12). Executou-se também a Preservação de Acervos arquivísticos e bibliográficos em 2013 no Centro de Informações do Patrimônio - CIP/AM por meio do Pregão eletrônico para a contratação de empresa especializada em serviços de processamento técnico (Quadro 13).

Quadro 12: Patrimônio arqueológico em 2013

UF	MUNICÍPIO	SÍTIO/ACERVO	AÇÃO REALIZADA	PARCEIROS
AM	Manaus	Acervo arqueológico no âmbito do empreendimento Gasoduto Urucu-Coari-Manaus	Assinatura de Convênio para Construção de laboratório e reserva técnica no Campus da UFAM, com curadoria	Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Museu Amazônico - MA/UFAM, Petrobrás e Ministério Público Federal-PR/AM

Fonte: BRASIL – IPHAN 2014.

Quadro 13: Preservação de Acervos arquivísticos e bibliográficos em 2013

UF	MUNICÍPIO	ACERVO	AÇÃO REALIZADA	PARCEIROS
AM	Manaus	Centro de Informações do Patrimônio - CIP/AM – Acervo Bibliográfico e Arquivístico	Pregão eletrônico para a contratação de empresa especializada em serviços de processamento técnico	R. M. Koynov

Fonte: BRASIL – IPHAN 2014.

A Instituição IPHAN relata também Ações de Educação, formação e capacitação Patrimonial oferecidas em 2013 (Quadro 14) assim como Licenciamentos de projetos em 2013 (Quadro 15), Inventário Nacional de Referências Culturais e Mapeamento do Patrimônio Cultural em 2013 (Quadro 16), Projetos apoiados pelo PRONAC em 2013 (Quadro 17),

Quadro 14: Ações de Educação, formação e capacitação Patrimonial oferecidas em 2013

UF	MUNICÍPIO	AÇÃO	PARCEIROS	PÚBLICO-ALVO
PA	Belém	Videokonferência sobre exportação de obras de arte	IPHAN	Servidora do IPHAN/AM, Márcia Honda Nascimento Castro
PA	Belém	Oficina implementação de ações em áreas centrais e cidades históricas – Região Norte	IPHAN	Servidora do IPHAN/AM, Márcia Honda Nascimento Castro
DF	Brasília	III Encontro de Avaliação da Política de Identificação do Patrimônio Imaterial	IPHAN	Servidora do IPHAN/AM, Márcia Honda Nascimento Castro
DF	Brasília	Capacitação sobre o sistema Fiscalis (2ª turma)	IPHAN	Servidora do IPHAN/AM, Márcia Honda Nascimento Castro
PA	Belém	Capacitação na Operacionalização do Sistema de Convênio – SICONV	IPHAN	Servidora do IPHAN/AM, Heloíza Helena Martins Araújo
AM	Manaus	Gestão de Contratos Administrativos – Elaboração, execução e fiscalização	IPHAN	Servidor Público, Hellinton Staevie dos Santos - IPHAN/AM

Fonte: BRASIL – IPHAN 2014.

Quadro 15: Licenciamentos de projetos em 2013

UF	MUNICÍPIO	PROJETO	SOLICITANTE
AM	Manaus	Restauração do Instituto Benjamin Constant – Centro (Parecer Técnico 01/2013)	CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas
AM	Manaus	Rua Marquês de Santa Cruz, 69 – Centro (Parecer Técnico 03/2013)	Carlos Manoel Coan Espíndola
AM	Manaus	Rua 10 de Julho, 491 – Centro (Parecer Técnico 04/2013)	FM Turismo Ltda.
AM	Manaus	Rua Marçílio Dias, 100 – A (Parecer Técnico 05/2013)	Laura Henriques Maia Neta
AM	Manaus	Rua São Luís, 101 – Adrianópolis (Parecer Técnico 06/2013)	Linda Mara Costa Xavier
AM	Manaus	Av. Eduardo Ribeiro, esq. Monsenhor Coutinho, s/n – Centro (Parecer Técnico 07/2013)	Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas
AM	Manaus	Av. Eduardo Ribeiro, s/n – Centro (Parecer Técnico 08/2013)	Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas
AM	Manaus	Rua Lobo D’almada, 392 – Centro (Parecer Técnico 15/2013)	Remulos Fernandes da Silva
AM	Manaus	Rua Saldanha Marinho, 737 – Centro (Parecer Técnico 26/2013)	Therezinha de Jesus Rodrigues Trindade
AM	Manaus	Instalações Provisórias do Teatro Amazonas (Parecer Técnico 27/2013)	Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas
AM	Manaus	Rua Saldanha Marinho, 742 – Centro (Parecer Técnico 32/2013)	Livraria Esquina do Saber Ltda.
AM	Manaus	Av. Eduardo Ribeiro, 600 – Centro (Parecer Técnico 36/2013)	Lojas Renner S.A.
AM	Manaus	Rua Lobo D’almada, 416 – Centro (Parecer Técnico 40/2013)	Izabela Natália de Azevedo Parente
AM	Manaus	Construção da subestação para o comando do 9º Distrito Naval, Ilha de São Vicente – Centro (Parecer Técnico 42/2013)	Comando do 9º Distrito Naval
AM	Manaus	Av. Epaminondas, 715 – Centro (Parecer Técnico 43/2013)	Conceição de Maria Palheta Uchôa
AM	Manaus	Av. Sete de Setembro, 1184 – Centro (Parecer Técnico 48/2013)	Mário Jorge Taveira Junior
AM	Manaus	Av. Sete de Setembro, 1184 A – Centro (Parecer Técnico 49/2013)	Mário Jorge Taveira Junior
AM	Manaus	Av. Epaminondas com Rua Ramos Ferreira, 588 – Centro (Parecer Técnico 51/2013)	Dioclécio de Miranda Correia
AM	Manaus	Rua dos Barés, 36, 39, 51, 73, 79-A, 89, 90 e Tv. Tabelaio Lessa, 62, 50 a 56 – Centro (Parecer Técnico 52/2013)	Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas
AM	Manaus	Revitalização da Orla da Manaus Moderna – Rua Lourenço Braga – Centro (Parecer Técnico 53/2013)	Secretaria Municipal de Infraestrutura
AM	Manaus	Rua Ferreira Pena, 170 – Centro (Parecer Técnico 57/2013)	Tuma e Moraes Advogados Associados S.A
AM	Manaus	Rua dos Barés, 169 – Centro (Parecer Técnico 62/2013)	Importadora Alfaia
AM	Manaus	Poda de árvores nos Jardins Históricos da Praça da Matriz (Praça XV de novembro) (Parecer Técnico 63/2013)	Secretaria Municipal Extraordinária para Requalificação do Centro – SEMEX
AM	Manaus	Poda de árvores na Av. Eduardo Ribeiro – Jardins Históricos (Parecer Técnico 64/2013)	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS
AM	Manaus	Rua Tamandaré, 111 – Centro (Parecer Técnico 65/2013)	Banco do Brasil
AM	Manaus	Concerto de Natal 2013 – Teatro Amazonas, Largo São Sebastião – Centro (Parecer Técnico 72/2013)	Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas
AM	Manaus	Exposição de obras de arte e grafiteagem no Paço Municipal – Centro (Parecer Técnico 74/2013)	Manauscult
AM	Manaus	Rua José Clemente, 596 – Centro (Parecer Técnico 79/2013)	TDB Alimentação Ltda.
AM	Manaus	Rua dos Barés, 5, Boxe 05 do Mercado Municipal (Parecer Técnico 80/2013)	Acácia Branca Seco Ferreira

AM	Manaus	Diagnóstico Interativo Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã	Bruno Marcos Moraes
AM	Manaus	Diagnóstico Arqueológico Interventivo Monotrilho de Manaus – Trecho Constantino Nery-Cidade Nova	Luiz Fernando Erig Lima
AM	Manaus	Diagnóstico Interventivo e Educação Patrimonial na área de influência da requalificação urbanística e recuperação ambiental do Igarapé do SESC	Maria Armandina Castro Mendonça de Souza
AM	Manaus	Diagnóstico Arqueológico Interventivo na Área do Loteamento Residencial Villa Suíça no Bairro Tarumã	Helena Pinto Lima
AM	Manaus	Prospecção Arqueológica na LT 230 kv Jorge Teixeira – Lechuga (Circuito 3)	Adriana Meinking Guimarães
AM	Manaus	Prospecção Arqueológica da SE 230 kv Lechuga	Adriana Meinking Guimarães
AM	Manaus	Diagnóstico Interventivo na Área de Influência para Requalificação Urbanística e Recuperação Ambiental do Igarapé do Bindá, com Ações de Educação Patrimonial	Maria Armanda Castro Mendonça de Souza
AM	Manaus, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva	Prospecção Interventiva nas Áreas de Implantação da Linha de Transmissão 500 KV Manaus – Boa Vista, Subestação Lechuga (AM), Equador (RR) e Boa Vista (RR)	Tatiana Costa Fernandes
AM	Manaus	Diagnóstico Arqueológico Interventivo no Condomínio Residencial Morada dos Pássaros	Bruno Marcos Moraes
AM	Manaus	Diagnóstico Arqueológico Interventivo no Condomínio Residencial Quinta das Marinas	Bruno Marcos Moraes
AM	Manaus	Diagnóstico Arqueológico Interventivo no Condomínio Residencial Tauá	Bruno Marcos Moraes
AM	Manaus	Diagnóstico Arqueológico Interventivo no Condomínio Residencial LAGHI	Bruno Marcos Moraes

Fonte: BRASIL – IPHAN 2014.

Quadro 16: Inventário Nacional de Referências Culturais e Mapeamento do Patrimônio Cultural em 2013

UF	MUNICÍPIO	INVENTÁRIO	EXECUTOR	PARCERIAS	SITUAÇÃO
AC	Rio Branco	INRC – Ayahuasca Mapeamento Documental	Superintendência do Iphan no Acre		Em andamento
AM	Manaus, Parintins, Itacoatiara, Maués	INRC – Complexo Cultural do Boi no Médio Amazonas	Superintendência do Iphan no Amazonas		Em andamento
AP	Macapá e Mazagão	INRC Marabaixo	Superintendência do Iphan no Amapá		Em andamento
PA	Alto Rio Guamá	INRC do povo indígena Tembé	Superintendência do Iphan no Pará		Concluído
PA	Belém	INRC – Pássaros Juninos	Superintendência do Iphan no Pará		Em andamento
PA	Santarém	INRC – Sairé em Santarém	Superintendência do Iphan no Pará	UFOPA – Universidade Federal do Oeste Paraense	Em andamento
PA	Oriximiná	INCR – Comunidade quilombolas de Oriximiná	Superintendência do Iphan no Pará	UFOPA – Universidade Federal do Oeste Paraense	Em andamento
BA	Euclides da Cunha, Monte Santo e Canudos	Realização de Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão Baiano	Superintendência do Iphan na Bahia		Em andamento
BA	Maragogipe, Salinas de Margarida, Saubara, Itaparica, São Félix, Cachoeira e Santo Amaro	INCR de Maragogipe, Salinas de Margarida, Saubara, Itaparica, São Félix, Cachoeira e Santo Amaro	Superintendência do Iphan na Bahia	Cessão de metodologia para empresa Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	
CE	Juazeiro do Norte	Lugares Sagrados de Juazeiro do Norte	Superintendência do Iphan no Ceará		Em andamento
CE	Barbalha	Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio	Superintendência do Iphan no Ceará		Em andamento
PE	Recife	INRC do Maracatu Nação	Superintendência do Iphan em Pernambuco	FUNDARP – Fundação de Cultura de Pernambuco	Concluído
PE	Recife	INRC do Maracatu Rural	Superintendência do Iphan em Pernambuco	FUNDARP – Fundação de Cultura de Pernambuco	Concluído
PE	Recife	INRC do Caboclinho	Superintendência do Iphan em Pernambuco	FUNDARP – Fundação de Cultura de	Concluído

				Pernambuco	
PI	Região dos Cocais	Tambor de Crioula do Leste da Região dos Cocais	Superintendência do Iphan no Piauí		Concluído
DF	Brasília	Inventário de referências culturais para a salvaguarda do Bumba Meu Boi		Cessão de Metodologia para SECULT	Concluído

Fonte: BRASIL – IPHAN 2014.

Quadro 17: Projetos apoiados pelo PRONAC em 2013

UF	MUNICÍPIO	BEM CULTURAL BENEFICIADO	AÇÃO PROPOSTA	PROPONENTE	SITUAÇÃO
RJ	Rio de Janeiro	Patrimônio afro-brasileiro	Prêmio Korin Axé 1º Festival Cânticos Afro	Comunidade África Brasil	Arquivado
BA	Cruz das Almas	Políticas afirmativas	Fórum de Pró-igualdade racial e inclusão social do recôncavo	Mil Produções Artísticas Ltda.	Expirado o prazo de captação total
RJ	Rio de Janeiro	Referências ao samba	Desfile do Monobloco 2013	Plap Produções Artísticas Ltda.	Autorizada a captação total de recursos
RJ	Rio de Janeiro	Referências ao samba	Desfile do Monobloco 2013 (atualizado para Ensaio do Monobloco 2014)	Plap Produções Artísticas Ltda.	Autorizada a captação total de recursos
BA	Feira de Santana, Santa Bárbara, Candeal	Música do Sertão	Oficina Quixabeira	Movimento da Quixabeira	Autorizada a captação de recursos
BA	Salvador	Afro religiões	Circuito de Oficinas para a Formação e Preservação da Tradição do Terreiro de Gantois	Baobá Produções Artísticas Ltda.	Arquivado
PE, DF, CE, PR, RN, MG, SP, MT, AM, BA, RJ, RS	Recife, Brasília, Fortaleza, Curitiba, Natal, Belo Horizonte, São Paulo, Cuiabá, Manaus, Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre	Artesanato	Mestres: Empreendedores Criativos Artesanais	Cooperativa dos Empreendedores em Ações Culturais – Cooperativa Cultura	Em análise técnica
RJ	Nova Friburgo, Quissamã, Rio de Janeiro, Cabo Frio e Três Rios	Pedido de tombamento – gastronomia local	Feijoada Carioca	Juan Phelipe P. de Mello	Indeferido
BA	Lauro de Freitas, Cachoeira e Salvador	Pedido de registro e salvaguarda – Afro religiões	Culto aos Caboclos na Bahia – Registro e Salvaguarda	Instituto Tribos Jovens	Autorizada a captação de recursos
SP	São Paulo	Cultura tradicional	Brasiliiana, o Brasil se encontra aqui	Abaçai, Cultura e Arte	Expirado o prazo de captação total
SP	Registro, São Paulo, Eldorado, Ipiranga, Iguape, Itaoca, Cananéia	Quilombolas	Patrimônio Cultural Quilombola do Vale do Ribeira: Registro do Sistema Agrícola e Salvaguarda de Bens Culturais	Instituto Socioambiental	Em pauta para avaliação do CNIC
MG	Nanuque, Carai, Malacacheta, Franciscópolis, Serra dos Aimorés, Catuji, Teófilo Otoni, Poté, Fronteira dos Vales, Pavão, Itaipé, Ladainha, Crisólita, Novo Cruzeiro, Águas Formosas, Carlos Chagas	Patrimônio imaterial do Vale do Mucuri	Mucuri que vale – a valorização do Patrimônio Imaterial do Vale do Mucuri	Rogério de Oliveira Sepúlveda	Autorizada a captação total de recursos
MA, RJ	Mirinzal, Rio de Janeiro, São Luís, Guimarães	Pesquisa etnográfica – Bumba meu boi	Palhaceiros da Graça de Deus	Cumbuca Produção Cultural e Artística Ltda.	Autorizada a captação total dos recursos

RJ	Rio de Janeiro	Capoeira	Capoeira Social Clube: Uma roda aberta	Aurea Regina Amaral	Indeferido
PA, AM, RR	Santarém, São Gabriel da Cachoeira, Manaus, Boa Vista, Pacaraima	Músicas dos festejos populares	A música das cachoeiras do alto Rio Negro ao Monte Roraima	Agenor Cavalcante de Vasconcelos Neto	Inadimplente
SP	Cubatão	Patrimônio imaterial local	Tons e Cores da Memória de Cubatão 2013	Prumopro Projetos e Produções Ltda. – EPP	Arquivado – solicitação de desistência do proponente
RJ	Rio de Janeiro, Cachoeira de Macacu	Capoeira	Festival Internacional da Arte Capoeira 2013	Viva Brasil	Arquivado – solicitação de desistência do proponente
MG	Belo Horizonte	Capoeira	Festival Internacional de Capoeira – Descubra Minas	Instituto Vebo	Autorizada a captação total de recursos
RS	Passo Fundo	Folclore de Passo Fundo	XII Festival Internacional de Folclore de Passo Fundo	Seção Estadual do RS do CIOFF	Parecer Técnico emitido
BA	Salvador	Capoeira	Panoré – Panorama Artístico Nacional de Capoeira	Multi Planejamento Cultura Ltda. -ME	Autorizado a captação total de recursos
AM	Manaus	Patrimônio indígena	Resgate das músicas e tradições do povo Kambeba e Omaguá	Danielle Soprano Pereira	Projeto incluído na pauta de recursos
RJ	Rio de Janeiro	Cultura brasileira	Festival Brasis – Edição Cariquismos	Cinequanon artes cênicas 66 Ltda.	Autorizada a captação total dos recursos
MG	Resende Costa	Cultura Mineira	Circuito das Festas do Carro de Boi	Associação das Empresas do Turismo e do Artesanato de Resende Costa - ASSETURC	Parecer Técnico emitido
CE	Quixadá	Cultura local	XVIII Encontro dos Profetas da Chuva	Instituto de Pesquisas de Violas e Poesias Culturais do Sertão Central	Retirado de pauta pela CNIC
PR	Curitiba	Música	Encanto de Brincar II	CGC-CSA Consultoria e Assessoria Ltda.	Em análise pelo CNIC
PR	Pinhais	Capoeira	Capoeira, Cultura da Gente: Joga Piá (IV Edição)	Associação Abadá Capoeira Educacional e Cultural de PIN	Diligenciado – Parecer Técnico
PR	Curitiba	Capoeira	Capoeira e Cidadania VII	Associação Viking	Encaminhado para análise técnica

Fonte: SALIC, 2016.

No Amazonas houve ações importantes como a Contratação de uma consultora PRODOC para tratar exclusivamente da cachoeira do Iauretê de São Gabriel da Cachoeira, Reuniões em Manaus com a Secretaria de Educação, Instituto de Desenvolvimento do Amazonas e com a Secretaria de Educação Indígena para tratar de temas relativos à segurança e soberania alimentar das comunidades envolvidas no registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (Quadro 18).

Quadro 18: Planos de salvaguarda do patrimônio imaterial em 2013

UF	MUNICÍPIO	BEM REGISTRADO	AÇÕES REALIZADAS	PARCEIROS
AM	São Gabriel da Cachoeira	Cachoeira do lauretê	Contratação de uma consultora PRODOC para tratar exclusivamente da cachoeira. Aproximação com o Instituto Federal do Amazonas, Campi São Gabriel da Cachoeira com intuito de firmar um termo de cooperação para ações de salvaguarda. O IFAM do município possui boa infraestrutura de acomodações e transporte fluvial que são essenciais para atuar na região, além de professores e pesquisadores próprios que podem desenvolver estudos vinculados ao patrimônio.	FOIRN – IFAM (concretizando-se o termo de cooperação)
AM	Manaus	Sistema Agrícola do Rio Negro	Reuniões em Manaus com a Secretaria de Educação, Instituto de Desenvolvimento do Amazonas e com a Secretaria de Educação Indígena para tratar de temas relativos à segurança e soberania alimentar das comunidades envolvidas no registro do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. Apoio aos projetos PACTA 3 e Hermès que realizam ações de salvaguarda de diferentes tipologias como por exemplo: estabelecimento de um comitê de gestão, valoração econômica, conservação da agro biodiversidade, entre outros. Forte aproximação com a EMBRAPA, articulação de um termo de cooperação para tratar do mapeamento e identificação dos Sistemas Agrícolas Nacionais.	ACIMIRN, ASIBA, MICTI, IRD
AP	Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari	Arte Kusiwa	Convênio celebrado para a Revalidação da Arte Kusiwa Wajãpi. Monitoramento da salvaguarda e acompanhamento do acordo firmado com o escritório Rosebaum e das ações em parceria com a Natura. Termo de acordo e compromisso firmado entre Iphan, Associação Wajãpi Terra, AWATAC e Rosenbaum e Decoração S/S Ltda.	

Fonte: SALIC, 2016.

A seguir observa-se no quadro 19, diferentes níveis do Estado de conservação do bem: Teatro Amazonas (regular), Reservatório do Mocó (regular), Mercado Adolpho Lisboa (bom), Porto de Manaus (ruim), Encontro das águas (bom) e Centro Histórico de Manaus (ruim).

Quadro 19: Indicadores de conservação e preservação do Patrimônio Cultural

Dados de identificação do bem					Estado de conservação do bem				Estado de preservação do bem				
UF	Município	Número Processo	Ano de Abertura	Nome atribuído	Bom	Regular	Ruim	Ruína	Íntegro	Pouco alterado	Muito alterado	Descaracterizado	Perda Total
AM	Manaus	693	1963	Teatro Amazonas		X				X			
AM	Manaus	1127	1984	Reservatório do Mocó		X				X			
AM	Manaus	1179	1985	Mercado Adolpho Lisboa	X						X		
AM	Manaus	1192	1986	Porto de Manaus			X					X	
AM	Manaus	1599	2010	Encontro das águas	X						X		
AM	Manaus	1614	2010	Centro Histórico de Manaus			X					X	
Pontuação Base para Resposta					10	7	4	0	10	7,5	5	2,5	0
Somatória					2	2	2	0	0	4	2	0	0
Pontuação obtida					20	14	8	0	0	30	10	0	0
Totalização						42					40		
Índice de Conservação do Patrimônio Material					7								
Índice de Preservação do Patrimônio Material					6,67								

Fonte: SALIC, 2016.

Houve intervenções no Centro Histórico de Manaus de novas política de requalificação visando principalmente o mundial de futebol que ocorreria em meados de 2014 nos primeiros meses de 2013 quando a Secretaria do Centro ainda era a Extraordinária (SEMEX). Na ocasião as principais ruas do Centro Histórico receberam recapeamento asfáltico, reforma de calçadas e meio-fio, além de acesso para deficientes físicos, além disso foram confeccionadas 678 placas em chapa galvanizada e adesivos, que fizeram a identificação de 53 atrativos turísticos da cidade.

Conforme os documentos consultados na SEMC, notou-se que a prefeitura remeteu todos os projetos que envolviam o programa de requalificação ao IPHAN, para que entre outros aspectos, não houvesse conflitos posteriores começando obras que poderiam ser embargadas, ainda assim, houve o embargo do centro popular de compras, projetado para ser erguido em uma área que, segundo o IPHAN prejudicaria o contexto histórico do Porto de Manaus às margens do Rio Negro e nas proximidades do Mercado Municipal e do prédio histórico da Alfândega, áreas e monumento tombados. A Prefeitura de Manaus, em parceria com os atores da política pública, reuniram-se e pensaram em estratégias para a solução do problema. A tabela a seguir justifica algumas dessas ações:

Tabela 1: Ações desenvolvidas em parceria com os atores para as primeiras intervenções do ano 2013.

AÇÃO	ETAPA	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS
Relocação dos camelôs	1	CDL/ACA
Desobstrução das vias de acesso ao Centro	2	MANAUSTRANS
Limpeza do local		SEMULSP
Zona azul		MANAUSTRANS
Catálogo de árvores	3	SEMMAS
Construção de Centro de Compras		IMPLURB/EMPRESAS PRIVADAS
Cursos de Empreendedorismo para os camelôs		SEBRAE/SENAC/ESPI/CETAM
Operação Centro seguro	4	SEMEF/IMPLURB/SEMULSP/SEMMAS/ SEMASDH/MANAUSTRANS/CB/GM

Fonte: SEMC, (2015).

Após as primeiras intervenções que ocorreram em quatro etapas evidenciadas na Tabela 1, ocorreu o que a Prefeitura denominou de segunda fase do projeto. Esta fase correspondeu ao diagnóstico compreendendo o levantamento e estruturação de todos os dados necessários à situação da área que receberia a requalificação. Resultado da síntese entre a

leitura técnica feita pelos diversos especialistas envolvidos no processo e a leitura elaborada a partir dos contatos com a comunidade do Centro.

Ainda em 2013, a gestão municipal entregou à população o Mercado Municipal Adolpho Lisboa requalificado. O local é um dos principais prédios históricos de Manaus e figura como atração turística fundamental no complexo do centro histórico. O prédio recebeu sinalização e acessibilidade durante obras de recuperação finalizadas em outubro de 2013, no aniversário da cidade de Manaus. A seguir o quadro 20 detalha intervenções em andamento:

Quadro 20: Análise detalhada das Intervenções do projeto de Requalificação em andamento.

INTERVENÇÃO	ORIGEM DO RECURSO	VALOR	PROGRAMA	Outras informações
Praça D. Pedro II	Federal	R\$1.822.946,36	PAC CIDADES HISTÓRICAS	Concluído
Mercado Municipal Adolpho Lisboa (entorno)	Federal	R\$ 6.869.980,00	PAC CIDADES HISTÓRICAS	Concluído
Praça da Matriz e Relógio Municipal	Federal	R\$ 6.554.322,14	PAC CIDADES HISTÓRICAS	Em andamento
Praça Tenreiro Aranha	Federal	R\$ 2.085.844,14	PAC CIDADES HISTÓRICAS	Em andamento
Praça Adalberto Vale	Federal	R\$ 376.600,97	PAC CIDADES HISTÓRICAS	Em andamento
Praça XV de Novembro	Federal	R\$6.554.322,04	PAC CIDADES HISTÓRICAS	Em andamento
Orla Manaus Moderna	Municipal	R\$1.000.000,00	VIVA CENTRO	Em fase de conclusão
Av: Eduardo Ribeiro	Municipal	S/Fonte	VIVA CENTRO	Em fase de conclusão
Praça Dom Bosco	Público-Privado	S/ Fonte	VIVA CENTRO	Concluído
Pavilhão Universal	Federal	R\$441.000,00	PAC CIDADES HISTÓRICAS	Em processo de aprovação pelo IPHAN
Biblioteca Pública	Federal	R\$3.000.000,00	PAC CIDADES HISTÓRICAS	Em processo de aprovação pelo IPHAN
Antiga Câmara Municipal	Federal	R\$ 3.900.000,00	PAC CIDADES HISTÓRICAS	Em processo de aprovação pelo IPHAN. Será transformada na Pinacoteca de Manaus.
Hotel Cassina	Federal	R\$5.900.000,00	PAC CIDADES HISTÓRICAS	Em processo de aprovação pelo IPHAN

Fonte: SEMC (2013/2015).

4.3.1 Relatório da CGU

A CGU formulou a seguinte questão: Houve impropriedade relacionada aos preços contratados e pagos? (BRASIL – CGU, 2015).

Os resultados revelaram que do universo de beneficiados pelo Programa Monumenta, no âmbito da Ação 5538 – Preservação do Patrimônio Histórico Urbano abrangeu 346 investimentos integrados, em 26 municípios, cuja execução de recursos financeiros somaram R\$ 149,3 milhões, segundo dados repassados pela UCG, referentes a agosto de 2010, conforme detalha o Quadro 21 demonstrado a seguir:

Quadro 22: Beneficiados pelo Programa Monumenta

UF	Município	Total de Investimentos Integrados	Valores Executados (R\$)	% Mun.
Alagoas	Penedo	12	5.179.131,58	3,47
Amazonas	Manaus	06	2.114.538,69	1,42
Amazonas	Cachoeira	25	28.394.439,61	19,01
Bahia	Lençóis	12	6.125.164,57	4,10
Bahia	Salvador	13	11.462.431,45	7,68
Ceará	Icó	08	3.680.327,17	2,46
Goiás	Goiás	07	2.344.144,50	1,57
Maranhão	Alcântara	03	78.635,65	0,05
Minas Gerais	Congonhas	13	4.269.373,40	2,86
Minas Gerais	Diamantina	11	4.363.057,01	2,92
Minas Gerais	Mariana	15	3.139.410,97	2,10
Minas Gerais	Ouro Preto	30	9.997.760,42	6,69
Minas Gerais	Serro	08	3.022.857,67	2,02
Mato Grosso do Sul	Corumbá	08	3.417.365,84	2,29
Pará	Belém	05	7.321.353,85	4,90
Pernambuco	Olinda	14	5.360.630,46	3,59
Pernambuco	Recife	08	3.045.599,51	2,04
Piauí	Oeiras	07	1.179.093,19	0,79
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	23	7.022.424,68	4,70
Rio Grande do Sul	Pelotas	13	7.436.452,45	4,98
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	22	8.202.608,44	5,49
Santa Catarina	São Francisco do Sul	30	8.776.334,40	5,88
Sergipe	Laranjeiras	09	3.504.866,66	2,35
Sergipe	São Cristóvão	21	3.143.811,98	2,11
São Paulo	São Paulo	11	3.958.195,01	2,65
Tocantins	Natividade	12	2.800.630,54	1,88
Total		346	149.340.639,70	100,00

Fonte: BRASIL – CGU (2015).

Pode-se observar no quadro 21 que do total de Investimentos Integrados Beneficiados pelo Programa Monumenta em todo o Brasil pelo valor de R\$ 149.340.639,70, o Município

de Manaus executou o valor de R\$ 2.114.538,69 relacionado a 06 investimentos integrados representando 1,42% do total.

Com relação aos métodos de constatação utilizados, identificou-se que para a definição da amostra das ações de controle realizadas pelas Unidades Regionais da CGU, no período de 21.02.2011 a 21.03.2011, foi utilizada a amostragem não probabilística. Em um primeiro momento, foram excluídos do universo de beneficiados os projetos referentes à recuperação de imóveis privados, reduzindo, assim, o universo constante do quadro acima para 317 investimentos integrados (BRASIL – CGU, 2015).

Na visão que o Programa Monumenta tinha a expectativa de contribuir com os Planos Diretores municipais para que estes contemplassem, no Plano de Desenvolvimento Urbano, os aspectos de preservação do patrimônio nacional, foram selecionadas, com o auxílio indicativo do gestor do Programa, as obras contempladas que alcançaram maior impacto sociocultural nas 26 cidades onde se localizavam, excluindo-se aquelas que, em algum momento, foram objeto de auditoria/fiscalização da CGU, bem como as executadas exclusivamente com recursos do município.

Deste modo, a amostra não probabilística utilizada para a fiscalização contemplou, com foco nos investimentos integrados (Quadro 23), 38 investimentos, em dezoito municípios, cujos valores executados somaram R\$ 48.720.470,19, ou seja, 32,62% dos recursos totais, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 22: amostra não probabilística utilizada para a fiscalização do CGU

Município	Total de Investimentos Integrados	Valores Executados (R\$)
Belém/PA	01	4.395.510,98
Cachoeira/BA	02	6.828.096,46
Corumbá/MS	02	2.368.270,66
Diamantina/MG	02	734.285,89
Icó/CE	01	1.807.377,79
Manaus/AM	01	3.998.304,60
Mariana/MG	01	483.519,02
Ouro Preto/MG	03	801.843,10
Olinda/PE	04	4.137.045,61
Pelotas/RS	06	7.936.509,45
Porto Alegre/RS	01	2.152.387,54
Recife/PE	03	2.407.734,10
Rio de Janeiro/RJ	01	1.974.964,48
Salvador/BA	01	1.673.470,54
São Cristóvão/SE	01	697.149,99
São Francisco do Sul/SC	04	2.715.319,93
São Paulo/SP	03	3.113.472,18
Serro/MG	01	495.207,87
Total	38	48.720.470,19

Fonte: BRASIL – CGU (2015).

O quadro 23 revela a amostra não probabilística utilizada para a fiscalização contemplou, com foco nos investimentos integrados executados no total de R\$ 48.720.470,19.

Deste montante o valor de R\$ 3.998.304,60 correspondem ao total de investimentos integrados executados na Requalificação do Patrimônio Histórico Cultural de Manaus.

Outra questão relevante foi formulada pelo CGU: As atividades de preservação do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal foram realizadas de acordo com as especificações técnicas do Projeto e concluídas dentro dos prazos acordados?

A CGU verificou que, em 18,42% dos projetos avaliados na amostra (7 de 38), que as atividades de preservação do patrimônio histórico beneficiado pelo Monumenta não foram realizadas de acordo com as especificações técnicas do projeto e/ou não foram concluídas dentro do prazo acordado, com risco aos investimentos já realizados e de encarecimento das obras de engenharia, bem como de comprometer a efetividade da Ação/Programa (BRASIL – CGU, 2015)., conforme demonstrado a seguir:

Quadro 23: Constatções de especificações técnicas do projeto e prazo acordado

Município	Projeto (Investimento)	Nº Relatório / subitem / constatação	Constatação
Manaus/AM	Paço da Liberdade	201106547 / 3.1.1.4 / 004	Não conclusão ou atraso de cumprimento do objeto.
Belém/PA	Mercado de Carne Francisco Bolonha	201106648 / 3.1.1.4 / 004 e 3.1.1.3 / 003	Execução da atividade de restauro em desacordo com as especificações técnicas do Projeto e não conclusão ou atraso de cumprimento do objeto.
Olinda/PE	Igreja do Carmo	201106927 / 3.1.1.3 / 003	Não conclusão ou atraso de cumprimento do objeto.
Olinda/PE	Praça do Carmo e Sítio de Seu Reis	Nota Técnica nº 2288 /DRCUT/DR/SFC/CGU-PR, de 01.09.2011	Não conclusão ou atraso de cumprimento do objeto.
Pelotas/RS	Mercado Público de Pelotas	201107710 / 3.1.1.1 / 001	Não conclusão ou atraso de cumprimento do objeto.
Porto Alegre/ RS	Igreja Nossa Senhora das Dores	201108096 / 3.1.1.2 / 006	Não conclusão ou atraso de cumprimento do objeto.
São Paulo/SP	Praça Coronel Fernando Prestes	201108115 / 3.1.1.2 / 002	Não execução de elementos do projeto que são inerentes à sua utilização social.

Fonte: BRASIL – CGU (2015).

Com relação a não conclusão ou atraso no cumprimento do objeto, verificadas na Igreja do Carmo e Praça do Carmo e Sítio de Seu Reis em Olinda/PE, Paço da Liberdade em Manaus/AM, Igreja Nossa Senhora das Dores em Porto Alegre/RS e Mercado de Carne Francisco Bolonha em Belém/PA (Quadro 21).

A CGU efetuou a Recomendação 001 (Nota Técnica nº 2.288/2011/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR – recomendação 14): Que a UCG atente para a necessária alteração do Perfil do Projeto quando da exclusão de itens inicialmente previstos

para serem custeados com recursos do Programa Monumenta e posteriormente executados com recursos de outras fontes.

Por meio do Ofício nº 126/2014/PRESI/IPHAN, de 11.02.2014, o Iphan encaminhou o Memorando nº 4/2014-Monumenta/Iphan, de 14.02.2014, o qual informa que os convênios de Manaus, Salvador e São Francisco do Sul já tinham se encerrado em dezembro de 2013 e, tendo em vista a conclusão do Programa, as alterações foram efetuadas no âmbito de suas execuções.

Considerando que a Unidade havia se comprometido a realizar aferição dos custos, objetos e objetivos quando do encerramento do convênio, atividade esta que se assemelha à análise realizada quando da revisão de perfil, não foi apresentada opinião conclusiva a esse respeito. Assim sendo, mantém-se a recomendação para fins de monitoramento. Em sua última manifestação, por meio do Ofício nº 572/2014/PRESI/IPHAN, de 04.06.2014, o Iphan solicitou prazo até 31.12.2014 para apresentar novos esclarecimentos.

A CGU formulou a Recomendação 002 (Nota Técnica nº 2.288/2011/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR – recomendação 15): Que a UCG comprove a alteração do Perfil do Projeto inicialmente aprovado para as obras de restauração da Igreja do Carmo e da Praça do Carmo e Sítio de Seu Reis, em Olinda, e de restauração do Paço da Liberdade, em Manaus. Por meio do Ofício nº 126/2014/PRESI/IPHAN, de 11.02.2014, o Iphan encaminhou o Memorando nº 4/2014-Monumenta/Iphan, de 14.02.2014, o qual informa que os convênios em questão já se encontram encerrados e, no que se refere às alterações ocorridas nos perfis dos projetos, as mesmas foram necessárias para se adequarem à realidade de execução das mencionadas obras. Ademais, encaminhou cópias dos Planos de Trabalhos que demonstram as alterações efetuadas. Tendo em vista que foram demonstradas as alterações, considera-se atendida a recomendação (BRASIL – CGU, 2015).

Assim também a CGU emitiu a Recomendação 003 (Nota Técnica nº 2.288/2011/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR – recomendação 16): Que a UCG comprove a forma de contratação adotada para a execução dos itens remanescentes das obras de restauração da Igreja do Carmo e da Praça do Carmo e Sítio de Seu Reis, em Olinda, e de restauração do Paço da Liberdade, em Manaus. O IPHAN informa que os itens remanescentes da obra da Igreja do Carmo foram contratados pela Superintendência do Iphan/PE, que a Praça do Carmo e Sítio de Seu Reis foram contratados pela Prefeitura Municipal de Olinda/PE e que a obra do Paço da Liberdade foi contratada pela Prefeitura Municipal de Manaus, sendo que todas já se encontram concluídas. Tendo em vista a sua conclusão, considera-se atendida a recomendação.

A CGU formulou o cumprimento da seguinte questão: Todos os investimentos integrados previstos no Programa foram concluídos? A resposta é de que no ano 2000, foram assinados os primeiros convênios com os municípios de Recife, Ouro Preto, Olinda e Rio de Janeiro, passando, posteriormente, para 26 municípios, conforme a relação detalhada no quadro 25 abaixo:

Quadro 24: Investimentos integrados previstos no Programa

UF	Municípios	UF	Municípios
AL	Penedo	PA	Belém
AM	Manaus	PE	Olinda
BA	Cachoeira	PE	Recife
BA	Lençóis	PI	Oeiras
BA	Salvador	RJ	Rio de Janeiro
CE	Icó	RS	Pelotas
GO	Goiás	RS	Porto Alegre
MA	Alcântara	SC	São Francisco do Sul
MS	Corumbá	SE	Laranjeiras
MG	Congonhas	SP	São Cristóvão
MG	Diamantina	SP	São Paulo
MG	Mariana	TO	Natividade
MG	Ouro Preto	TO	Natividade

Fonte: BRASIL – CGU (2015).

A execução do Programa Monumenta foi, inicialmente, prevista para se efetivar em cinco anos (de 1999 a 2004). Entretanto, durante a execução, dificuldades originaram sucessivas prorrogações da vigência. Em outubro de 2008, o Monumenta apresentou à Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain), órgão integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) nova carta-consulta propondo a continuidade do programa, partindo de uma revisão com vistas a superar as limitações identificadas na implementação. Assim, o contrato de empréstimo, com previsão inicial para execução em cinco anos, contados a partir de 04.12.99, foi prorrogado sucessivamente até 04.10.2010.

No relacionado à execução do Programa, a CGU verificou que até a data de 04/10/2010, foram desembolsados recursos do empréstimo junto ao BID da ordem de US\$

56.691.708,91, equivalentes a 90,70% do valor previsto para financiamento do Banco, e aplicados US\$ 74.820.722,21, custeados com recursos da contrapartida nacional, equivalentes a 119,71% do montante previsto para tal.

Houve evidências registrada na Nota Técnica nº 2.288/2011/DRCUT/DR/SFC/CGU-PR, encaminhada ao Coordenador Nacional do Programa Monumenta, em 16/09/2011, restou evidenciado, quando da avaliação contábil do Programa realizada sobre o exercício de 2010, que 37,54% dos investimentos não haviam sido concluídos, sendo que 18,61% sequer haviam sido iniciados (BRASIL – CGU, 2015).

A CGU revelou que, em dez anos de vigência do Monumenta, foram concluídos 62,46% dos investimentos integrados programados, conforme demonstrado no Quadro 26 a seguir:

Quadro 25: Estágio de andamento dos investimentos integrados previstos – exercício 2010

Município	Concluídas	Em execução	Não iniciadas	Total
Ouro Preto	19	3	7	29
São Francisco do Sul	24	2	3	29
Rio de Janeiro	12	3	7	22
Porto Alegre	14	3	4	21
Cachoeira	16	4	-	20
São Cristóvão	10	-	10	20
Mariana	1	5	8	14
Olinda	8	4	1	13
Salvador	7	6	-	13
Congonhas	2	10	-	12
Pelotas	8	4	-	12
Lençóis	9	1	1	11
Natividade	11	-	-	11
Penedo	5	4	2	11
Diamantina	8	1	1	10
São Paulo	8	-	2	10
Laranjeiras	3	1	4	8
Corumbá	5	1	1	7
Icó	7	-	-	7
Serro	4	1	2	7
Goiás	4	1	1	6
Oeiras	3	1	2	6
Recife	5	-	1	6
Manaus	-	3	2	5
Belém	2	2	-	4
Alcântara	3	-	-	3
Total	198	60	59	317
%	62,46	18,93	18,61	100,00

Fonte: BRASIL – CGU (2015).

Conforme as informações da CGU referidas nos quadros apresentados, teriam sido dados como concluídos todos os investimentos integrados programados para as cidades de Alcântara/MA, Icó/CE e Natividade/TO. Por outro lado, nenhum investimento ainda havia sido concluído em Manaus/AM e, apresentaram-se com baixo percentual de conclusão dos investimentos os municípios de Mariana/MG (7,14%), Congonhas/MG (16,67%), Laranjeiras/SE (37,5%) e Penedo/AL (45,45%). O maior quantitativo de investimentos programados, mas não iniciados no período da vigência do Monumenta, foi verificado no município de São Cristóvão/SE (dez investimentos).

4.3.2 Extinção de políticas públicas

Como relatado pelos autores no referencial teórico, esta é uma das fases mais complexas do ciclo de políticas públicas. Destacam-se para compor a análise dos resultados

desta dissertação ao menos três políticas que foram detectadas como extintas durante o processo de investigação, coleta e tratamento dos dados, são elas: o projeto de despoluição visual, por ter atingido a meta de despoluição pré-estabelecida, contudo há de se relatar que pela extinção da política e devido à falta de fiscalização boa parte do centro encontra-se novamente visualmente poluído; o resgate de modelo antigo das placas nos logradouros públicos do centro histórico, que pelo investigado não chegou a ser aprovado e por isso não foi posto em prática; e, a extinção da SEMC.

Relata-se aqui, segundo dados da SEMC, que as placas seriam confeccionadas em estilo neoclássico e que fariam alusão a antigos bairros e aos primeiros nomes das ruas atuais, que demonstrou o protótipo da atual Av. Getúlio Vargas, Centro (antiga Rua 13 de Maio, bairro Caxangá). O motivo da extinção do projeto não foi divulgado para os fins desta pesquisa.

Quanto à extinção da SEMC, segundo o chefe do executivo municipal, deu-se devido ao objetivo inicial de dar o ordenamento adequado ao Centro de Manaus ter apresentado bons resultados, não só, com a ação de realocação de mais de mil vendedores ambulantes que saíram das ruas e Praças para as Galerias Populares, mas também pela desobstrução da Praça XV de Novembro, da Avenida Eduardo Ribeiro e entorno. Faz-se importante salientar que essa extinção não se deu de todo por completo, exaurindo-se a gestão do Centro Histórico, na realidade houve uma absorção estratégica e legal (Lei nº 1.975 de 29 de abril de 2015), objetivando redução de custos que extinguiu diversas secretarias, contudo no caso da SEMC, suas atribuições foram somadas às da Secretaria Municipal de Governo (SEMGOV) que juntas passariam ao *status* de subsecretaria ligado à Casa Civil (Anexo VI).

4.3.3 Perspectivas da Continuidade da Política de Requalificação

Como descrito nos subtópicos acima relacionados para o resultado da pesquisa, confirma-se que o ciclo de políticas públicas mencionados nas obras de Secchi (2014) esteve presente em todas as fases da Política Pública de Requalificação do Centro Histórico de Manaus. Descobriu-se, porém, que muitas obras ainda encontram-se em fase de estudos, elaboração de projetos ou aguardando aval do IPHAN para serem implementadas. São, ao todo, de acordo com a SEMC, dez projetos em processo de avaliação pelo IPHAN. A perspectiva da Prefeitura, é que tão logo sejam aprovadas as políticas de requalificação serão iniciadas.

Relata-se ainda, que essas são obras que fazem parte do Plano Diretor de Requalificação do Centro Histórico de Manaus, e que integram o Programa de

Desenvolvimento Urbano e Inclusão Socioambiental de Manaus (Prourbis). O valor a ser pago pelo serviço ainda não foi divulgado, mas o dinheiro sairá dos R\$ 50 milhões do financiamento do Prourbis feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), segundo pôde ser comprovado por meio da chamada de licitação publicada no Diário Oficial do Município (DOM) do dia 9 do mês de março de 2015.

A continuidade do projeto de requalificação ganhou novos rumos em agosto de 2015, quando a Prefeitura de Manaus apresentou um pacote de obras para o Centro Histórico que contemplavam a construção da Pinacoteca da Cidade (requalificação do prédio da antiga Câmara Municipal), a restauração de vias e a substituição do sistema público de iluminação. Essas novas intervenções foram definidas com o objetivo de preparar o município para receber turistas que vem ao Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016, outro evento de nível mundial subsidiado em Manaus (jogos de futebol). De acordo com dados da SEMC, para as obras a Prefeitura estimou receber R\$ 30 milhões em recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades-Históricas. Portanto, acredita-se que em um futuro não muito distante, muitas outras obras do Centro Histórico de Manaus estarão revitalizadas fomentando o turismo e aquecendo o mercado econômico da região, além, claro, do seu principal objetivo, a preservação do patrimônio.

O cumprimento das Ações de Preservação revelou 05 Bens culturais com início de recuperação nos anos 2006, 2007 e 2010. Verificou-se a conclusão do Mercado Municipal Adolpho Lisboa e do Antigo Paço Municipal. Ficou em andamento os trabalhos de Restauração, conservação e readequação dos imóveis Bens culturais: Armazém 15 e antigo prédio do Tesouro Provincial, Reservatório do Mocó, Casas 69 a 77, da Rua Bernardo Ramos e a Revitalização da Praça IX de novembro.

Conforme à Controladoria Geral da União, do total de Investimentos Integrados Beneficiados pelo Programa Monumenta em todo o Brasil pelo valor de R\$ 149.340.639,70, o Município de Manaus executou o valor de R\$ 2.114.538,69 relacionado a 06 investimentos integrados representando 1,42% do total.

A Controladoria Geral da União utilizou uma amostra não probabilística para a fiscalização, com foco nos investimentos integrados executados no total de R\$ 48.720.470,19. Deste montante o valor de R\$ 3.998.304,60 correspondem ao total de investimentos integrados executados na Requalificação do Patrimônio Histórico Cultural de Manaus.

CONCLUSÃO

Esta dissertação objetivou responder uma questão contemporânea no intuito de contribuir cientificamente para a temática do ordenamento urbano, sobretudo da importância que as políticas públicas de requalificação desempenham através da implementação de programas com parcerias público-privadas, para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população residente em Manaus, e mais, destacar o papel desse tipo de política como objeto de fomento para o turismo cultural, incremento econômico e retorno financeiro na capital, incluso para os atores participantes.

Em resposta ao objetivo geral, avaliar a Política Pública de Requalificação do Centro Histórico de Manaus sob a ótica do ciclo de políticas públicas sugeridas por Secchi (2014), no período de 2013-2016., os seguintes parágrafos argumentam sobre os tres objetivos específicos.

A definição do problema representou e representa um desafio para definir Políticas Públicas de Requalificação do Centro Histórico de Manaus. Desta forma se faz necessário restaurar, conservar e readequar o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, a Praça Dom Pedro II, o Teatro Amazonas, o Palácio Rio Branco, a Biblioteca Pública, o Palácio da Justiça, a Praça da Saudade, a Praça Heliodoro Balbi, os casarões de estilo neoclássico e outros que compõem o acervo arquitetônico, cultural, artístico, paisagístico e intelectual que atraía a população para o Centro, enfatizando os valores materiais e imateriais concorrentes com impactos socioeconômicos negativos na população que usufrui esses espaços urbanos para sobreviver.

Na Agenda do ministério da cultura e IPHAN, os Bens imóveis Patrimônio arqueológico que o Poder Público decidiu restaurar, conservar e readequar a partir do Programa Monumenta 1999-2010 e Programas adicionais da Prefeitura Municipal de Manaus em 2013, a Preservação de Acervos arquivísticos e bibliográficos que o Poder Público decidiu agendar em 2013, as Ações de Educação, formação e capacitação Patrimonial agendadas em 2013, os Licenciamentos de projetos em 2013, o Inventário Nacional de Referências Culturais e Mapeamento do Patrimônio Cultural agendados em 2013, os Projetos agendados pelo PRONAC em 2013 e os Planos de salvaguarda do patrimônio imaterial agendados em 2013.

Conforme à Controladoria Geral da União, do total de Investimentos Integrados Beneficiados pelo Programa Monumenta em todo o Brasil pelo valor de R\$ 149.340.639,70, o

Município de Manaus executou o valor de R\$ 2.114.538,69 relacionado a 06 investimentos integrados representando 1,42% do total.

A Controladoria Geral da União utilizou uma amostra não probabilística para a fiscalização, com foco nos investimentos integrados executados no total de R\$ 48.720.470,19. Deste montante o valor de R\$ 3.998.304,60 correspondem ao total de investimentos integrados executados na Requalificação do Patrimônio Histórico Cultural de Manaus.

Notou-se que as elaborações das estratégias tornaram-se incertas do ponto de vista socioeconômico pela retirada dos vendedores ambulantes das praças, tanto que na ocasião, mais de 500 famílias foram cadastradas para receberem valores de mil reais durante um ano, na tentativa de diminuir sua falta de ganhos no comércio. Esta medida teve como objetivo de que não retornassem às ruas de maneira informal. Foram criados espaços com nenhuma ou muito pouca movimentação comercial para aproximadamente 300 novos micro-empresendedores, devido a esse processo de realocação e criação das galerias populares com um mercado pouco favorável e com prejuízos nos resultados de operação.

Observaram-se conflitos e impactos negativos de natureza social, econômica, e cultural nas intervenções desta política no espaço urbano da cidade em mais de 500 famílias manauaras. A Requalificação foi vertical porque não houve consulta popular para realizar as mudanças, sendo estas impostas pelo Poder Público.

Dentre alguns aspectos observados ao longo da pesquisa pode-se referir que o programa de requalificação Monumenta no período de 1996-2010 teve constatações de restaurações concluídas ou em andamento.

Considerando a conjuntura histórica da cidade de Manaus, anos decisivos para o Brasil política e economicamente, e também momento em que a cidade foi escolhida para servir de vitrine para o mundo com a realização de grandes eventos internacionais ocorrendo no País, a Prefeitura Municipal de Manaus coordenadamente com o IPHAN decidiram efetuar ações de Requalificação do Patrimônio Histórico Cultural de Manaus.

Constatou-se que a requalificação teve também a motivação da seqüência de relevantes programas internacionais e experiências inovadoras no contexto nacional e internacional, incremento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Programa PAC Cidades Históricas, por exemplo, essas foram expressões de maior visibilidade fomentadora das intervenções, de acordo com o tratamento dos dados da pesquisa, com consideráveis meios financeiros envolvidos.

Constatou-se que após a implementação dos planos e projetos voltados a revalorização do Centro antigo de Manaus, as ações implementadas até o presente momento estão em

processo de instituir uma dinâmica que conduza à população a um retorno ao Centro, em paralelo a programas com investimentos nos espaços como o Mercado Adolpho Lisboa e a Avenida Eduardo Ribeiro. Isto expressa que o programa tinha o objetivo de agregar valores vinculados à memória e a identidade cultural da cidade. Percebeu-se ainda que estas intervenções não impactaram o Orçamento Público estabelecido na LOA, pois quase todos os recursos foram liberados pelo Governo Federal.

Em comparação com outros estudos sobre a mesma temática, há de se concordar que esses projetos de requalificação urbana de Centros históricos, constituem-se numa ferramenta auxiliar de gestão para entender os processos de desenvolvimento urbano sustentáveis, pois contam com novas tecnologias de restauro, como no caso de Salvador e Natal que foram utilizadas tintas especiais para prevenir danos devido à ação do tempo, sistemas de calhas para o reaproveitamento das águas da chuva e telhados ecológicos. Em Manaus notou-se uma tendência voltada para a biodiversidade e cultura local (o Mercado em sua totalidade, por exemplo), fonte naturalmente turística devido à sua localização na Amazônia.

Ainda assim, esta pesquisa incita à comunidade acadêmica à realização de novas pesquisas que avaliem ou reavaliem novas intervenções a partir desta investigação, e que busquem as respostas para os casos das políticas que por algum motivo não o foram reveladas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Ed.). (2009). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina.

ACSELRAD, H. (2011). Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, 107, 25-38.

AFONSO, N. **Investigação Naturalista em Educação**. Porto: Edições ASA, 2005.

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão**. *Revista Agenda Política*, v. 3, n. 2, julho/dezembro, 2015, ISSN: 2318-8499.

ALBERTON, Luiz. **Análise da implantação da qualidade total em uma instituição pública de educação**. Dissertação (Mestrado)/ UFSC. Florianópolis, 1999.

AMAZONAS. **Lei Orgânica do Município de Manaus**. Manaus. 2005.

AMAZONAS. **Lei de Diretrizes Orçamentárias**. Manaus. 2012.

AMAZONAS. **Lei do Orçamento Anual**. Manaus. 2013.

AMAZONAS. **Lei do Plano Plurianual**. Manaus. 2014.

AMAZONAS. **Lei da Reestruturação do Centro – Promanaus**. Manaus. 2009.

AMAZONAS. **Lei Delegada nº 1 – abre Crédito Adicional em favos da SEMC**. Manaus. 2013.

AMAZONAS. **Lei Delegada nº 7 – Dispõe sobre a estrutura organizacional da SEMC**. Manaus. 2013.

AMAZONAS. **Lei Delegada nº 1.684 sobre estrutura organizacional da Secretaria do Centro**. 2013.

AMAZONAS. **Lei Delegada nº 383 – Autorização do poder executivo a abrir crédito adicional especial de 7,7 milhões no orçamento fiscal do município**. Manaus. 2013.

AMAZONAS. **Lei Ordinária 1777 – Abre no orçamento fiscal em favor do município de Manaus crédito adicional especial para inclusão na LOA**. Manaus. 2013.

AMAZONAS. **Lei 1.975 – Dispõe sobre a criação da Subsecretaria do Centro**. Manaus. 2015.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do trabalho científico**. 10a. ed.. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRÉ, Marli. **Estudos de caso revelam efeitos sócio-pedagógicos de um programa de formação de professores**. *Revista Lusófona de Educação*, nº 6. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, Portugal. Pp. 93-115. 2005.

AZEVEDO, Leandro Fernandes. **Gestão Financeira de Recursos no Terceiro Setor:** proposta de modelo para gestão e prestação de contas das organizações não governamentais. MBA em Auditoria Integral – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2008.

BAÍÁ, Luiz Henrique Nunes. **O poder do clientelismo, raízes e fundamentos da troca política**, Editora Renovar, 2003.

BAPTISTA, V. G. S. **Avaliação do legado ambiental para as cidades-sede dos jogos olímpicos e paraolímpicos**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Energético, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros. **Observatório de inovação do turismo** (Recurso eletrônico). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Núcleo de Turismo – Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2011. 434p.

BARDACH, Eugene. *The implementation game: what happens after a bill becomes a law*. Massachusetts Institute of Technology, 1978.

BARREIRA, Irllys Alencar F.. **Pulsões no coração da cidade:** cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 255-266, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 06 May 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000200004>

BRAGA, Bruno Miranda. **A CIDADE E SUAS REPRESENTAÇÕES: MANAUS NO SÉCULO XIX (1850-1883)**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, n. 34.1, p. 163-184, 2016.

BERTOCCO, C., e MEDEIROS, A. E. Sustentabilidade, Planejamento Urbano e Instrumentos de Gestão do Patrimônio e da Paisagem Cultural em Bento Gonçalves/RS. Olhares da Reabilitação Ambiental Sustentável. **Paranoá14**, 14 edição, pp. 105-114, 2015.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** Teoria e Prática. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

BEZERRA, Aline Maria Marques; CHAVES, César Roberto Castro. **Revitalização Urbana:** Entendendo o processo de requalificação da paisagem. REVISTA DO CEDS Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB N. 1 agosto/dezembro 2014.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: dos precessos de gentrificação às políticas de “revitalização”** dos centros urbanos. Annablume, 2006.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 14. ed. Brasília: Editora da UNB, 2005. v. 4.

BOZEMAN B.; PANDEY, S. **Public management decision making: effects of decision content**. Public Administration Review, v. 64, n. 5, p. 553-565, 2004.

BORBA, Érika Loureiro. **A implementação da política pública [...]**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras/MG, 2013.

BRAGA, Paula Marques; SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos. **Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social**.

Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (RISCO), Programa de Pós-Grad. EESC – USP, São Paulo: v. 10, n. 2, 2009.

BRASIL CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU. **Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo N° 37** Preservação do Patrimônio Histórico Urbano. Diretoria de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia – Brasília-DF cgu@cgu.gov.br 2015

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2016.
 _____. **Decreto N° 3.551 de 04 de Agosto de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 05 abr. 2016.
 _____. **Decreto N° 25 de 30 de Novembro de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Relatório de Gestão 2013**: atividades realizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Brasília-DF, 28 de março de 2014.

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>> 2015. (acesso em 03/2016).

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cartas Patrimoniais**. Caderno de Documentos, IPHAN. Brasília: Ministério da Cultura, 2015.

BURGESS, Robert G. **A pesquisa de terreno: uma introdução**. Tradução Eduardo de Freitas e Maria Inês Mansinho. Oeiras: Celta Editora, 1997.

CABRAL, Patrick Rodrigues Fleuri; SAMPAIO, Eva Cristiane de Assis. **Fundamentos de Políticas Públicas**. Faculdade CESUC, Cuiabá, 2015 [apostila].

CAMEIRO., P. A., PEREIRA, M. F. V., SOUZA, E. D. **Reverendo A Geografia Do Subdesenvolvimento no Brasil: O Dilema da Pobreza e da Fome**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Unversidade de São Paulo, pp. 2900-2924. 2005.

CAMPBELL, S. (1996). **Green cities, growing cities, just cities?: Urban planning and the contradictions of sustainable development**. Journal of the American Planning Association, 62(3), 296-312. <http://dx.doi.org/10.1080/01944369608975696>.

CAMPOS, A. et al. (Orgs.) **Atlas da Exclusão Social no Brasil** : dinâmica e manifestação territorial. vol. 2. São Paulo: Cortez, 2003.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **A ética das intervenções**. Palestra ministrada na Oficina do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. Petrópolis. RJ. Dezembro de 2012. (Mimiog.).

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. **Validação do Inventário de Concepções de Deficiência em Situações de Trabalho (ICD-ST).** *Psico-USF* [online]. 2012, vol.17, n.1, pp.33-42. ISSN 2175-3563. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712012000100005>.

CARVALHO, Marley M.; LUCINDO, Fernando J. Barbin. **A estratégia competitiva dos conceitos à implementação.** São Paulo: Atlas, 2007.

CASTELLS, M. (1989). **The informational city: information technology, economic restructuring, and the urban-regional process.** Cambridge: B. Blackwell.1989.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **The involuntary resettlement areas in urbanization and sanitation programs: the cases of Promaben, Prosamim and Probacanga.** urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, n. AHEAD, p. 0-0, 2016.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; LOTTA, Gabriela Spanguero (Org.). **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação,** ENCONTRO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA / ENAP — Brasília: ENAP, 2015. 308p. ISBN: 978-85-256-0075-2

CERVELLATI, P. L. ; SCANNAVINI, R. **Bolonha: por que o centro histórico? Política e Metodologia.** In: FORTI, R. (org.) **Marxismo e Urbanismo Capitalista.** São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2001.

CHUVA, Marcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília: IPHAN, n. 34, p.147-165, 2011.

COBB, R. e ELDER, C... **Participation in American politics: The dynamics of agenda - building** (2nd ed.). Baltimore. MD: The Johns Hopkins University Press. 1983.

COHEN, L. MANION, L. **Métodos de investigación educativa.** Madrid, Etorial La Muralia, 1990.

CORÁ, M. A. J. **Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais.** Artigo publicado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). **Rev. Adm. Pública** - Rio de Janeiro , set./out. 2014.

COUTINHO, H. L. N. **Gestão estratégica de projetos – Um aspecto crítico na execução da estratégia.** Curitiba: Revista Mundo, 2006.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman. 2010.

CURI, Martin. **A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 65-88, jul./dez. 2013.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. **O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 19-63, jul./dez. 2013.

DAVIS, Amanda Winters; DONOVAN, D. **A sustentabilidade da reabilitação do Patrimônio Urbano**. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *Heritage Strategies International*, junho de 2009.

DROR, Y. *Design for policy sciences*. Nova York: American Elsevier Pub. Co., 1971.

DYE, T. R. *Understanding public policy*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1984.

EASTON, David. *The political system*. N. Y. Knopf, 1953.

ELMORE, Richard F. *Backward mapping: implementation research and policy decisions*. *Political Science Quartely*, v. 94, n. 4, 1979.

FERNANDES, Antonio Sergio Araújo. Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto; M. JUNIOR, José Paulo (Orgs.). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007. p.203.

FERREIRA, José Sette Whitaker. **São Paulo: o mito da cidade-global**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo (USP)/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2003.

FERREIRA, Patrícia Aparecida. **Gestão de Políticas Públicas: uma proposta de modelo processual de análise**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, 2011.

FILIPPINI, Elizabeth. **Patrimônio histórico-cultural em revisão: Revitalização do centro antigo de Manaus. 2008**. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio**. In: O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2 ed. 2003. p. 83-95.

FREY, Klaus. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa. *Paper apresentado no Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, Florianópolis, UFSC, 2004.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano** – Secretaria Nacional de Programas Urbanos, Brasília, julho de 2010.

GALIZA, Helena Rosa dos Santos. **Reabilitação de Áreas Centrais sem Gentrificação**, tese de doutorado, 2015

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2010. IBGE - Censo 2010: Indicadores de Bairros - Região Norte

GONÇALVES, José Reginaldo. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônio**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, nº 23, jan./jun. 2005.

GORMLEY, T. Regulatory issue networks in a Federal system. *Polity*, v. 18, n.4, p. 595-620, 1986.

GUSTAFSSON. **Symbolic and pseudo policies as responses to diffusion of Power. Policy Sciences 15**. Amsterdam. Elsevier Scientific Publishing Company, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva e Memória Histórica**. In: _____. A Memória Coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, p.71-111.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.

IANNI, Octávio. A política mudou de lugar. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 11, n. 3, p. 3-7, 1997.

IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Resultados do Universo. Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil (2003 – 2010)**. 2ª ed. Brasília, Dez. 2010, p. 120.

IPHAN; FUNARTE. **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de trabalho Patrimônio Imaterial**. 4. ed. Brasília, 138 p., 2006.

JERONIMO Costa, Marília. **REQUALIFICAÇÃO DE CENTROS URBANOS: Os Programas de Políticas Públicas no Caso do Centro Histórico de João Pessoa/PB**. 3º COLÓQUIO IBERO AMERICANO – Paisagem cultural, patrimônio e projeto – Desafios e Perspectivas, Belo Horizonte, 2014.

JEUDY, Henri Pierre. **Questões Sociais dos Novos Patrimônios**. In: _____. Memória do Social. Tradução de Márcia Cavalcante. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990, pp. 05-46.

KOOIMAN, J. **Modern governance: new government-society interactions**. Londres/Califórnia: Newbury Park/Sage, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 225 p.

LASSWELL, Harold D. **The Policy Orientation**. In: Daniel Lerner e Harold D. Lasswell (orgs.): The Policy Sciences. Stanford: Stanford University Press, 1951, p.3-15.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: UNICAMP, 2004

LINCHFIELD et. al., Nathaniel. **Sri Lanka: Sri Lanka Comissão Nacional do ICOMOS**, Central Publicação Fundo Cultural, 1993. 98-115.

LOPES, Aderbal Rodrigo Castellan. **Memória urbana: diagnóstico do patrimônio cultural no bairro Centro de Joinville / Aderbal Rodrigo Castellan Lopes ; orientadora Dra. Dione da Rocha Bandeira – Joinville: UNIVILLE, 2011.**

LOPES, F. WILLAMS R. **As políticas de requalificação face aos usos do espaço Urbano: o Passeio Público de Fortaleza**. Fortaleza. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LOTTA, Gabriela Spanghero. **Agentes de implementação: uma forma de análise de políticas públicas.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 19, n. 65, Jul./Dez. 2014.

LOWI, Theodor. **American business, public policy, case studies and political theory.** *World Politics*, Baltimore: Maryland, v. 16, p. 677-715, jul. 1964.

_____. Four systems of policy, politics, and choice. **Public Administration Review**, Bloomington, Indiana, v. 32, p. 298-310, jul./ago. 1972.

MAGALHÃES, Alexandre. **O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 89-118, jul./dez. 2013.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. **Ciência Política**, Brasília: Vestcon, 2001.

MAGALHÃES, Paula Gomes, **"Belle Époque : a Lisboa de finais do século XIX e início do século XX"**, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014

MAGALHÃES, Roberto Anderson M. **A Requalificação do Centro do Rio de Janeiro Década de 1990**, Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - PROURB-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

MASON et. al., Randall. **Valores e Conservação da Herança** Eds. Los Angeles: A Getty Instituto de Conservação de 2000. 51-58.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas.** In: Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Os “Usos Culturais” da Cultura: contribuições para uma abordagem crítica das práticas políticas culturais.** In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana; CRUZ, Rita Ariza. (Org.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: HUCITEC, ed. 2, 1999, pp. 89-99.

METZGER, Pascale e PELTRE Pierre **Gestion de l’environnement urbain et riquenatural, la problématique des quebradas à Quito.** Lima: IFEA.1996.

MICHELON, F. F., MACHADO JÚNIOR, C. S., GONZÁLEZ , A. M. S. **Políticas Públicas do Patrimônio Cultural** . Ensaios, trajetórias e contextos ISBN: 978-85-7192-928-9. Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 359p, 2012.

MOURA, Paulo G. M. de [et al]. **Sociedade e Contemporaneidade.** Canoas: ULBRA, 2008.

NASCIMENTO, Maria Ivany do. **Patrimônio e memória da cidade: monumento do centro histórico de Manaus.** Manaus: UFAM, ICHL, 2003. (Dissertação de mestrado), p. 48.

NASCIMENTO, Gelson; TEIXEIRA, Pery. **Análise da mortalidade por homicídios no município de Manaus segundo sua evolução histórica e fatores sócio-econômicos, institucionais e espaciais de determinação.** 2005. Tese de Doutorado. Dissertação

(Mestrado). Programa de Desenvolvimento Regional da Faculdade de Estudos Sociais. Universidade Federal do Amazonas.

NOGUEIRA, A. G. R. **O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação.** DOI: 10.5433/1984-3356.2014v7n14p45 Revista Antíteses v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.

NORAT, Rosane da Conceição Costa; RIBEIRO, Rosina Trevisan Martins. **Intervenções de Reabilitação de Áreas Históricas:** questões conceituais e teóricas. Revista Capital Científico – vol. 12, n. 2 – Abr./Jun. 2014, ISSN 2177-4153.

OLIVEIRA, João Antônio Puppim de. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 40(1): 273-88, mar/abr., 2006.

OLSON, Mancur. (1999). **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais.** São Paulo: Edit. da Universidade de São Paulo.

PACE, T. H.e HARDT, L. P. A. **Impactos e legados de megaeventos esportivos:** copas do mundo de futebol de 2006, Alemanha, e de 2010, África do Sul. Business and Management Review ISSN: 2047 0398 Available online at: http://www.businessjournalz.org/bmr/SPECIAL_ISSUE_VI_4_N_10_April_2015.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa:** abordagem teórico-prática. 13a ed. Papirus. Campinas, SP.(2007).

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. **Patrimônio cultural** – uso público e privatização do espaço urbano. XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR, Salvador, 2005.

PAIVA , R. A. **Arena Castelão em Fortaleza: destruição do moderno ou (des)construção contemporânea?** Encontro internacional Arqui Memória 4 sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador, Bahia, 14-17 de Maio de 2013.

PAULICS, Veronika; VAZ, José Carlos; SILVEIRA, Alejo Lertzundi. **Iniciativas municipais para o desenvolvimento sustentável:** coletânea de experiências bem sucedidas no Brasil para serem aplicadas no âmbito da atuação do PCPR no Piauí. Originado da Universidade do Texas, (EUA) 2002.

PEIXOTO, Paulo. Requalificação urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio (Orgs.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos.** Coimbra: Edições Almedina AS, 2009.

POCHMANN, M. & AMORIM, R. (Orgs.) **Atlas da Exclusão Social no Brasil** . 2.ªed. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Márcio.; AMORIM, Ricardo. (org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2004.

REGONINI, G. *Capire le politiche pubbliche.* Bologna: Il Mulino, 2001.

RHODES, R. A. W. *Understanding governance:* policy networks, governance, reflexivity, and accountability. Buckingham/Filadéfia: Open University Press, 1997.

ROCHA, A. R., e MONASTIRSKY, L. B. **Turismo e Patrimônio Cultural: A Dialética da Globalização**. Artigo apresentado ao V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR) Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina. Universidade de Caxias do Sul, RS, Brasil, 27 e 28 de Junho de 2008.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROLNIK, Raquel & BOTLER, Milton. **Por uma Política de Reabilitação de Centros Urbanos**. In: Revista OCULLUM, PUC/Campinas, 2011.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. 130 p._____. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: Temas Seleccionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SABATIER, Paul A.. *Political Science and Public Policy*. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). *Public Policy: The Essential Readings*. New Jersey:Prentice Hall, 1995. cap. 2, p. 10-15.

SAINT-GEORGES, Pierre de. **Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económicos, social e político**. In: ALBARELLO, Luc et al. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda., p. 15-47, 1997.

SAMPIERI, R. H et al. **Metodologia de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (2006).

SANT'ANNA, Marcia. **A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90**. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (Org.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, v. 1, p. 153-172.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **A Construção Social da Memória**. In: _____ (Org.). *Memória Coletiva & Teoria Social*. São Paulo: ANNABLUME, 2003, pp. 33-92.

SANTOS, José Erivaldo Oliveira dos. **Políticas Públicas na atualidade e seus desafios**. XI SEMINÁRIO NACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA. Anais da I Mostra Nacional de Trabalhos Científicos, Santa Cruz do Sul/RS, 2015.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap. 2006.

SAUER, Carl. **A Morfologia da Paisagem**. In: CORRÊA, Roberto; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004, pp. 12-74.

SCOCUGLIA, J. B. C.. **Revitalização urbana e (re) invenção do centro histórico na cidade de João Pessoa – 1987-2002**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. **Cidade, cultura e imagem–requalificação de antigos centros urbanos no Brasil (João Pessoa) e na França (Lyon)**. **Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 11, n. 3, 2012.

SECCHI, Leonardo. 2010. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning

_____. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

_____. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

SERAPIONI, Mauro. **Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas**. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 31, 2016.

SILVA, Adailson Lima e; GARCIA, M^a das G^{cas} M. do Amaral. Estado **Democrático de Direito e a concretização das políticas públicas no Brasil: um desafio à sua garantia e acessibilidade**. Revista O Patriarca – Instituto Master de Ensino Presidente Antonio Carlos (IMEPAC), Araguari, 2013.

SILVA, A. M. **Objetos imobiliários e a produção do espaço na zona sul de Natal/RN**. Dissertação de mestrado. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2003.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 5^o. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. **Práticas de pesquisa: apontamentos sobre a pesquisa qualitativa e seu uso nos estudos em administração**. Revista de Ciências Empresariais, v.10, n. 3, - p. 26-39. Edição especial, Maringá Management, dez. 2013.

SILVA, W. N., e BARBOSA, D. S. **Questão Social em Notícia: a violência sob a ótica do jornal A Crítica, na cidade de Manaus-AM** VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Centro de ciências sociais. Programa de Pós graduação em Políticas Públicas. São Luis Maranhão Brasil, 25-28 de Agosto de 2015.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu; LIMA FILHO, Manoel Ferreira. **Por uma Antropologia do Objeto Documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, n. 23, jan./jun. 2005, pp. 37-50.

SIRCHAL– Site Internacional sur la revitalisation des centres historiques des villes d’Amérique Latine et des Caraïbes (2012), *Accdocs – Glossaire*. Disponível em: <<http://www.archi.fr/SIRCHAL/glossair/glosdeff.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

SJÖBLOM, G. Problemi e soluzioni in política. *Revista Italiana di Scienza Politica*, v. 14, n. 1, p. 41-85, 1984.

SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global**. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine(coord.) **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

SOARES, S., RIBAS, R. **Focalização e cobertura do programa bolsa-família: qual o significado dos 11 milhões de famílias?** Brasília: IPEA, 2009 (texto para discussão).

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Megaeventos esportivos e o urbano: a copa do mundo de 2014 e seus impactos nas cidades brasileiras/sports mega-events and the urban space: the fifa's world cup 2014 and its impacts on the brazilian cities.** Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho), v. 10, n. 4, p. 195-214, 2013.

SOBRINHO, João Moraes; HELAL, Diogo Henrique. **A implementação de Políticas Públicas voltadas ao artesanato: análise do Programa de Artesanato da Paraíba.** XXXVIII ENANPAD, Rio de Janeiro/RJ, setembro de 2014.

SOPHIA, D. C., e SALDANHA, M. R. A " invenção" do "patrimônio:"o" papel" do " Conselho" Consultivo" do "IPHAN" Artigo publicado na **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS Unirio – MAST** Vol. 6 no 2 , PP. 109-125, 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Revista Sociologias, ano 8, nº 16, p. 20-45, Porto Alegre, jul/dez 2006.

SOUZA, Daliane Maria. **A política de requalificação de centros históricos em Salvador/BA e Natal/RN: Formulação, elaboração e implementação.** Anais do XI CONLAB – Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidade e (Des) Igualdade, Salvador, 2011.

SOUZA, Valdinei Costa. Política de formação de professores para a educação básica: a questão da igualdade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 58, p. 629-653, Sept. 2014.

STAEVIE , P. M. **Crescimento demográfico e exclusão social nas capitais periféricas da Amazônia.** Artigo publicado em Textos e Debates, Boa Vista, n.28, p. 185-204, jul./dez. 2015

STALE, Navrud, e READY, Richard C. **Valorização do Patrimônio Cultural: Aplicando Técnicas Ambientais de avaliação de edifícios históricos, monumentos e artefatos.** Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar, de 2002.

SUBIRATS, Joan. **Definición del problema.** In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.) Políticas públicas: coletânea, v. 2. Brasília: ENAP, 2006.

TOJI, S. O patrimônio cultural brasileiro e a antropologia enquanto fazer técnico: a expressão de um Estado contraditório e os dilemas no “uso da diversidade”. Artigo publicado na **Revista CPC**, São Paulo, n.12, p. 55-76, maio/out. 2011

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Quase lá: a Copa do Mundo no Itaquero e os impactos de um megaevento na socialidade torcedora.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 149-184, jul./dez. 2013.

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage. Meeting in Paris, from 29 September to 17 October 2003, at its 32nd session.* 2003.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO PARA A CULTURA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Turismo Cultural**, 2015, Disponível em: http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-url_id = 11408 & url_do = do_printpage & URL_SECTION = 201.html, Retirado 01 de março de 2016.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 2. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2009.

VASCONCELLOS, Lélia; MELLO, Maria Cristina. **Re: atrás de, depois de...** In: VARGAS, Heliana; CASTILHO, Ana Luisa (Org.). **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Manole, 2006.

VAZ, José Carlos. Desenvolvimento Urbano, In: **Pólis: 2012, disponível em** <http://www.centrodacidade.com.br/cultura/centrodacidade.htm>, visitado em 24 de julho de 2015.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **RAP**. Rio de Janeiro, 30 (2): 5-43, Mar./Abr. 1996.

WACQUANT, L. J. D., **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan.2001.

WILDAVSKY, Aaron. *The Policy of Budgetary Process*. Boston: Little and Brown, 2ª edição. 1992.

WILSON, J. Q. **Thinking about Crime**. New York: Vintage Books, 1983.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso - Planejamento e Métodos - 5ª Ed**. Saraiva.Sao Paulo. 2015.

YOUNG, David S.; O'BYRNE, Stephen F. **EVA and Value-Based-Management**. [S.I.]: McGraw Hill, 2001.

ANEXOS

Anexo I

O PREFEITO DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus, FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do município de Manaus para o exercício financeiro de 2013, nos termos do § 3º do art. 147 da Lei Orgânica do Município de Manaus e das diretrizes orçamentárias estabelecidas na Lei Municipal nº 1.684 de 17 de julho de 2012, compreendendo os orçamentos: fiscal e da seguridade social, referentes aos Poderes do município de Manaus, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

O Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos adicionais nos limites e condições estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Municipal nº 1.684/2012, excetuando-se o limite para abertura de créditos adicionais suplementares por conta de anulação de dotações orçamentárias, estabelecido no inciso IV do art. 44 da Lei nº 1.684/2012, que passa a ser de 40% (quarenta por cento) do total das dotações fixadas nesta Lei Orçamentária.

Anexo II

LOMAM

Artigo 217

§ 1º As funções sociais são compreendidas como os direitos de todos os cidadãos relativos a acesso à moradia, transporte público, comunicação, informação, saneamento básico, energia, abastecimento, saúde, educação, lazer, água tratada, limpeza pública, vias de circulação em perfeito estado, segurança, justiça, ambiente sadio e preservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural.

Anexo III

Lei Delegada nº 07, de 31 de Julho de 2013

DISPÕE sobre a estrutura organizacional da SECRETARIA MUNICIPAL DO CENTRO, suas finalidades e competências, fixa seu quadro de cargos comissionados e dá outras providências.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 2º Dirigida por um Secretário Municipal, com o auxílio de um Subsecretário, a SEMC tem a seguinte estrutura organizacional:

I – ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E ASSESSORAMENTO

a) Gabinete do Secretário

b) Assessoria Técnica

II – ÓRGÃOS DE APOIO À GESTÃO

a) Divisão de Administração

1. Gerência de Pessoal

2. Gerência de Orçamento e Finanças

3. Gerência de Patrimônio, Material e Serviços

III – ÓRGÃOS DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS

a) Diretoria de Articulação Institucional

b) Parágrafo único. O detalhamento da estrutura, compreendendo serviços e setores, será fixado no Regimento Interno.

Anexo IV

Lei nº 1.354 de 07 de Julho de 2009

INSTITUI O PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE MANAUS - PROMANAUS, CRIA SUA UNIDADE GESTORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica instituído na Prefeitura de Manaus, sob administração do Instituto Municipal de Desenvolvimento Urbano - IMPLURB, o PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE MANAUS - PROMANAUS, com as seguintes finalidades:

- I - solucionar, de forma integrada, os problemas urbanísticos, ambientais e sociais do Centro Histórico da Cidade de Manaus;
- II - contribuir para a melhoria continua da qualidade de vida da população, mediante a instituição de um padrão de desenvolvimento socialmente integrado e de um processo de crescimento ambientalmente sustentável;
- III - promover políticas de requalificação territorial e ambiental para o Centro da cidade de Manaus.

Anexo V

Lei Ordinária 1777/2016 de 17 de outubro de 2013

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 7.718.000,00 (sete milhões, setecentos e dezoito mil reais), no Orçamento Fiscal do Município, aprovado pela Lei nº 1.709, de 4 de janeiro de 2013, para criação das programações de trabalho da Secretaria Municipal do Centro (SEMC), conforme Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários para a criação das programações de trabalho de que trata o art. 1º desta lei decorrerão de anulação das dotações do orçamento corrente, excetuando-se aquelas destinadas às aplicações constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações de saúde.

Art. 3º O crédito especial de que trata esta Lei será operacionalizado na execução orçamentária por ato do Chefe do Poder Executivo.

Anexo VI

Lei Nº 1.975, de 29 de abril de 2015

CAPÍTULO II

DA EXTINÇÃO, DA CRIAÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DE ÓRGÃOS

Seção I

Da Extinção

Art. 7º Ficam extintos os seguintes órgãos e entidades:

- I – Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV;
- II - Secretaria Municipal do Centro - SEMC;
- III - Secretaria Municipal de Feiras, Mercados, Produção e Abastecimento – SEMPAB;
- IV - Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres - SMPPM; e
- V - Fundação de Apoio ao Idoso “Doutor Thomas” – FDT.

Seção II

Da Criação e da Transferência

Art. 10. Ficam criadas na estrutura organizacional da Casa Civil:

- I - a Subchefia Municipal de Assuntos Administrativos e de Governo, com a atribuição de desenvolver as atividades relacionadas à gestão administrativa e operacional, articulação política e integração institucional;
- II – a Subsecretaria Municipal do Centro Histórico com a atribuição de desenvolver, coordenar, implementar ações estratégicas e políticas públicas inerentes à área central histórica da cidade de Manaus; e
- III – a Unidade Gestora Municipal de Abastecimento de Energia Elétrica – UGPM Energia, com a finalidade de criar e implementar planejamento energético contribuindo para a melhoria da segurança energética do Município.

§ 1º Ficam transferidas para a Casa Civil as rubricas de orçamento, os bens móveis, o quadro de pessoal, os cargos em comissão, as funções gratificadas, bem como os demais ativos e passivos relativos à extinta Secretaria Municipal de Governo e a Secretaria Municipal do Centro.

ANEXO 7

Legislações que serviram de base para a Requalificação do Centro Histórico de Manaus.
 Fonte: Elaboração própria de acordo com dados do D.O.M. (2013/2015).

CRONOLOGIA DA LEGISLAÇÃO
<p>LOMAN: Lei Orgânica do Município de 05/04/1990 revisada em 2013 e aprovada em 2015.</p> <p>Lei nº 1354 de 07 de julho de 2009: Institui o programa de reestruturação do Centro de Manaus – PROMANAUS cria a unidade gestora e dá outras providências.</p> <p>LDO: Lei de diretrizes orçamentárias, Lei Municipal nº 1.684 de 17 de julho de 2012.</p> <p>LOA: Lei nº 1709 de 04/01/2013, Estima a Receita e fixa a despesa do município de Manaus para o exercício financeiro de 2013.</p> <p>PPA: Plano Plurianual de 2014 a 2017 – Lei 1948 de 19 de dezembro de 2014.</p>
<p>Lei Delegada nº 01, de 31 de julho de 2013 - criou a SEMC que passou a integrar a Administração Direta do Poder Executivo.</p> <p>Lei Delegada Nº 07, de 31 de julho de 2013 dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal do Centro, suas finalidades e competências, fixa seu quadro de cargos comissionados e dá outras providências.</p> <p>Lei nº 383/2013 que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 7,7 milhões, no Orçamento Fiscal do Município, para a criação dos programas de trabalho da Secretaria Municipal do Centro.</p> <p>Lei Ordinária nº 1777/2013 de 17 de Outubro de 2013: Abre no Orçamento Fiscal do Município de Manaus, em favor da Secretaria Municipal do Centro (SEMC) crédito adicional Especial para a inclusão na LOA/2013.</p>
<p>Lei nº 1.975 de 29 de abril de 2015 que dispõe sobre a reorganização administrativa do poder executivo municipal e que através dela foi extinta a SEMC como secretaria.</p> <p>Lei nº 1.975 de 29 de abril de 2015 publicada no DOM 3637 criou a Subsecretaria Municipal do Centro Histórico, submetida à Casa Civil.</p>